Diário de Lisboa

Abril 1977
Sexta-feira
1

ANO 56.º
N.º 19 317
6 escudos

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

PARA RECUPERAR EMPRESAS EM CRISE

Criados contratos de viabilização

Saiu hoje no «Diário da República» um decreto dos Ministério e Coordenação Económica e das Finanças, regulamentando a celebração de contratos de viabilização (com empresas economicamente desequilibradas mas que ofereçam garantias de rentabilidade). No campo das prioridades estabelecidas inscrevem-se as empresas em situação de declarada crise económica e empresas sob intervenção estatal. Os contratos, que não devem exceder os seis anos, contemplam os contratantes com vários benefícios.

Determina ainda o Decreto regulamentar n.º 24/77 que as empresas abrangidas pelo contrato de viabilização enquanto este durar, não podem ser declaradas em situação de falência.

Por outro lado, e para uma melhor definição dos contratos a serem estabelecidos, o Decreto estipula cinco graus de viabilidade.

Determina o Art.º 1.º que as instituições de crédito nacionais poderão celebrar, com as empresas privadas, contratos através dos quais estas «se obrignem a atingir metas pré-fixadas de equilíbrio financeiro de produtividade e de rentabilidade, em contrapartida de benefícios concedidos de entre os previstos neste diploma». Por outro lado, as instituições de crédito obrigam-se a participar «nas operações financeiras indispensáveis à prossecução das metas fixadas para as empresas». Para a celebração dos contratos às empresas privadas deverão preencher cumulativamente as condições seguintes: apresentarem uma estrutura financeira desequilibrada, manifesta a partir dos exercícios de 1974, 1975 ou 1976; demonstrarem que, corrigidas as assimetrias dessa estrutura em consequência da concessão de todos ou de alguns benefícios previstos neste diploma, podem atingir no prazo do contrato, uma situação de viabilidade, traduzidas em metas de equilíbrio económico e financeiro de exploração, inequivocamente quantificável e a definir no contrato; disporem de contabilidade adequada à apreciação da respectiva situação económica e financeira e da sua evolução ou poderem vir a dispor dela durante a vigência do contrato.

Serão consideradas condições de prioridade na celebração de contratos de viabilização as seguintes: «ter a empresa sido declarada em situação de crise económica; criação de maior volume de emprego relativamente ao activo fixo; maior valor acrescentado bruto, a preços actuais de mercado, relativamente a equipamento projectado por compra ou aluguer; mais elevado quociente do valor de facturação, pela formação bruta do capital fixo». São abrangidas ainda neste capítulo das prioridades as empresas que à data de entrada em vigor do diploma estiverem sob intervenção do Estado.

Na celebração de contratos de viabilização são concedidos os seguintes benefícios: consolidação do passivo; transformação de dívidas a curto prazo em passivo a médio e longo prazos; financiamento a médio e longos prazos, em condições mais favoráveis de prazo e juro, para aquisição de bens de equipamento nacionais, previstos no contrato ou para restauração do fundo de maneio permanente; apoio no lançamento da empréstimos por obrigações, qualquer que seja a modalidade adoptada. Enumeram-se ainda outros benefícios, nomeadamente «paralisação do Estado ou de instituições de créditos nacionais no capital social da empresa (...) ; integração do financiamento das vendas dos produtos e das aquisições de matérias-primas e subsidiárias nos esquemas de subsidiação de taxas em vigor; mobilização, para fins de investimento, das indemnizações que sejam devidas à empresa decorrentes de expropriações ou nacionalizações (...); acesso ao financiamento de investimentos da empresa contratante por aumento de capital social subscrito por ex-accionistas de

Continua na pág. 6

Constituição faz um ano amanhã

Arma de luta na defesa da liberdade e das conquistas da Revolução

Com uma série de realizações, iniciam-se hoje as comemorações do 1.º aniversário da promulgação da Constituição da República, que ocorre amanhã.

Foi no dia 2 de Abril de 1976 que a Assembleia Constituinte, reunida sob a presidência do prof. Henrique de Barros, aprovou e decretou a Constituição com os votos favoráveis do P.S., P.C.P., M.D.P./C.D.E., U.D.P. e deputado independentes do P.P.D., com o voto «reservado» do P.P.D. e tendo como opsição global o voto do C.D.S. Na mesma data, o texto constitucional foi promulgado pelo então Presidente da República, general Costa Gomes, vindo a ser publicado no dia 10 de Abril e entretanto em vigor às zero horas do dia 25 do mesmo mês.

Com os seus 312 artigos, a Lei Fundamental dos portugueses não é apenas a terceira mais extensa do mundo, mas sobretudo uma das mais progressistas, nomeadamente quando confrontada com os textos constitucionais dos restantes países da Europa capitalista.

Definindo, no seu segundo artigo, a República Portuguesa como «um Estado democrático baseado na soberania popular, no respeito e na garantia dos direitos e liberdades fundamentais e no pluralismo de expressão e organização política democrática, **que tem por objectivo assegurar a transição para o socialismo mediante a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras»**, a Constituição consagra, no artigo 9.º, as tarefas fundamentais do Estado: «Garantir a independência nacional a criar as condições políticas, económicas, sociais e culturais que a promovam; assegurar a participação organizada do povo na resolução dos problemas nacionais, defender a democracia política e fazer respeitar a legalidade democrática; **socializar os meios de produção e a riqueza** através de formas adequadas às características do presente período histórico, criar as condições que permitam promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo, especialmente das classes trabalhadores e **abolir a exploração e a opressão do homem pelo homem»**. No seu artigo 10.º evoca ainda a «aliança entre o Movimento das Forças Armadas e os partidos e organizações democráticas» e como assegurando «o desenvolvimento pacífico do processo revolucionário» e, quanto a este último, determina que o seu prosseguimento «impõe, no plano económico, **a apropriação colectiva dos principais meios de produção»**.

Continua na pág. 7

Do Hotel D. Carlos, em Lisboa, saíram esta manhã os últimos retornados ali alojados

Retornados desocupam hoje hotéis de três estrelas

Dezanove hotéis de três estrelas da área da Grande Lisboa começaram já esta manhã a fazer obras de restauração e limpeza nos quartos abandonados pelos desalojados.

Cumpriu-se assim a decisão do Conselho de Ministros de 18 de Novembro, segundo a qual os retornados que se encontravam em unidades hoteleiras de três estrelas tinham de sair até hoje ao meio-dia. Calcula-se que haveria ainda cerca de 3500 retornados nessas condições. E foram-lhe colocadas duas alternativas: ou serem transferidos pelos «alojamentos colectivos» ou receberem um «subsídio de reintegração social» entre 25 e 40 contos, ficando desvinculados do I. A. R. N.

A maioria terá preferido a primeira das soluções. Na impossibilidade de encontrar lugar disponível, o I. A. R. N., a poucos dias da data marcada para o termo desta operação, substituiu os prometidos alojamentos por um «subsídio de manutenção» para o mês de Abril, à razão de 230$00 e 115$00 diários, consoante se tratasse de adultos ou menores de oito anos.

No Hotel Flamingo, por exemplo, deverão já começar a entrar turistas para quartos desocupados, a partir do meio-dia. Alguns deles já foram completamente remodelados. «Estiveram aqui ano e meio».

No Hotel D. Carlos foi-nos dito que deverão custar aproximadamente dois mil contos as obras de limpeza, alcatifas novas, pintura, etc.

Continua na pág. 20

Assaltante das Finanças de Tavira veio do "Batalhão Chipenda"

Concluídas as investigações respeitantes ao assalto à Repartição de Finanças de Tavira, ocorrido em Julho do ano passado, em que três indivíduos levaram cerca de dois mil contos em dinheiro e selos fiscais, a Polícia Judiciária remeteu agora ao tribunal daquela comarca o respectivo processo, acompanhado pela maior parte dos valores furtados.

Um destes assaltantes, cuja identidade a Judiciária não revelou, foi também autor de um homicídio involuntário cometido no dia 20 de Julho último no Hotel Lis, em Lisboa, quando lutava com a vítima, Alfredo Pinho, devido a desinteligências motivadas pelo câmbio de escudos angolanos por portugueses. Este indivíduo utilizava vários nomes falsos e foram-lhe apreendidas notas de mil escudos queimadas, elemento que apontava para o assalto às Finanças de Tavira, cujo cofre fora aberto a maçarico, além de ter em seu poder duas bombas de plástico

Continua na pag. 20

Pedem-se medidas contra Imprensa fascista

Elementos da Comissão da Constituição estiveram esta manhã em S. Bento, na Assembleia da República, tendo entregue ao seu presidente, Vasco da Gama Fernandes, uma petição contra a Imprensa fascista. Presentes Caldeira Rodrigues, Vítor Faria e Silva, Alcina Bastos e Ulpiano do Nascimento.

(Pág. 6)

Política de A a Z

SOMBRIAS PERSPECTIVAS?

A leitura dos diários e dos semanários que servem a «direita» dentro dos limites legais ou que sem disfarce, ou moderação na linguagem e no traco apelam à subversão, tem sido, nestes últimos dias, perfeitamente elucidativa. Ás revoadas, depois de curtas pausas tácticas, as ofensivas sucedem-se. Atenuada, que não esquecida, a campanha contra Melo Antunes, começam as insinuacões contra Costa Brás; desviada a pontaria de Manuel Alegre inicia-se o fogo contra Mário Soares. O próprio Presidente da República não está fora do campo de tiro. E tão depressa é o árbitro solicitado, como é o interveniente suspeito numa decisão concreta.

E como a ideia de «direita» não se apresenta com contornos ideológicos definidos, nem ao conceito corresponde uma área sociopolítica rigorosa, as pessoas confundem-se, ou consentem que as confundam, com a mobilidade de um inimigo que não hesita quanto aos meios e que dispõe de um esquema largo de actividades substituitivas ou complementares.

Mário Soares que é leitor de jornais e que gosta de sobre os jornais e a actividade dos jornalistas emitir opiniões, que nem sempre a estes agradam e que muitas vezes reflectem uma estreita lógica do poder politico, dever-se-á ter surpreendido com o tratamento que um semanário, que com os seus colaboradores próximos mantem relações intimas, se permite fazer do actual momento politico.

O texto que transcrevemos é esclarecedor e não poupa quer o «poder civil» quer o «poder militar»: «A remodelação **trouxe-mouxe** do Governo do dr. Mário Soares; o **golpe** de Palácio que originou a graduação de mais um tenente-coronel em general e a sua nomeação, em **forcing**, para o cargo de vice-chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, a nomeação de uma comissão nacional para comemorar o «25 de Abril» na qual não aparecem representados os partidos da Assembleia da República, constituem sombrias perspectivas no panorama da vida portuguesa».

«Sombrias perspectivas» (**sic**) são, segundo o «semanário independente»: o Governo reconstituido a **trouxe-mouxe**; a nomeação de Loureiro dos Santos; a constituição, aliás tardia e burocratizada, de uma comissão para promover as comemorações oficiais do «25 de Abril».

ATAQUES AO «25 DE ABRIL»

No mesmo «semanário independente» o **Dia de Portugal** é posto em causa. Em edição anterior o semanário declarara que continuaria a considerar o «25 de Abril» como «Dia dos Direitos do Homem». Agora, a pretexto de ter recebido uma «avalanche de cartas dos leitores», lança-se num ataque aberto à dignificação e à comemoração da data da acção militar libertadora. E das reservas da reacção, ou dos compreensíveis ressentimentos, com nomes verdadeiros ou supostos, surgem correspondentes que propõem que «nesse dia sejam expulsos de Portugal todos os traidores, ladrões e oportunistas vendilhões da Pátria»; que nem concordam que «o dia 25 de Abril seja Dia dos Direitos do Homem»; que consideram o 25 de Abril uma «segunda abrilada»; que propõem que o 25 de Abril seja comemorado «de fato preto e com a bandeira a meia haste»; que imáginam um «grotesco cortejo fúnebre para as comemoraçoes».

Ficamos por aqui. As transcrições são de uma rúbrica de ataque sistemático e provocatório ao «Dia de Portugal», publicada no «Tempo» de 31 de Março de 1977.

Não nos cumpre substituir-nos ao juízo da opinião democrática, mas nada nos impede de manifestarmos a nossa opinião: esta montagem ou esta provocação, vai além do admissivel. Estamos perante um ataque frontal e grosseiro ao «25 de Abril». Não é o caso de analisarmos se a decisão de comemorar a efeméride sob a designação de «Dia de Portugal» é a mais feliz. Isso pode e deverá ser discutido. Mas uma coisa é discutir a felicidade, ou/a infelicidade de uma decisão, outra é, a pretexto de contestar uma designação oficial, lançar uma ofensiva contra-revolucionária contra um momento alto da História de Portugal: o da libertação antifascista.

E esta campanha visa desmobilizar certas camadas da população; destina-se a estimular opositores, contestários e desesperados.

PROVOCAÇÃO PERIGOSA

Sabemos, aliás, que está em marcha uma provocação para prejudicar as comemorações que se processa em dois planos. As oficinas de intoxicação começaram a lançar informações e a produzir boatos sobre possíveis alterações da «ordem pública», manifestações, agitações, e até actividades terroristas que viriam a coincidir com a data de «25 de Abril». Segundo essas fontes de contra-informação desestabilizadora, seriam forças ou grupos conotados com a «esquerda» que teriam a responsabilidade dessas acções. Por outro lado, preparam-se demonstrações desfavoráveis ao «25 de Abril». E as ideias de luto, de cortejo fúnebre, de manifestação silenciosa, que aparecem na correspondência inocentemente divulgada no «semanário independente», tem sido tema de reuniões que vêm sendo promovidas em certas zonas de Lisboa e da Linha de Cascais.

E como a «direita» não tem imaginação, mais uma vez, pretende aproveitar a observação de práticas religiosas como ocasião para demonstrar sentimentos políticos. Será o que vai suceder segundo nos informam nos dias 24 de Abril e 27 de Abril.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Um discurso que veio de Braga

Com citações de «O Comércio do Porto», e com uma linguagem que faria inveja aos mentores dos semanários fascistas, «Rua» «Barricada» e outros, o deputado do C. D. S. por Braga, João Pulido demonstrou pela sua intervenção, ontem no hemiciclo, a quem aproveita, de facto, a campanha que António Barreto e Carlos Portas, responsáveis pelo Ministério da Agricultura, estão a desenvolver contra uma das mais belas e comoventes conquistas do 25 de Abril: a Reforma Agrária!

«Parecia o Tenreiro» — diria alguém que há anos trabalha em S. Bento, junto da Assembleia, referindo-se à semelhança física e ideológica do deputado de Braga com um dos almirantes mais corruptos e reaccionários da Armada Portuguesa.

Nem mesmo Salazar usou, que saibamos tal linguagem — muito aplaudida no final pelos deputados do C. D. S. e por Galvão de Melo — acerca do Partido Comunista. Para o deputado de Braga, o P. C. P. é um Partido «não democrático, totalitário e minoritário, de génese estrangeira e antiportuguesa», que no Alentejo utiliza «requintado sadismo», e que os alentejanos estão a ser «devorados por feras», etc., etc.

Mas, disse entretanto o deputado «centrista» (que parece preencher o vazio deixado por Galvão de Melo) a «trombeta anunciadora assinalou os primeiros acordes de libertação» (...) «parece que o sol da esperança, com raios de penetrante claridade rompeu o plúmbeo da vida para grande parte do povo alentejano e raiou na tarde do passado dia 29, em Belém, anunciando e prometendo a aurora da liberdade». Referia-se à ida a Belém dos governantes António Barreto e Carlos Portas. Elogiou ainda o discurso de Barreto à noite na TV, e sugeriu a aplicação da «terapêutica adequada» para a «libertação» do Alentejo.

Enfim, aí está um bom exemplo de a quem aproveita o frenético e primário anticomunismo de um ministro que na sua juventude citava Marx e Lenine e se dizia estar ao lado dos trabalhadores.

DIÁLOGO

«Os trabalhadores não confundem as forças democráticas com as forças reaccionárias, mas é tempo do Governo arrepiar caminho e ter em conta a opinião daqueles a quem se exige que trabalhem mais para que aumente a produção nacional», sublinhou Jerónimo de Sousa (P. C. P.), a propósito da política de desintervenções do Governo, e citando casos como as Construções Técnicas, Guérin, Ormiz, Sanimar, Intento e Tomé Feteira.

O deputado comunista referiu que tais decisões, a cumprirem-se a partir de hoje, abrangem cerca de 40 empresas e implicam um «gravíssimo contributo para aumentar a tensão social», criar desemprego, falências, etc. Referindo-se a patrões sabotadores, advertiu que a eles não faltarão agora, certamente, créditos da banca (muitas vezes negados às intervencionadas), e considerou que tal política, que ignora o trabalho e sacrifício dos trabalhadores para recuperarem empresas sabotadas, é anticonstitucional.

Outro deputado do P. C. P., Fernanda Patrício narrou uma recente visita às Minas de Aljustrel, tendo citado palavras dos próprios trabalhadores. «Os mineiros do Sul trazem consigo 100 anos de exploração. Cem anos debaixo da terra; eles os pais, os avos, os irmãos, os tios os filhos, enfim, familiares de toda uma geração». A deputada referiu-se ainda aos mineiros do Norte e do Centro, aos reformados daquele trabalho que «lutam por uma velhice tranquila e digna».

Também antes da ordem do dia, Acácio Barreiros apresentou um voto de homenagem e protesto pelo assassinato terrorista do padre Maximino e de Maria de Lurdes, vítimas da violência bombista em 3 de Abril de 1975, em Vila Real. O primeiro ponto do voto, que prestava homenagem aos dois jovens assassinados como «mártires da luta pela liberdade» foi aprovado apenas pelo P. S., P. C. P. e U. D. P. registando-se abstenções do P. S. D. e C. D. S. O 2.º ponto, que exigia medidas contra os atentados bombistas, e «forças reaccionárias, por eles responsáveis», foi votado por unanimidade.

ABAIXO A COLONIA

A ordem do dia iniciou-se com a apresentação ao plenário por Vítor Louro dum projecto de lei do P. C. P. sobre a extinção do regime de colónia vigente na Madeira. O deputado lembrou que a colonia «é uma forma senhorial de exploração da terra pela qual o colono está ligado ao senhor através de laços de total dependência económica, de tal sorte que nem é livre de cultivar o que deseja, como nem sequer lhe pertence a casa que ele próprio constrói.»

Foi significativo o «diálogo» que depois se estabeleceu, motivado pelas reacções do P. S. D. e C. D. S., dominando politicamente a Madeira estes partidos não gostaram da iniciativa, que desejariam ver promovida pela respectiva assembleia regional. Vítor Louro lembrou os direitos constitucionais dos deputados e referiu que aqueles partidos vão ter «uma magnífica oportunidade para darem prova da sua vontade de pôr fim, o mais rapidamente possível ao iníquio regime de colonia». O projecto foi enviado à Assembleia Regional e ficará sujeito à discussão pública durante 45 dias.

Ainda na ordem do dia o plenário aprovou uma proposta de lei que incluía uma série de medidas relativas ao Ministério de Justiça e outras ao Ministério das Finanças, para as quais o Governo solicitou autorização legislativa.

De entre essas medidas, as que dizem respeito à revisão da pauta aduaneira de importação, alguns ajustamentos aos dispositivos da lei orgânica do Tribunal de Contas e a definição do conceito do veículo automóvel, misto de passageiros e carga, foram votadas com a abstenção do C. D. S. e P. S. D.

E. A.

Juízes em greve de solidariedade

FUNCHAL, 1 — Por solidariedade para com um juiz desta comarca, dr. Almeida Silva, cujo automóvel foi ontem destruído numa acção terrorista, os juízes da Madeira entraram em greve de repúdio pelo atentado de que o seu colega foi vítima.

Em declarações prestadas, um porta-voz dos juízes afirmou que «os juízes não trabalham sob coacção»

Entretanto, esta manhã foram distribuídos panfletos da organização separatista FLAMA, nos quais faz referência a uma breve «independência» do arquipélago e avisa os continentais «para fazerem as malas e deixarem a Madeira».

PUB.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE LANIFÍCIOS DO DISTRITO DE CASTELO BRANCO
DELEGAÇÃO DE CEBOLAIS DE CIMA
TELEF 52253

1.º ANIVERSÁRIO DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
SESSÃO COMEMORATIVA PROMOVIDA POR DEMOCRATAS DE DIVERSAS TENDÊNCIAS

ORADORES:
Fernando Piteira Santos
Octávio Pato
António da Silva Oliveira
José Tengarrinha
Jorge Sampaio
Aquilino Ribeiro Machado

Salão Nobre do Instituto Superior Técnico (Lisboa)
Dia 1 de Abril, sexta-feira, às 21.30 horas.

A Comissão Promotora

APENAS 10 DIAS
50% OU MAIS DE DESCONTO NA COMPRA DE
MÓVEIS E MAPLES
PARA RECONVERSÃO DE «STOCKS»
INTERDECO
AVENIDA ALMIRANTE REIS, 89-A — LISBOA
ABERTO ATÉ ÀS 20 HORAS

post-scriptum

A droga: arma poderosa ao serviço da reacção

Apelo para as autoridades deste país no sentido de se debruçarem sobre o que traz, hoje, muitos pais traumatizados — a droga! Alguém terá de ser responsabilizado pelo que está a acontecer à nossa juventude — o fulcro da nova sociedade.

Agora foi a vez da filha de um colega de trabalho, uma linda criança de doze anos que se deixou cair na armadilha, «fugindo» do seio de uma boa e sã família para ir correr mundo, completamente drogada, com um grupo de mais quatro rapazes e três raparigas.

Quem está interessado em destruir a chama da nossa sociedade?

Será difícil pôr termo a esta onda de droga ou ainda não se tentou fazer nada para liquidar toda esta engrenagem que funciona nas barbas das autoridades? Quem não sabe que na maioria dos liceus os «meninos bem» estão quase todos drogados? Esta pergunta faz a minha irmã, de 15 anos, que frequenta o liceu de Queluz!

Porque será que os órgãos de informação, principalmente a televisão, não fazem o possível por esclarecer os jovens, munindo-os de armas para combater os seus inimigos?

Decerto que não é por acaso que apareceu esta máquina no nosso país, que enveredou pela senda do socialismo. O bem-estar social é construído por democratas e ter-se-ão de combater as organizações antidemocráticas.

O povo está a ficar saturado com todas estas acções e prevejo algo de grave se as nossas autoridades não actuar no sentido de acabar com esta praga — a droga.

Fernando dos Anjos Alves Antunes
— MASSAMÁ

A morte lenta dos reformados

Será que o nosso socialismo é só de conversa? Numa sociedade democrática, com uma constituição que aponta o socialismo como meta das reformas económicas, políticas e sociais, poderá admitir-se que os reformados estejam a ser vítimas de uma morte lenta? Pensarão os responsáveis pela administração do País que os reformados, com pensões de 2 e 3 mil escudos, não compram as coisas ao mesmo preço por que as pagam aqueles que ganham 10-15-20-30 e mais contos por mês? Numa democracia rumo ao socialismo, em que tanto se fala dos direitos humanos, será admissível tal falta de respeito por quem trabalhou uma vida inteira?

Fala-se agora muito em que temos de viver com o que temos. E o que é que tem a maioria dos portugueses? Nada, a não ser a sua força de trabalho. É com isso que temos de viver. Dê-se o devido valor a essa riqueza. E olhe-se pelos reformados, que também são portugueses.

António Gomes
— LISBOA

Basta!

As mulheres portuguesas, que vêem o seu poder de compra diminuir dia a dia, têm de ficar caladas?

O Portugal de hoje não tem qualquer semelhança com o Chile de Allende, mas alguma com o de Pinochet, não no que respeita ao cariz político, mas sim no aspecto económico. Se a inflação no Chile atingiu valores elevadíssimos, não caminhamos nós a passos largos para um estado de coisas semelhantes? E havemos de ficar caladas?

No Chile, a burguesia mandou as suas mulheres para a rua com tachos e panelas a fim de colaborar na queda do Governo de Unidade Popular, se houver manifestação de rua, será feita pelas mulheres trabalhadoras, não para derrubar o Governo, mas para que este se disponha a conter os preços, a elevar os salários e a acabar com especuladores e açambarcadores.

Só quem anda pelas praças, mercearias e supermercados é que pode avaliar o sacrifício que muita mulher faz para arranjar comida para os seus. Carne da mais barata, pouca há; peixe fresco mesmo o de qualidade inferior, atinge preços incomportáveis, e o congelado continua a subir (a pescada mais ordinária passou numa semana de 35 para 37 escudos, e pouca é), etc.

O café é considerado artigo de luxo que se pode dispensar apesar dos arreigados hábitos do povo português, que vinham mesmo da infância. Quem é que não sabe que era costume dar às crianças bolachas embebidas em café?

E não querem que as mulheres reclamem? Temos de ficar caladas para que se possa apregoar que o povo está contente?

Acenam-nos com o espectro do fascismo ou fazem-nos passar por fascistas para que não nos manifestemos. Dizem que somos uma minoria!!! Como é possível?! Mas como poderemos ficar caladas se o custo de vida aumenta assustadoramente até valores inalcançáveis?

É preciso que todos nós, mulheres, proclamemos bem alto que estamos descontentes, que estamos fartas, não do 25 de Abril libertador, mas da política que o Governo pratica, que não favorece nem os mais desprotegidos — que são a *maioria* — nem os que até aqui se podiam considerar remediados.

Já é tempo de dizermos: basta!

Maria Josefa de Campos
— LISBOA

A CONSTITUIÇÃO E AS MULHERES

LAURA LOPES

Comemora-se amanhã em todo o País o primeiro aniversário da promulgação da Constituição da República Portuguesa. É importante lembrar que esta Constituição, nascida do 25 de Abril, vindo institucionalizar as transformações revolucionárias operadas no nosso País, não esqueceu, nem podia esquecer, as mulheres, força importante sem a qual nenhuma revolução se pode realizar nem prosseguir. Nestas comemorações há que salientar as alterações revolucionárias que a Constituição veio introduzir também na condição jurídica e social da mulher, especialmente no que respeita ao Direito de Família.

De facto, as mulheres portuguesas sofreram as mais profundas e humilhantes discriminações a nível legal, que as relegaram para uma situação, especialmente após o casamento e durante a sua existência, de dependência quase absoluta do marido. A mulher ao casar perdia grande parte dos seus direitos que iam, em contrapartida, enriquecer a esfera jurídica do marido.

Na generalidade, a mulher casada não podia contactar com terceiros, não podia administrar os seus bens nem os do casal, não podia estar em juízo, não detinha o exercício do poder paternal sobre os filhos menores. Sendo o marido o chefe de família, além de exercer sozinho o poder paternal, competia-lhe ainda a administração de todos os bens do casal e dos próprios da mulher; representar não só os filhos mas também a mulher e decidir de todos os actos da vida conjugal comum; escolher a residência conjugal, pois a lei afirmava que «a mulher deve adoptar a residência do marido», salvo em casos excepcionais. O marido podia ainda opor-se à celebração ou manutenção do contrato de trabalho da mulher, «alegando razões ponderosas».

Mas, no entanto, o Código Civil de 1967 impunha à mulher, como deveres, toda a servidão dos trabalhos domésticos, alimentar os filhos e contribuir para as despesas do lar.

Vinculada ao trabalho doméstico que lhe tem corroído a vida e fanado o anos, a mulher foi afastada da vida colectiva, esbulhada de direitos, escravizada, encerrada entre quatro paredes.

A propaganda burguesa, sustentada pela lei até à entrada em vigor da nova Constituição de que o lugar da mulher é no lar a cuidar dos filhos e do marido, tem apenas o fim de a afastar da produção económica, sufocá-la nos embrutecedores afazeres domésticos, aliená-la dos problemas sociais e políticos, favorecer a classe exploradora que, assim, sempre se tem esquivado à criação dos equipamentos colectivos indispensáveis para que a mulher possa exercer uma actividade fora de casa. Duplamente explorada, através do baixo salário do marido e da sua subjugação aos trabalhos domésticos — cujo valor não é incluído naquele salário — a subordinação da mulher na família tem sido mantida e utilizada para servir um sistema antidemocrático de opressão e exploração.

Com a Constituição de 25 de Abril de 1976, as mulheres portuguesas adquiriram finalmente um estatuto jurídico de plena igualdade com o homem, tanto na família como na sociedade. Desapareceram as discriminações humilhantes e vexatórias com que a lei tratava a mulher.

Esta conquista alcançada pelas mulheres portuguesas é o resultado de duras lutas, não só no nosso País como das mulheres e das forças progressistas de todo o mundo, que conduziram à Declaração da ONU sobre a Eliminação das Discriminações em Relação à Mulher, de Novembro de 1976, cujo artigo 1.º afirma que «a discriminação em relação às mulheres, pelo simples facto de negar ou limitar a igualdade de direitos entre o homem e a mulher, é fundamentalmente injusta e constitui um atentado à dignidade humana».

O Plano de Acção Mundial, aprovado na Conferência do Ano Internacional da Mulher realizada no México em Julho de 1975, no seguimento de idênticas afirmações da Declaração da ONU, diz que «o governos deverão examinar a legislação que afecte a condição jurídica e social da mulher à luz dos princípios dos direitos humanos e das normas internacionalmente aceites. Quando for necessário, deve ser promulgada ou actualizada a legislação para que as disposições nacionais concordem com os instrumentos internacionais pertinentes».

Estabelece também o Plano de Acção Mundial que, quando ainda o não tenham feito, deverão os Governos ratificar as Convenções internacionais sobre os direitos da mulher e «aplicar plenamente as suas disposições».

Aceitando tais orientações e recomendações e as normas e princípios de direito internacional a que está vinculada, sobre os direitos da mulher e sua igualdade com o homem, a nossa Constituição estabelece no artigo 13.º que «todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei». E o n.º 2 deste artigo acrescenta: «Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão (...). do sexo». No artigo 36.º concretiza estes princípios gerais ao estabelecer, no que respeita à família, a igualdade dos cônjuges entre si e em relação aos filhos.

Deste modo, o homem perdeu os privilégios que tinha no casamento, quer como marido quer como pai, deixando de existir a figura jurídica de chefe de família. A mulher e o homem têm exactamente os mesmos direitos e deveres no âmbito das relações pessoais e das relações patrimoniais.

Daqui deriva que, além de a administração dos bens do

Continua na pág. 4

RAZÕES DUMA COMEMORAÇÃO

RUI CUNHA

Quando criança, e ainda nos primeiros anos da adolescência, várias vezes passei junto a São Bento, olhando respeitosamente para aquele palácio que albergava no seu seio «pessoas tão importantes».

O meu pensamento de garoto era semelhante ao de um sem-número de portugueses que, nascidos, criados e vividos durante a ditadura fascista, sempre foram alvo da propaganda obscurantista que lhes martelava os ouvidos, dizendo que «a política era para os políticos» e que estes eram uns «seres extraterrenos» — os tais «iluminados» que estavam muito acima da raça humana, uma espécie de semideuses da Antiga Grécia. O povo olhava para um deputado como se estivesse contemplando um «bicho raro», não sentindo por ele qualquer consideração, mas sim terror — era mais um dos seus opressores.

Com o advento do 25 de Abril de 1974, o Povo Português, libertado de 50 anos de obscurantismo, foi chamado pela primeira vez às urnas para eleger os deputados à Assembleia Constituinte, um ano após a data libertadora, sabendo já nessa altura que um deputado não iria ser o tal «bicho estranho» mas sim um seu par, por si mandatado, para colaborar na elaboração de uma nova Constituição, que atirasse definitivamente para o «cesto dos papéis» a Constituição fascista de 1933.

A missão desta Assembleia era de primordial importância, pois o País em revolução não podia continuar a reger-se por uma lei fundamental contrária aos legítimos direitos e anseios dos trabalhadores, mas também não podíamos viver numa terra sem lei, pelo que urgia a feitura de uma nova Constituição — progressista, virada para a construção do socialismo, ao serviço das classes trabalhadoras.

No dia em que pela primeira vez me senti no hemiciclo de São Bento, não me senti de forma alguma o tal «ser superior», mas estava orgulhoso por ser mandatário dos meus concidadãos, sentindo uma enorme responsabilidade na quota-parte que me cabia no contributo para a formulação de uma Constituição digna daqueles que em mim tinham depositado a sua confiança.

Todos sabem que a Assembleia Constituinte atravessou um dos períodos mais conturbados da Revolução Portuguesa, conhecido pelo «Verão quente de 75».

Foi muitas vezes alvo de atentados à sua dignidade e incompreendida na sua missão histórica, não por culpa do Povo Português — que acudiu em massa às urnas e foi bem claro no sentido do seu voto — mas essencialmente pela prática incorrecta de algumas forças políticas que, em vez de exercerem uma acção pedagógica junto das massas trabalhadoras, muitas vezes as procuravam manipular demagogicamente para prosseguirem objectivos partidários, chegando ao ponto de tentarem utilizar a Assembleia como meio para alcançarem os seus fins.

Por outro lado, a «alta temperatura política» que rodeou os trabalhos da Assembleia nem sempre teve efeitos nocivos, pois, por vezes, teve um efeito importante sobre tomadas de posições de partidos de direita no hemiciclo, levando-os a votar disposições favoráveis às classes trabalhadoras, em detrimento dos interesses da classe que defendem e a que pertencem — não nos podemos esquecer que o CDS votou a favor do controlo de gestão!...

Os dez meses que passei em São Bento constituem a experiência mais rica da minha vida. A Assembleia era o espelho da vida política do País, ali se debatendo as lutas dos trabalhadores, vivendo-se o dia-a-dia das «intrigas palacianas», analisando-se a congruência duns e a incongruência doutros partidos. (Não se veja nestas palavras qualquer ataque à existência dos partidos políticos, pois, pelo contrário, penso que sem eles não há democracia possível).

Julgo que qualquer historiador que no futuro se queira debruçar sobre aqueles dez meses da Revolução Portuguesa, a principal fonte onde poderá «beber» dados históricos e relatos fiéis desse conturbado período, será a dos Diários da Assembleia Constituinte. Penso que isto diz tudo acerca da extraordinária experiência que foi a passagem de um cidadão por aquela Câmara.

No momento político que atravessamos, em que de dia para dia se nota uma maior desfaçatez da direita e em que esta faz um «forcing» para tentar recuperar posições perdidas em 25 de Abril de 74, no primeiro aniversário da promulgação da Constituição da República deve-se estimular a divulgação e o debate franco e aberto pelas classes trabalhadoras, por todos aqueles que constituem a base social de apoio da Revolução, sobre a Constituição da República, uma das mais avançadas do Mundo, que não permite duas «leituras», como a burguesia se esforça por fazer crer, pois toda ela está virada para a construção da sociedade socialista em liberdade. Mesmo em matérias que possam parecer mais controversas, basta ler as declarações de voto dos vários grupos parlamentares (pelo menos os que constituíram as diversas maiorias que aprovaram os 312 artigos), para facilmente nos apercebermos que não há duas interpretações, mas apenas a que aponta para o socialismo.

A Associação de Cultura Socialista — Fraternidade Operária considera o 2 de Abril como uma data que tem de ser devidamente saudada por todos os trabalhadores portugueses, pois a Constituição é a trave-mestra da democracia e da construção do socialismo. Esta data será o ponto de partida para a prossecução dos objectivos da Associação — incentivar o debate pelas classes trabalhadoras, sem qualquer espécie de paternalismo, da problemática do socialismo. A politização dos trabalhadores não se faz apenas pela leitura dos «clássicos» ou pela audição dos discursos de personalidades políticas, mas pelo debate concreto e desinibido, feito por eles próprios a propósito dos problemas que os afligem. No momento em que, não nos iludamos, a direita volta a ser uma ameaça concreta, é necessário que os trabalhadores se apercebam que a vivência democrática se não resume à colocação do voto na urna de tantos em tantos anos, mas que as eleições são apenas parte de uma prática democrática, e que só com a formação e militância das massas trabalhadoras é possível impedir que os mais incautos sejam, ou possam vir a ser, num momento de crise económica como o actual, manipulados por falsas promessas daqueles que sempre os exploraram e que, se alguma vez viessem a reassumir o poder, lhes imporiam uma ditadura tão ou mais férrea do que aquela que sofreram até 25 de Abril de 1974.

dia 1 de abril
OS AMIGOS
estão na FIL!

MERCADO POPULAR DO LIVRO E DO DISCO

GIZENGA EM BRUXELAS

"Um Mobutu por outro Mobutu não resolve o problema do Zaire"

«Quando pusermos fora Mobutu não o substituiremos por outro Mobutu« — assim se expressou, na capital belga, Antoine Gizenga, porta-voz das Forças Democráticas para a Libertação do Congo (Fodelico). O antigo ministro de Patrício Lumumba, pormenorizando o seu ponto de vista, afirmou que «o presidente Mobutu não devia ser substituído por Karl-I-Bond». E acrescentou: «As forças progressistas congolesas escolherão livremente um filho digno para o colocar na chefia do país. Quando pusermos fora Mobutu, não os substituiremos por outro Mobutu». Interrogado acerca da situação no Shaba, o porta-voz da Fodelico considerou que «o objectivo das forças democráticas consistia em conquistar todo o Shaba e a partir desta base chegar a todo o país».

«Na região do leste, precisou, todo o território compreendido no eixo que vai de Kindu a Congolo e Uvira encontra-se ocupado por populações favoráveis ao nosso movimento».

Entretanto, o presidente Mobutu, que ontem «Le Monde» dava como prestes a ser substituída, e pronto a ausentar-se para a Europa, afirmou hoje à Agência Zaire Presse que «não viveria um único dia de exílio no estrangeiro».

«Chefe de Estado ou simples cidadão, acentuou, o meu lugar é na República do Zaire». O chefe de Estado zairense desmentia assim formalmente a notícia publicada por «Le Monde», que dava a entender que Mobutu se preparava para realizar «uma certa viagem ao estrangeiro, durante a qual apresentaria a sua demissão».

Importante: as autoridades zairenses romperam o silêncio que observavam há já vários dias, acerca da situação no Shaba (ex-Catanga), onde há cerca de um mês o Exército zairense combate os reboldes.

Numa conferência de Imprensa, realizada ontem, um dos responsáveis militares das operações no Shaba, e porta-voz oficial zairense, anunciou que se tinha registado uma remodelação na chefia do comando operacional do Shaba e que a frente se situava agora a cerca de 80 quilómetros de Kolwezi, a capital mineira do Zaire.

Para certos observadores de Kinshasa, estas informações oficiais, que surgem após um mutismo de vários dias, parecem traduzir as dificuldades com que as forças zairenses depararam ao tentarem travar o avanço dos rebeldes para Kolwezi. Ao que parece, este avanço não pode ser contido, apesar de uma batalha pelo controlo da cidade de Mutshasha ter sido particularmente violenta, conforme reconheceu o oficial.

De acordo ainda com Antoine Gizenga, «o imperialismo tinha uma manobra para desestabilizar a África progressista». Assim, «impunha-se matar um chefe progressista e afastar um chefe que fizesse o jogo ocidental». Uma manobra, enfim, tendente a confundir os observadores. Efectivamente, N'Gouabi foi executado, como «leader» de esquerda que era. E tentava-se agora afastar Mobutu (recorrendo mesmo ao assassínio) para o substituir por outro homem que contentasse a esquerda do Zaire, sem que, no entanto, optasse pelo socialismo. Mas, como afirma Antonie Gizenga, o povo do Zaire não quer que «um Mobutu seja substituído por outro Mobutu». Este, em suma, o ponto da situação, nestas horas em que se joga o destino da África Austral.

A Constituição e as mulheres

Continuação da pág. 3

casal e do exercício do poder paternal pertencer a ambos igualmente, também a ambos compete a realização de todas as tarefas que advêm da constituição da família Não mais, pois, à mulher unicamente pode ser imposto o dever dos trabalhos domésticos, mas aos cônjuges, devendo o marido com ela colaborar em tudo que se relacione com o governo do lar. Porque então, em virtude de a Constituição impor aos cônjuges, em condições de igualdade, «a manutenção e educação dos filhos», continuaríamos como estabelece o Código Civil de 1967: a mulher tendo o dever de contribuir para as despesas domésticas e a alimentação dos filhos, mas só a ela competindo os serviços domésticos.

Baseando-nos no mesmo princípio de igualdade do homem e da mulher dentro do casamento, temos que entender que ambos têm o direito de exercer uma profissão ou qualquer outra actividade lucrativa ou não, empreender estudos ou aperfeiçoar os seus conhecimentos, não podendo o marido opor-se à vontade da mulher nesse sentido.

No que respeita à residência dos cônjuges, daquele princípio se deduz ainda que deve ser escolhido por ambos e não imposto pelo marido, podendo a mulher ter residência própria. Aliás, independentemente do princípio da igualdade dos cônjuges, o artigo 44.º da Constituição ao estipular que «a todos é garantido o direito de se deslocarem e fixarem livremente em qualquer parte do território nacional» está a conceder à mulher casada esse direito. No entanto, penso que o casal deve ter uma residência comum, só sendo permitido à mulher casada usar aquele direito em casos excepcionais.

A actual Constituição Política veio também fazer desaparecer outra figura jurídica profundamenta discriminatória, ao abolir a família ilegítima, estabelecendo que «os filhos nascidos fora do casamento não podem, por esse motivo, ser objecto de qualquer discriminação, e a lei e as repartições oficiais não podem usar designações discriminatórias relativamente à filiação». A expressão «filho ilegítimo» não pode voltar a ser aplicada.

Importa chamar a atenção para o artigo 18.º da Constituição, que impõe às entidades públicas e privadas a aplicação directa dos preceitos constitucionais respeitantes aos direitos, liberdades e garantias.

Assim, a partir da entrada em vigor da Constituição, os tribunais e as repartições oficiais ficaram inibidos de reconhecer o marido como chefe de família e único administrador dos bens do casal, de lhe permitir a oposição ao contrato de trabalho da mulher ou de qualquer outra actividade que ela queira exercer, ou de aceitar o pai como único detentor do exercício do poder paternal, nem exigir qualquer acto ou exarar documentos que contrarie a igualdade dos cônjuges estabelecida na Constituição. O mesmo acontece em realação às entidades particulares. A Constituição aplica-se directamente, independentemente da ainda não alteração das disposições do Código Civil e de qualquer outra legislação, que definiam a situação da mulher na família. Compete agora a todos os homens e mulheres progressistas estar atentos e vigilantes para que a Constituição seja respeitada e cumprida.

Muitos preceitos legais, nomeadamente do Código Civil, foram automaticamente revogados pela Constituição, outros necessitam de ser reformulados. Criou-se pois um vazio legal que urge preencher de harmonia com as novas regras constitucionais e sem esquecer que o equilíbrio dos direitos e deveres entre os cônjuges só se pode formar através do entendimento e do respeito mútuos. Enquanto tal não acontecer, a mulher continua numa situação de insegurança jurídica prejudicial não apenas a si própria, como à família e, no todo, à sociedade.

Apesar do que ficou dito, não pensemos que a situação subalterna da mulher casada se modificará de um momento para o outro. Modificam-se facilmente as leis, alteram-se as relações económicas de produção, mas as mentalidades necessitam de longos anos para se adaptarem a um novo estilo de vida, à evolução das normas políticas, económicas e sociais.

Conquistada a igualdade jurídica, só a independência económica da mulher lhe poderá dar completa igualdade com o homem. Esta independência está porém ligada à efectivação do direito ao trabalho, à educação e à cultura, reconhecido também na nossa Constituição.

A inserção plena da mulher na vida social só será uma realidade quando lhe for proporcionada a aquisição de uma formação técnica adequada, a fim de poder participar na actividade económica, política e social do País. Verifica-se assim a necessidade imperiosa e urgente do acesso ao ensino para todas as camadas sociais e a criação de equipamentos colectivos — creches, jardins de infância, cantinas, restaurantes populares, lavandarias, transportes colectivos, suficientes e a preços acessíveis — para que a mulher possa estar fora do lar, tranquila, exercendo uma profissão.

Um factor é, no entanto, imprescindível para que as condições atrás apontadas se verifiquem: a defesa e fortalecimento das conquistas democráticas obtidas pelo povo português após o 25 de Abril (conquistas essas institucionalizadas pela Constituição) — a Reforma Agrária, o controlo operário e as nacionalizações.

Só um regime autenticamente democrático, em que desapareça a exploração do homem pelo homem, pode garantir às mulheres o respeito por todos os seus direitos e a sua dignificação dentro da família.

INICIATIVA DA U.M.A.R.

Mulheres protestaram em S. Bento contra custo de vida

«Nós, donas de casa e trabalhadoras das cidades e das vilas, fartas de tentar esticar o dinheiro, queremos que o sr. Primeiro-Ministro nos explique como havemos de salvar a economia das nossas famílias com o bife a 130 e 140 escudos, os ovos a 25, o leite a 10, com as rendas de casa a contos de réis, a água, a luz, os transportes, a farmácia, a escola?» — esta uma das interrogações postas ao dr. Mário Soares, numa Carta Aberta entregue ontem à tarde no Palácio de S. Bento por uma comissão da U.M.A.R. (União das Mulheres Antifascistas e Revolucionárias).

Não foram recebidas pelo Primeiro-Ministro mas pelo chefe do Gabinete. Em seguida, uma representação da UMAR avistou-se com o presidente da Assembleia da República a quem deram um exemplar da Carta Aberta dirigida ao dr. Mário Soares. O dr. Vasco da Gama Fernandes falou durante alguns momentos com elas. Perguntou o preço do repolho e admirou-se com o que lhe disseram. Ouviu as suas reclamações. Uma das mulheres fez, ali, na sua frente, um breve mas esclarecido depoimento sobre o seu orçamento familiar. O presidente da Assembleia da República ajudava a subtrair ao ordenado, as despesas. Chegou-se a meio dos gastos e não havia dinheiro. «Sr. presidente, no fim do mês, nos últimos dias só bebo café e como pão» — dizia uma delas.

O dr. Vasco da Gama Fernandes concordou que a carestia de vida estava a atingir graves proporções, mas mostrou-se confiante em que o Governo iria tomar providências.

Cá fora, algumas dezenas de mulheres da U.M.A.R. gritavam palavras de ordem contra o aumento de custo de vida. E uma delas, Narcisa Cosme, afirmava: «Eu só queria que o sr. Primeiro-Ministro me deixasse governar a casa dele com o salário que eu tenho para comer todo o mês mais a minha família».

«Porque só fizeram o Cabaz de Compras depois de ter aumentado os preços todos?»

Um momento da manifestação. Com o megafone vê-se Acácio Barreiros, deputado da U. D. P.

continuava. «Passam-se meses sem entrar peixe em casa» — exclamava uma outra. «Tenho nove filhos e tenho de me governar com 5400$00 — dizia outra mulher. Polícias vigiavam atentamente a manifestação.

O deputado da U.D.P., Acácio Barreiros, foi até junto das manifestantes (a U.M.A.R. é considerado um movimento de mulheres afectas aos GDUP's) e conversou também com elas. Solidarizou-se com a sua luta. «O deputado do povo» gritavam algumas, entusiasmadas com a presença de Acácio Barreiros.

Mais um protesto de mulheres contra o aumento do custo de vida. Entretanto, o Governo continua a aprovar novos aumentos. Ontem o bacalhau, hoje o café e amanhã o que será? O combate à especulação não começou nem se vislumbra que medidas vão ser tomadas. O Cabaz de Compras foi o que se sabe. Entretanto, o Gabinete de Imprensa do P.S. distribuiu há dias um comunicado em que acusava estas mulheres (referia-se às Comissões Unitárias de Mulheres) de desestabilizar. Mas são os aumentos diários dos produtos que desestabilizam os orçamentos familiares. Francamente, exigir a mulheres que têm, por vezes, dois mil escudos para comer por mês (já não falamos nas reformas de 600 escudos) e «estejam caladas para não desestabilizar» é de mais. E protestar, é um acto democrático. Só não protesta quem tem «tachos». Esses protestaram e protestam no nosso país. Mas não é contra o aumento de custo de vida. Como no Chile. O que aí (e cá também) estava em causa era a queda do regime democrático. Misturar as coisas é injusto. E não deixa de ser imoral.

F.M.

Carreiras para Alcochete têm novo regime tarifário

Uma solução provisória para o problema relacionado com a suspensão, há cerca de um mês, da carreira fluvial Alcochete-Lisboa que, conforme temos vindo a noticiar, colocou sérias dificuldades às centenas de habitantes daquela vila que diariamente se dirigem para o seu trabalho na capital, foi agora encontrada com o estabelecimento de um novo regime tarifário estabelecido por portaria conjunta dos Ministérios dos Transportes e Comunicações já enviada para publicação no «Diário da República».

Esta solução foi tomada pública num comunicado emitido pelo primeiro daqueles Ministérios, que refere ter sido esta medida tomada numa reunião realizada no passado dia 29 de Março no Gabinete do Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações, com a participação do Governador Civil de Setúbal, do presidente e um vereador da Câmara Municipal de Alcochete e da Comissão Administrativa da Transtejo.

Foram deste modo criadas as seguintes novas modalidades tarifárias: um passe bimodal, mensal, para a Rodoviária Nacional e a Transtejo, a título experimental, válido entre Alcochete e Lisboa, via Montijo, para um número ilimitado de viagens, no valor de 600 escudos; um bilhete de assinatura bimodal, mensal, para estudantes, válido para um número ilimitado de viagens, entre Alcochete e Lisboa, via Montijo, no valor de 430 escudos; um bilhete de correspondência rodofluvial, entre Alcochete e Lisboa, via Montijo, no valor de 20 escudos. Por outro lado, e de acordo com o comunicado do MTC, «face a instante solicitação da Câmara de Alcochete e embora vincando as graves dificuldades em navios com que actualmente se debate, concordou a Transtejo em considerar a possibilidade do restabelecimento do serviço fluvial quando tal for tecnicamente possível, e em paralelo com as carreiras por estrada, no pressuposto de que não serão compatíveis os favoráveis títulos de transporte e as carreiras rodoviárias suplementares agora introduzidas, com a continuação dum serviço fluvial obviamente não justificado pelo tráfego».

Ministério e cooperativas discutem preço do leite

. A revisão da Portaria 110-A/77, que estipula os preços do leite à produção, vai continuar a ser discutida entre o Ministério da Agricultura e Pescas e as cooperativas de produtores. Durante todo o dia de ontem, estiveram reunidos com técnicos do M.A.P. representantes das seguintes Cooperativas: Lacticoop, União de Cooperativas de Entre Douro e Minho, União Independente de Portalegre e Cooperativa de Oliveira de Azeméis.

Neste momento a proposta do Governo é de 8$50 para o leite de classe A, e de 6$50 para o da classe B. Segundo um representante da Lacticoop, a produção não está de acordo com esta diferença, que considera muito grande, tendo acrescentado que perante a não cedência do Governo aos nove escudos por litro preço proposto pelas cooperativas — «vão continuar a pugnar para que a diferença seja reduzida».

Os trabalhos prosseguem na próxima segunda-feira sabendo-se que as cooperativas reunirão em seguida a fim de fazerem o ponto da situação e tomarem as resoluções que acharem convenientes.

MERCADO POPULAR DO LIVRO E DO DISCO

PROGRAMA

dia 1

TEATRO

20h 45m

SEIVA TROUPE, grupo do TEP que se estreia em Lisboa, estreando em Portugal a Peça "A Visita" de Victor Aim.

CINEMA

19h e 21h 15m

A TIO VANIA, de Andrei Mikhalk-Kontchalovski
Colóquio na 2.ª sessão com Luiz Francisco Rebello

DISCOS

20 horas

Com a presença de intérpretes e autores, apresentação dos discos:
Hino d'O Diário (Trio Zé Ferrugem + 1)
A Marcha do Povo Unido (Intróito)
Coração em Armas (José Jorge Letria)

21 horas

Apresentação do disco
Portugal no Coração
com a presença d'Os Amigos
e José Carlos Ary dos Santos

DEBATE

22 horas

Debate sobre o tema "Literatura e Resistência"

CANÇÕES

22h 15m

Fernando Tordo
Paulo de Carvalho
Ary dos Santos
Os Amigos

LIVROS

17 horas

Conferência de imprensa para apresentação dos primeiros títulos editados pela Editorial Caminho, com a presença dos autores:
— **Revolução e Vida**, de Miguel Urbano Rodrigues
— **1383**: de Virgílio Martinho
— **A Escola de S. Luís Gonzaga**, de Franco de Sousa
— **Soeiro Pereira Gomes e o futuro do realismo em Portugal** de Álvaro Pina

19 horas

Apresentação do Álbum "O Texto Manuscrito"
com a presença dos 53 autores

1 a 7 de abril

FIL

CONSULTE O PROGRAMA DIÁRIO NA ENTRADA DO MERCADO

HOJE EM S. BENTO

Exigidas leis urgentes contra Imprensa fascista

Milhares de assinaturas recolhidas em todo o País vão hoje ser entregues ao Presidente da Assembleia da República em apoio a um documento contra a proliferação da imprensa fascista.

A Comissão de Defesa da Constituição promotora da recolha de assinaturas que, aliás, prossegue, ainda em todo o País, procurando-se uma grande diversidade profissional e regional dos apoiantes, estranha «que não sendo consentidas pela Constituição as organizações que perfilhem ideologia fascista seja consentida a proliferação de uma imprensa fascista que não poderá deixar de ser considerada como instrumento de propaganda e plataforma favorável à organização fascista».

Por esta e outras razões evidentes, tal o número e o carácter francamente provocatório de tal imprensa, propõe-se à Assembleia da República que «legisle urgentemente em defesa da democracia, definindo medidas que permitam punir a imprensa que deliberadamente favoreça organizações que perfilhem a ideologia fascista».

Armas da G.N.R. forçam entrega de reserva a um agrário

Foi consumada a entrega, pela força das armas, da reserva ao agrário Manuel Nunes, na UCP. «Terra de Pão» da freguesia da Salvada. Aliás este senhor já tinha também pedido uma outra reserva na U.C.P. «Terras de Catarina», em Baleizão. Apesar de o C.R.R.A. de Beja, há uns meses atrás, ter feito tudo para que o agrário recebesse as terras, os trabalhadores não assinaram qualquer documento nem aceitarem a determinação do M.A.P. que consideraram perfeitamente ilegal. Essa a razão porque os assalariados rurais da Salvada semearam a terra, trataram-na e procederam aos trabalhos de monda.

Após a intervenção do ministro António Barreto, o governador civil de Beja resolveu tomar uma atitude dura dentro da linha defenida pelo titular da pasta da Agricultura ao afirmar «que o Governo seria impiedoso». E foi. Um forte contingente de forças da G.N.R. colocou-se nos pontos estratégicos dos acessos à aldeia enquanto outros (cerca de 30 homens) acompanharam a brigada técnica do C.R.R.A. na operação, que consistiu não só na entrega da terra como também na entrega das máquinas, de 195 ovelhas de seis carneiros e de 55 borregos. E ainda a entrega ao agrário dos casões, na Salvada, onde as máquinas eram reparadas. O povo da aldeia juntou-se no local para protestar contra aquela arbitrariedade. Em certa altura quando os trabalhadores se recusaram a entregar a chave dos casões viveram-se momentos de grande tensão tendo mesmo um sargento da G.N.R. dado voz de prisão a um jovem trabalhador que disse «Nós não entregamos nem as chaves nem a terra porque não queremos ir para o desemprego».

Segundo a informação de um dirigente do Sindicato o sargento «conhecido pelas suas frequentes acções nas entregas de herdades aos agrários» dirigiu-se ao técnico do CRRA para lhe perguntar se ele queria que as forças da G.N.R. dispersassem as pessoas «pois não precisavam de mais de cinco minutos para o fazerem». As mulheres desatam a gritar. «Vocês querem de novo conduzir-nos à miséria». Os ânimos começam a exaltar-se. Os homens afirmavam que não consentiam que nem um trabalhador fosse detido. «Então vamos todos. Prendam-nos» Perante isto a G.N.R. deixou o rapaz em liberdade.

Agora os trabalhadores perguntam: «Quem nos vai indemnizar do trabalho, dos gastos feitos na herdade e do gado que nos levaram?» No entanto convém salientar que a Salvada é terra de resistência. Os seus trabalhadores rurais sempre se caracterizaram por um a elevada consciência política. A sua combatividade é histórica. Há cerca de 30 anos um cabo da GNR assassinou na Salvada um jovem estudante, de nome Amaral, por ele tomar a posição dos trabalhadores.

PUB

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL

AVISO

A Câmara Municipal do Seixal, considerando que, com a colaboração da população do concelho se poderá evitar a recolha de lixos domésticos aos sábados, permitindo por um lado uma melhor gestão do património público, por outro a concessão aos trabalhadores do sector de uma regalia conquistada pela Função Pública e Autarquias Locais;

Considerando que o funcionamento dos Mercados Municipais também aos sábados exigem um imprescindível tratamento.

A Câmara Municipal, suspende a partir do próximo mês de Abril, a recolha de lixos domésticos aos sábados com excepção do tratamento dos Mercados Municipais, a efectuar por uma brigada rotativa.

A Câmara Municipal apela para a população em geral, solicitando que evite despejos aos fins de semana, tanto quanto possível.

Seixal, 25 de Março de 1977

Paços do Concelho

O Presidente da Câmara
Eufrázio Filipe Garcez José

Apoio aos pequenos agricultores numa jornada amanhã em Beja

As unidades colectivas e Cooperativas Agrícolas do distrito de Beja, decidiram, em plenário, promover no próximo sábado, dia em que é comemorado o primeiro aniversário da entrada em vigor da Constituição, uma jornada de apoio aos pequenos agricultores.

Esta iniciativa, aliás, não é inédita, pois no passado dia 19 os trabalhadores das U. C. P.s do concelho de Serpa promoveram uma jornada de trabalho que beneficiou cerca de 200 pequenos agricultores.

Entretanto efectuaram-se, ontem, em várias freguesias do distrito de Beja uma série de plenários que tiveram uma larga participação de pequenos agricultores tendo muitos deles comparecido apenas para confirmar a unidade existente entre os trabalhadores do campo (assalariados rurais e pequenos agricultores) face às conquistas consagradas pela Reforma Agrária. O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas já manifestou, através de um comunicado, a sua posição. **Parece no entanto que não agradou a alguns «respeitáveis senhores» do nosso distrito que, rosnando insultos contra o nosso sindicato e as U. C. P.s caíram no ridículo dizendo que impediriam a realização da jornada,** afirma-se no documento.

Tal como da primeira vez em que as U. C. P.s do concelho de Serpa resolveram demonstrar aos pequenos agricultores a sua inequívoca solidariedade, algumas organizações afectas a determinadas forças partidárias pronunciaram-se contra a jornada de apoio aos pequenos agricultores com argumentos que o sindicato apelida de divisionistas, **Vemos o M. U. «C.» e o «senhor» Almeida de mãos dadas a protestar contra a realização da jornada de trabalho em benefício dos pequenos agricultores através de um comunicado a que a Imprensa reaccionária como o jornal «A Luta» não hesitou em dar cobertura,** sublinha-se no texto do sindicato. **Que o M.U. . o faça até se compreende pois, como movimento divisionista que é, e fazendo conscientemente o jogo dos grandes agrários, está perfeitamente no seu papel procurar impedir a unidade entre trabalhadores agrícolas e pequenos agricultores.**

A propósito da atitude assumida pela Liga dos Pequenos Agricultores liderada pelo sr. Almeida, o sindicato pergunta: **Que interesses defende o senhor Almeida neste momento? Os dos pequenos agricultores ou dos grandes agrários? É tanto mais estranho quanto na verdade nunca vimos o senhor Almeida juntar a sua voz à nossa quando exigíamos junto do C. R. R. A. de Beja a expropriação da terra que ainda continua na posse dos agrários para a entregar aos verdadeiros pequenos agricultores e trabalhadores desempregados.**

O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Beja diz também que nunca viu o presidente da Liga a pronunciar-se contra a política de recuperação latifundista do ministro Barreto e secretário de Estado Portas. **Eles sabem tão bem como nós que foram os grandes agrários que roubaram aos pequenos agricultores o fruto do seu trabalho quer através das grandes rendas que os obrigavam a pagar quer através dos baixos preços que lhes pagavam pelos produtos.** No documento do sindicato coloca-se mais uma interrogação: **Será que o senhor Almeida, a exemplo de Barreto e Portas, considera pequenos agricultores os srs. Palma Cano, Manuel Nunes, Ernesto Phillimor, José Nobre Vilhena e tantos outros?**

. No texto divulgado pelo sindicato exige-se a expropriação das terras nas mãos dos agrários e a sua entrega a uma Comissão de Pequenos Agricultores e Trabalhadores Agrícolas. Exige-se ainda o crédito a juros baixos, apoio técnico e garantia de escoamento dos produtos, a preços compensadores para os pequenos agricultores e trabalhadores das U. C. P. s.

Contratos de viabilização

Continuação da pág. 1

empresas nacionalizadas (...); comparticipação até 50 por cento do custo de viabilidade (...) e nas despesas de valorização profissional do trabalhadores podendo a parte não comparticipada ser objecto de financiamento, a taxa subsidiada, durante o período do contrato; comparticipação até 30 por cento no custo de estudos, projectos e outras acções de reorganização, promoção de mercados, racionalização da produção ou investigação científica e tecnológica, conducente à produção de inovações socialmente úteis (...), concessão de um subsídio por trabalhador desde que a empresa tenha sido previamente declarada em crise (...) e se demonstre não ser possível pagar os salários mínimos especificados no respectivo contrato colectivo de trabalho, caso em que o subsídio cobrirá metade da diferença entre os salários que é possível pagar e os mínimos contratuais, sendo a outra metade suportada pelos trabalhadores, concessão de benefícios fiscais, expressamente destinados às empresas privadas celebrantes de contratos de viabilização».

No que respeita ao montante total do passivo a consolidar, ele será igual ao maior dos dois valores seguintes: os prejuízos acumulados dos exercícios de 1975 e 1976, ou a diferença eventualmente existente entre o valor do activo imobilizado, líquido de amortizações e os capitais permanentes.

Integrarão ainda o montante total do passivo a consolidar as dívidas contraídas pela empresa directamente junto das instituições de crédito nacionais, as dívidas contraídas pela empresa junto de credores não bancários nacionais e outras.

Para serem celebrados contratos de viabilização deverá ser provado, entre outras coisas, que foi ouvida a comissão de trabalhadores, se a houver, quanto às metas e objectivos do contrato..

Finalmente a comissão que venha a ser criada para apreciar os contratos de viabilização terá, entre outros objectivos, o de atribuir à empresa um dos seguintes graus quanto à viabilidade: Grau A, viabilidade segura, fácil recuperação financeira; grau B, viabilidade segura, difícil recuperação financeira; grau C, viabilidade provável, recuperação financeira problemática; grau D, viabilidade duvidosa, situação financeira muito deteriorada, recuperação muito duvidosa) e grau E, inviabilidade.

Este diploma entrará em vigor conjuntamente com a lei dos incentivos fiscais.

Sessão da Assembleia comemora aniversário da Constituição

. O plenário da Assembleia da República reúne amanhã de manhã, extraordinariamente, numa sessão comemorativa do 1.º aniversário da promulgação da Constituição da República Portuguesa.

Estarão presentes membros do Conselho da Revolução, do Governo, do Corpo Diplomático, do Supremo Tribunal de Justiça, o procurador Geral da República e o provedor de Justiça. Assistirão ainda os ministros da República e os presidentes dos Governos e Assembleias Regionais dos Açores e da Madeira, membros da Comissão Constitucional, presidente do S.T.A. e S.T.M. e Tribunal da Relação, o governador-civil e o presidente da Câmara de Lisboa, o Cardeal-Patriarca e público. Foram especialmente convidados para esta sessão todos os deputados da Assembleia Constituinte que não exercem as mesmas funções na Assembleia da República.

Aberta a sessão às 10 horas, um deputado de cada partido com representação na Assembleia fará uma declaração política com o máximo de 15 minutos, usando em seguida da palavra o presidente, Vasco da Gama Fernandes.

PUB

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO DISTRITO DE SETÚBAL

MOÇÃO

Os trabalhadores Metalúrgicos do Distrito de Setúbal, reunidos em Assembleia Geral Ordinária do dia 26-3-77 no «Cinema Ferroviários», em Barreiro, repudiam a entrega, por parte do Governo, das empresas ao patronato sabotador da economia nacional que as abandonaram ou foram afastados pelos trabalhadores após provarem as fraudes consentidas por estes. Tendo-se então verificado a intervenção do Governo nas referidas empresas, que sobreviveram, graças aos esforços desenvolvidos pelos trabalhadores que. inclusive suportando salários inferiores aos consignados nos contratos respectivos, evitando assim o encerramento de cerca de 250 empresas que asseguraram aproximadamente 60 000 postos de trabalho.

É com apreensão que verificamos a recusa, por parte do Governo, ao diálogo com os representantes dos trabalhadores (C. Trabalhadores e Sindicatos) não tendo em conta as soluções apresentadas por estas, dando mostras de estar a actuar sobre pressões da direita reaccionária, dos monopólios e do imperialismo, que se mostram interessados no retroceder das conquistas alcançadas pelo nosso povo, pondo em causa, com este tipo de actuação, a estabilização da Democracia no nosso País, visto atentar-se contra o consignado na Constituição que aponta para a criação do exercício do poder pelas classes trabalhadoras.

Manifestam o seu apoio à luta desenvolvida pelos trabalhadores da GUÉRIN, UNIÃO DE LIMAS TOMÉ FEITEIRA e AUTO RECONSTRUTORA DO BARREIRO, além de outras na mesma situação, chamando a atenção do Governo pela sua política vesga e anti-operária, negando-se sistemáticamente ao diálogo com os órgãos dos trabalhadores e quando o faz não tem em conta, as opiniões e soluções apresentadas por estes antes procurando culpá-los pela má administração da nossa economia efectuada, sobretudo, a partir do VI Governo matraqueando a opinião pública, sob qualquer pretexto, com a chamada época do «GONÇALVISMO», época em que foram consagradas as maiores conquistas da Revolução conseguidas pelos trabalhadores.

Estando deste modo a servir os interesses do patronato reaccionários e dos monopólios, política esta que a ter continuidade abrirá caminho a uma situação da qual serão os trabalhadores a sentir os seus efeitos através do aumento de desempregados, agravamento do custo de vida e cancelamento das liberdades consignadas na própria Constituição, invocando o espectro da recuperação económica, que deste modo não passará de recuperação capitalista apesar de todos os disfarces que lhe queiram pôr.

VIVA A UNIDADE DE TODOS OS TRABALHADORES !
UNIDOS LUTAREMOS !
UNIDOS VENCEREMOS !

APROVADA POR UNANIMIDADE E ACLAMAÇÃO

O Vice Presidente da Assembleia Geral

a) **João Maria Sovelas**

APELO DA U.R.A.P. AO POVO PORTUGUES

Aniversário do 25 de Abril com carácter popular festivo

Em nome dessa Resistência que nunca desfaleceu ao longo de 48 anos de opressão e de terror policial, os membros da União de Resistentes Antifascistas (URAP) dirigem um veemente apelo a todos os portugueses antifascistas e patriotas para se associarem às comemorações da data gloriosa da libertação nacional».

A URAP lembra que cabe aos resistentes antifascistas, como representantes de um longo passado de luta, ultrapassar divergências e separações «convertendo, pelo seu exemplo e com este apelo, a jornada de 25 de Abril numa manifestação popular e patriótica de homenagem aos militares revolucionários de 25 de Abril de 1974 e de preito a todos os que caíram no combate à ditadura fascista».

Como vítimas que foram da repressão fascista e combatentes contra o regime opressor, os membros da URAP consideram também seu dever «chamar o povo, os democratas, os antifascistas e patriotas, a uma jornada de afirmação da vontade política de construir a democracia, de abrir caminho para o socialismo, de defender a Constituição da República».

E lembram que, homenageando os Capitães de Abril e rendendo preito aos resistentes antifascistas, a comemoração da data gloriosa de 25 de Abril deverá assumir um carácter popular festivo. «As dificuldades presentes — lembra a URAP — não nos devem levar a esquecer a imensa distância percorrida nestes três anos de liberdade».

REITORIA DA UNIVERSIDADE DESOCUPADA

Começaram matrículas dos H.C.L.

Os estudantes do 5.º e 6.º anos de Medicina dos Hospitais Civis decidiram, ao fim do dia de ontem, desocupar as instalações da Reitoria da Universidade Clássica de Lisboa, após lhes ter sido garantido por comunicado do Conselho de Ministros que as matrículas iriam ser imediatamente abertas.

O professor Barahona Fernandes, reitor da Universidade, manteve-se no interior do edifício, em contacto permanente com os estudantes e com o M. E. I. C. Foi o próprio reitor que comunicou aos alunos dos Hospitais Civis que as matrículas abririam hoje a partir das 10 da manhã.

Recorde-se que há já três meses que os 920 estudantes afectados vinham pedir a abertura de matrículas. Um comunicado, distribuído depois da R. G. A. que se decidiu pela ocupação da Reitoria afirmava a dado passo: «Da parte do Governo saiu um despacho de institucionalização dos H. C. L. que não resolve por si mesmo, o problema: os médicos continuam na firme disposição de não começarem as aulas enquanto não forem satisfeitas as suas reivindicações, usando-nos como meio de chantagem, embora, da nossa parte, tenhamos feito todas as diligências a nível governamental para resolução do problema; estamos sem aulas, não estamos matriculados porque parte do corpo docente se recusa a enviar o nosso «curriculum» para a Reitoria; e, por isso mesmo, a partir de 4-1-77, deixamos de estar abrangidos pelas regalias sociais dos estudantes universitários, como alimentação, transportes e alojamento e bolsas de estudo».

ENSINO MÉDICO

Do Ministério da Educação e Investigação Científica, recebemos a seguinte nota oficiosa: «O Governo, através do M E. I. C. e do M A. S. procedeu aos estudos necessários à elaboração de diploma legal que estabelecerá o regime de ensino médico nos Hospitais Centrais, o qual será brevemente discutido em Conselho de Ministros».

PSICOLOGIA

. A Comissão Consultiva «ad hoc» aprovou o plano de estudos da licenciatura em Psicologia. Assim, nos termos do plano, a licenciatura fica definida em dois níveis de preparação. O primeiro ciclo consta de formação geral, com duração de três anos e de carácter multidisciplinar, englobará unidades que proporcionem conhecimentos fundamentais de Psicologia nas suas áreas mais importantes e unidades no âmbito da Matemática, Biologia, Ciências Sociais e outros ramos de saber, quer de inscrição obrigatória (na sua maioria) quer optativas.

O segundo ciclo consta da formação complementar, de pré-especialização, com a duração de dois anos, diversificado segundo orientações específicas para grandes ramos de Psicologia (e com maior número de optativas), incluirá unidades relativas a áreas de âmbito mais restrito, em aprofundamento de matérias anteriores, e unidades mais voltadas para especializações e campos de aplicação. Haverá também actividades de investigação e estágio.

Segundo o Plano, e dadas as características dos dois níveis de formação definidos, torna-se necessário o regime presencial quanto à frequência dos alunos, estando já elaborado o Plano de Estudos do Ciclo Geral dividido em cadeiras semestrais.

Nota Oficiosa

Administração

Do Ministério da Administração Interna recebemos a seguinte nota oficiosa sobre dificuldades na aplicação do Decreto-Lei 76/77, que visa corrigir situações de injustiça nos quadros da Administração:

«O Decreto-Lei n.º 76/77 de 1 de Março teve o objectivo de, como se refere no respectivo preâmbulo corrigir disparidades, assimetrias e situações de injustiça que se verificaram nos quadros da Administração Regional e Local, especialmente no que respeita à sua composição e correspondentes remunerações.

«Tendo vindo a ser detectadas algumas dificuldades na aplicação do referido decreto-lei, as Secretarias de Estado da Administração Pública e da Administração Regional e Local esclarecem que, sem prejuízo do adequado tratamento dos problemas que actualmente se suscitam, designadamente os respeitantes aos Serviços Municipais de Habitação e Administração de Bairro (fora de Lisboa e Porto), o Decreto-Lei n.º 76/77 não será suspenso nem revogado, admitindo-se no entanto que, no seguimento dos contactos a estabelecer com o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local — S.T.A.L. — venham a tomar-se providências legislativas que corrijam as referidas situações.

«Esclarece-se ainda que da aplicação do artigo 2.º do mesmo decreto-lei, não poderão resultar quaisquer promoções ou outras mudanças da situação relativa do pessoal que não derivem exclusivamente da execução estrita do disposto do referido diploma legal».

SEGUNDO UM PROFESSOR CHECO

"Carta 77" é um problema da consciência mundial

. Em Lisboa a convite do Movimento Social-Democrata, o prof. Antonin Snejhdarek esteve ontem à noite no Teatro Villaret para falar da actual situação política na Checoslováquia e do significado da «Carta 77». Snejhdarek, que é professor na Sorbonne, em Paris, onde se encontra exilado desde 1969, enquadrou o problema da «Carta 77» num contexto muito mais largo do que o checo, o de Leste, ou sequer o europeu. «O problema da «Carta 77» não é apenas um problema do povo checoslovaco, mas um problema da consciência mundial», disse: «Ou o mundo dá a sua condenação às violações dos direitos humanos ou terá a mesma sorte.»

. O documento chamado «Carta 77» constitui, primeiro, uma tomada de posição de intelectuais checos perante alegadas violações aos Direitos do Homem (consignados em texto internacional) que estarão a ser cometidas pelas autoridades de Praga. Depois, como se sabe, tem servido de pretexto para praticamente toda a Imprensa do chamado mundo ocidental (capitalista) se mobilizar de novo em propaganda contra os regimes do Leste da Europa.

Snejhdarek falou do filósofo checo Jan Patocka, dizendo que este filósofo checo era apenas um homem apolítico. «Não marxista», disse, «Patocka defendia os grandes valores humanos sem os quais a vida não terá qualquer sentido.»

. Referindo-se à «Carta 77», o professor checo disse que o documento foi subscrito por 800 intelectuais, os mais deles já com posições assumidas antes e depois de «Praga 68», quando tropas do Pacto de Varsóvia entraram em acção na Checoslováquia para travarem o que a interpretação depois oficial chamou um desvio de direita no sentido de aproximação em relação ao capitalismo.

Segundo o professor checo, os mais dos signatários da «Carta 77» nunca abandonaram a luta a favor do processo que a intervenção militar em 68 travou.

Primeiro aniversário da Constituição

. Ao votarem, há um ano, a Constituição da República, os diferentes partidos definiram as respectivas posições face à Lei Fundamental.

Nas declarações de voto produzidas na altura, os sociais-democratas independentes (dissidentes do P.P.D.), pela voz de Mota Pinto, afirmaram que «o padrão para apreciar o valor positivo da Constituição consiste nas virtualidades que ela oferece para garantir a independência e a unidade nacional, a efectivação do princípio da soberania popular, o livre desenvolvimento da personalidade de todos os cidadãos, a mudança para uma sociedade de verdadeira justiça social, ou seja, o trânsito pacífico e democrático para o socialismo».

Afonso Dias, deputado da U.D.P. na Constituinte, disse, por seu turno, que «a Constituição no essencial não impede o desenvolvimento da luta popular contra o fascismo, a miséria e o imperialismo», notando que ela «pode ser utilizada pelo povo para dificultar as manobras reaccionárias e fascistas e desmascarar a demagogia dos conciliadores».

O «leader» do grupo de deputados do M.D.P., Luís Catarino, ao apresentar a delcaração de voto do seu partido, referiu que «mau grado as hesitações e as dúvidas, as influências e as contradições, a Constituição da República Portuguesa é uma conquista do povo português oprimido e explorado».

Vital Moreira, que apresentou a declaração de voto do Partido Comunista, começou por afirmar que «a Constituição nem sempre é consequente», mas, disse, «O acervo positivo não é pequeno».

Depois de saudar alguns dispositivos constitucionais e de lamentar outros, Vital Moreira referiu que «por mais equívocas que sejam algumas das formulações da Constituição, ela é, no fundamental, incompatível com os interesses reaccionários do grande capital e da direita».

«O P. C. P. não reivindica a constituição como propriedade sua nem a lê por metade» afirmou ainda Vital Moreita, concluindo que «esta Constituição será uma importante arma de luta pela liberdade e pelos objectivos fundamentais da Revolução».

Barbosa de Melo, do P.P.D., assinalando «algumas estranhezas» no texto constitucional, que se prendem com as reservas que o seu partido pôs na sua aprovação e na forma como, até ao último momento, tentou que o mesmo consagre a possibilidade de ser revisto a curto prazo, salientaria ainda que «o P.P.D. tentou evitar que a linguagem e a conceptualogia de raiz marxista enxameassem o texto constitucional, tornado-o impropriado à sensibilidade à cultura portuguesa».

Finalmente, José Luís Nunes, porta-voz do Partido Socialita na Constituinte, depois de alguns considerandos sobre o texto constitucional, disse: «Estamos certos de que a Constituição representa um instrumento incomparável de instauração em Portugal de um Estado de direito e de uma democracia avançada. Estamos certos de que será aperfeiçoado e melhorado, e temos esperanças de que as sucessivas legislativas consigam obter esse desiderato. Estamos certos de que o seu traçado essencial poderá igualmente permanecer

A declaração de voto do C.D.S. — único partido que votou globalmente contra o texto constitucional, já que o P.P.D. apresentara apenas reservas diversas passag ens mais progressistas — foi lida por Sá Machado que confessou que o voto do seu partido «exprime o inconformismo e a frustração pela oportunidade que, na Lei Fundamental, se perdeu de mais democracia e de mais autentico pluralismo».

Sessões para hoje

. Sessões comemorativas do 1.º aniversário da Constituição da República prevista para hoje, em Lisboa:

. — No Salão Nobre do Instituto Superior Técnico, pelas 21.30 horas, com intervenções de Piteira Santos, Octávio Pato, António da Silva Oliveira, José Tengarrinha, Jorge Sampaio e Aquilino Ribeiro Machado; sessão promovida pela «Comissão Promotora» de Lisboa;

. — No Teatro Villaret, às 21.30 horas, com a presença de Mário Soares e Henrique de Barros, sessão promovida pelo Partido Socialista;

. — Nos Bombeiros Voluntários de Oeiras, às 21.30 horas, sessão promovida pelo Movimento Democrático das Mulheres subordinada ao tema «A Mulher e a Constituição»;

. — No Ajuda Clube, às 21.30 horas, sessão promovida pela FEPU;

. — Na Academia «1.º de Setembro», às 21 horas, sessão da FEPU.

NO PORTO:

. Na sede da Comissão Distrital do M.D.P./C.D.E., do Porto, às 21.30 horas, colóquio-debate sobre medidas que visam a «defesa e aplicação da Constituição».

NA CHAMUSCA:

. No Montepio Chamusquense, às 21.30 horas, sessão promovida pela FEPU com a presença do prof. Orlando de Carvalho.

EM MONTEMOR-O-NOVO:

No Teatro Curvo Semedo, às 21 horas, sessão promovida pela FEPU.

M.A.P. entra em polémica com unidades colectivas

A propósito do comunicado emitido pelo Secretariado das U. C. P.'s do Distrito de Évora, o M. A. P., registando o público reconhecimento por parte daquele Secretariado de que «a sua política de recuperação agrária não está a dar os frutos que o imperialismo tanto reclama», divulgou a sua posição através de uma nota de esclarecimento.

Em resposta às afirmações das U. C. P.'s de que os oito hectares de regadio concedidos na Cooperativa Brotense correspondem, no mínimo, a cerca de 30 hectares de terra média, a nota do M. A. P. argumenta que «segundo esse raciocínio também a área total da U. C. P. de onde se retiraram os oito hectares seria muito superior aos 7200 hectares, pois essa unidade tem uma grande área de regadio». Na mesma linha de raciocínio, o M. A. P. acrescenta que «também se concluiria que cada seareiro a quem foram atribuídos dez hectares para arroz teria recebido cem hectares». E ainda mais: «Por idêntica avaliação se concluiria igualmente haver uma multiplicação das áreas das U. C. P. na zona da Reforma Agrária e até do Alentejo em geral.»

. Quanto ao facto do Secretariado das U. C. P.'s do Distrito de Évora ter referido a entrega de terrenos a indivíduos mortos há dez anos, o M. A. P. sublinha que já «tornou público um esclarecimento informando que a longa lista de seareiros, a quem foram atribuídos terrenos para trabalhar, foi preparada por uma organização regional de agricultores e nessa lista não consta qualquer dos nomes de «mortos» referidos no comunicado.

"Esta Imprensa esquecida e desapoiada"

. Um salto tipográfico tornou incompreensível o terceiro parágrafo do nosso editorial de ontem, publicado sob o título em epígrafe. Com as desculpas devidas aos leitores, reproduzimos de seguida, devidamente corrigido, o trecho em questão:

. «As medidas anunciadas que envolviam, por parte dos diferentes departamentos do Estado, alteração de critérios e reforma de taxas, não foram tomadas. E a diligência relativa ao preço do papel de que se ocupou a Comissão Interministerial para a Reestruturação da Imprensa, terá o seu alcance reduzido pela desvalorização do escudo. De resto, neste momento, não sabemos sequer se o contrato com os fornecedores será concluído em termos satisfatórios que implicam uma indispensável intervenção do Estado.»

PUB
ANDARES EXCEPCIONAIS NO CENTRO DA CIDADE
5 minutos do metro
5 minutos da baixa
GARAGEM PRIVATIVA
ISOLAMENTO SONORO
ANTI-SÍSMICO
CONDIÇÕES ACESSÍVEIS
Tratar no local todos os dias da semana das 10 às 19 horas
R. Damasceno Monteiro 113 — LISBOA

REUNIDOS EM BELÉM

Conselheiros da Revolução ultimam Código de Justiça Militar

O Conselho da Revolução, que está reunido desde as 15 e 30 no Palácio de Belém, continuou a apreciação do projecto do novo Código de Justiça Militar, trabalho que no entanto se encontra já bastante adiantado.

Segundo declarações prestadas pelo capitão Sousa e Castro à RDP, existiam dúvidas sobre a necessidade de ser pedida ou não autorização legislativa à Assembleia da República para o Governo publicar diplomas que possibilitem a resolução dos problemas levantados com a entrada em vigor do novo Código.

Entretanto, na sua reunião de ontem, o Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei, a ser presente à Assembleia da República, concedendo ao Governo autorização para legislar no sentido de incluir na jurisdição dos tribunais militares os crimes dolosos previstos no Decreto-Lei n.º 207-A/75 do Código Penal, bem como os crimes dolosos de qualquer natureza cometidos no interior de instalações militares ou sob a invocação de autoridade militar cujos processos, à data da entrada em vigor dos diplomas em que se faça uso da autorização corram os seus termos nos mesmos tribunais ou estejam a ser investigados ou instruídos pelas autoridades judiciárias militares.

A proposta de lei inclui ainda autorização para legislar no sentido de que a investigação e a instrução das referidas infrações e a prisão preventiva dos seus agentes fiquem a reger-se pelo disposto no Código de Justiça Militar.

Entretanto apurou-se que o tenente-coronel Loureiro dos Santos, recentemente nomeado pelo Presidente da República para o cargo de vice-chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, deverá tomar posse na próxima semana. Entretanto será graduado em general de quatro estrelas.

Humphrey propõe um "Plano Marshall" para apoiar países da península Ibérica

Humbert Humphrey, senador norte-americano e antigo vice-presidente dos Estados Unidos propôs ontem a reactivação do «Plano Marshall» com o fim de apoiar e consolidar a recuperação económica na Península Ibérica, segundo revelaram, na capital americana, dirigentes da democracia-cristã.

Estes afirmaram que o senador apresentou aquela proposta durante uma reunião com a comissão do Senado das Relações Exteriores, tendo salientado que era justo que os únicos dois países da Europa que nunca beneficiaram com o «Plano Marshall» fossem agora compensados, para estabilizar o seu processo social e político.

Segundo revelaram os políticos da direita espanhola, os membros democratas daquela Comissão aceitaram a ideia de Humphrey, enquanto que os republicanos, minoritários em ambas as Câmaras americanas, manifestaram a sua preferência pelo apoio nos investimentos e no crédito.

ACORDO LUSO-HÚNGARO

Foi ontem assinado em Budapeste um acordo técnico científico entre Portugal e a Hungria.

O acordo facilitará o intercâmbio de informação, visitas mútuas de pesquisadores, técnicos e outros peritos, bolsas de estudo para viagens de interesse profissional e ainda assinatura de subacordos em campos específicos entre os dois países.

CONSELHO DE MINISTROS DECIDIU

Medidas para disciplinar distorções salariais

Foi ontem aprovado pelo Conselho de Ministros um diploma estabelecendo que as empresas do sector público não poderão proceder a quaisquer revisões salariais sem a prévia concordância do Ministério da tutela e do Ministério do Trabalho. O principal objecto desta medida é o disciplinamento de distorções salariais. Segundo o comunicado emitido no final da reunião, «o comportamento irregular de elevado número de empresas públicas no que respeita ao desenvolvimento de processos de ajustamentos salariais, realizados com frequência, de forma desgarrada do sector em que se inserem e sem ter em conta uma política global de rendimentos e preços, tem contribuído pra o agravamento de distorções salariais entre os vários sectores da economia portuguesa».

CAFÉ

A reunião de ontem do Conselho de Ministros debruçou-se também sobre o problema do preço do café. Ficou decidido que novos preços para a «bica» vão ser fixados em diploma a publicar dentro de dias. A propósito, foi emitido um extenso esclarecimento acerca das razões porque os preços deste produto vão aumentar. As razões preponderantes resumem-se à subida crescente do preço do café no mercado internacional. A propósito da bica — cujo preço futuro se pode calcular entre os 8$00 e os 10$00, o esclarecimento lembra o custo da chamada «bica» em vários países da Europa: Na Alemanha Federal, 10$00; na França, 11$00; em Espanha, 15$00; na Suíca, 22$50. Em Portugal, a «bica» está a 3$50, 4$50 e 6$00, conforme seja servida ao balcão, à mesa ou em esplanada. O comunicado do Conselho avisa desde já que o aumento a haver será extensivo aos sucedâneos do café: garoto, carioca de limão, cevada.

DESINTERVENÇÕES, ETC

Decisões assinaláveis no âmbito da intervenção-desintervenção do Estado em diversas empresas. Pontualmente: foi determinada a cessação da intervenção estatal na Sociedade Comercial Silvas (Primos), SARL; decidido manter o regime de intervenção nas empresas constituintes dos subgrupos «Alcácer» «Ciparque» e «Promotora», bem como nas duas sociedades pertencentes sao subgrupo «Icesa» do ex-grupo «Borges»; a conversão do regime provisório de gestão em intervenção estatal em cinco empresas: Sinia, Premil, Mobitur, Acapol e Loturba; que o Ministério Público declare a falência da empresa Conceição Silva; depois às sociedades Amadeu Gaudêncio e Proconstrói foram concedidos avales estatais nos montantes de 28916 e 45000 contos, respectivamente.

Internacional Socialista visita "Linha da Frente"

A Internacional Socialista vai enviar uma missão à África Austral, em Junho, para visitar os chamados Estados negros da «linha da frente» — anunciou o presidente da organização, Willy Brandt.

A missão será chefiada por Olof Palme, presidente do Partido Social-Democrata Sueco.

Sindicato dos Trabalhadores Técnicos de Vendas

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

De harmonia com o preceituado nos artigos 22.º e 23.º dos Estatutos, convido os Senhores Associados a reunirem em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, no próximo dia 26 de Março (Sábado), pelas 15 horas, na Sede do Sindicato, sita à Rua Barão de S. Cosme, 166, 3.º, no Porto, **e na DELEGAÇÃO, sita à Rua dos Anjos, 82, em Lisboa, no dia 1 de Abril (Sexta-Feira), pelas 21 horas e 30 minutos**, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1 — LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DA GERÊNCIA DE 1976

2 — INFORMAÇÕES DA DIRECÇÃO

Chamo a atenção que nos termos estatutários, esta Assembleia terá início à hora marcada com qualquer número de Sócios.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

António Augusto Moreira

Aumente as suas vendas
Distribua...
BALÕES PUBLICITÁRIOS
Fábrica Nacional: LATEX - DOURO, LDA.
R. Central Francos, 779/783
Telef. 65370 — PORTO

À CLASSE MÉDICA

Somos especializados em BATAS profissionais
TINTURARIA GUANABARA
DEPART. DE CONFECÇÕES
Av. João XXI, 5-D—R. Infantaria 16, 55-C—LISBOA

MOÇÃO

Os Sindicatos de Pescadores do Distrito de Faro, do Distrito de Leiria, do Distrito de Aveiro, de Matosinhos, da Póvoa do Varzim, de Vila do Conde, de Viana do Castelo, do Porto, de Vila Praia de Âncora, o Sindicato Livre dos Pescadores e a Mútua dos Pescadores da Pesca Artesanal, reunidos em 26/3/77 para discutir e aprovar os Estatutos da sua Federação Nacional, vêm congratular-se pela continuidade no cargo de secretário de Estado das Pescas do engenheiro Pedro Coelho; até ao momento, tem o mesmo tomado posições, que na maioria dos casos, foram ao encontro da vontade dos trabalhadores. Sabem estes que a sua continuidade no Governo permitirá a audição na definição de uma política global com as respectivas medidas consequentes, reestruturação do sector desde a produção até à comercialização do pescado.

Os Sindicatos acima citados afirmam deste modo e enquanto o mesmo tomar posições favoráveis aos trabalhadores o apoiarão, para que o consumidor seja cada vez mais beneficiado, pondo fim à estrutura intermediária parasita e especuladora.

Lisboa, 26. Março. 1977

Os Sindicatos Presentes na Reunião e a Mútua dos Pescadores

CONCURSO DOCUMENTAL PARA SEGUNDOS-TÉCNICOS (CARDIOLOGIA)

HOSPITAIS CIVIS DE LISBOA

Para conhecimento dos interessados, se publica que se encontra aberto, até ao dia 16 de Abril próximo futuro, o supracitado concurso, ao qual se poderão candidatar os indivíduos possuidores do respectivo curso, tirado nos termos da Portaria n.º 18.523 de 12/6/61, e os que terminaram recentemente o curso de promoção de Auxiliares dos Serviços Clínicos e Técnicos, autorizado por despacho ministerial de 16 de Outubro de 1974.

Os interessados deverão fazer a sua inscrição através de requerimento em papel selado, que deverá ser acompanhado de um selo fiscal no valor de 50$00, no Serviço de Pessoal — Campo dos Mártires da Pátria, 91-2.º, Esq., Lisboa.

No aludido serviço, serão igualmente prestados todos os esclarecimentos pretendidos inerentes ao referido concurso.

MOÇÃO

Os Sindicatos de Pescadores do Distrito de Faro, do Distrito de Leiria, do Distrito de Coimbra, do Distrito de Aveiro, de Matosinhos, da Póvoa do Varzim, de Vila do Conde, de Viana do Castelo, do Porto, de Vila Praia de Âncora e o Sindicato Livre dos Pescadores, reunidos em 26/3/77, para discutir e aprovar os Estatutos da sua Federação Nacional, vêm manifestar publicamente o repúdio por qualquer tentativa de paralisação das frotas nacionais por parte do armamento, *lock-out*, proibido pela Constituição da República, no sentido de forçar o Governo a conceder um preço especial para o gasóleo, facto a que os trabalhadores do mar são alheios, reservando-se estes o direito de tomar medidas para que tal não seja possível e a fim de garantir o abastecimento de peixe ao país, solicita desde já do Governo uma posição no fornecimento do combustível, para que os interesses superiores da economia nacional, garantia do direito ao trabalho e também os interesses da colectividade não sejam prejudicados.

Os Sindicato apoiarão os seus associados nas medidas que os mesmo tomarem face ao *lock-out*.

CONTRA A REPRESSÃO!
CONTRA O DESEMPREGO!
UNIDOS E ORGANIZADOS LUTAREMOS!

Lisboa, 26. Março. 1977

Os Sindicatos presentes na reunião

CONTRATAÇÃO COLECTIVA

Greve-aviso dos armazenistas de mercearia

Ainda não há acordo na hotelaria

Os trabalhadores armazenistas de mercearia cumprem esta manhã uma greve-aviso, com vista a forçar o patronato a aceitar as reivindicações contidas na sua proposta de C. C. T. Esta greve-aviso tem ainda o objectivo de preparar os trabalhadores para formas de luta posteriores, prevendo a hipótese de até ao próximo dia 12 as entidades patronais manterem a sua posição de intransigência.

Entretanto, sobre o facto de os trabalhadores da zona do Porto, terem decidido, em assembleia geral, não fazer esta paralisação-aviso, ouvimos esta manhã um elemento da Federação dos Sindicatos do Comércio:

. «Os trabalhadores do Porto estão bastante mobilizados e como acham que estão preparados para formas de luta superiores, decidiram não paralisar hoje. No entanto, eles reunem-se na terça-feira para analisarem os resultados da greve de hoje e decidirem o que vão fazer».

O Contrato Colectivo de Trabalho Vertical que tem encontrado a resistência do patronato encontra-se em vigor já desde há 23 meses, o bastante para o custo de vida subir cerca de 47 por cento. Os aumentos propostos pelo patronato são de 10 por cento, ao mesmo tempo que pretendem ver aumentadas as suas margens de lucro que, efectivamente já o foram.

No C. C. T. V. estão também englobados os trabalhadores de importação, comércio, exportação e armazenagem de frutos e produtos hortícolas, armazenagem e exportação de azeites, o que perfaz um total de 50 mil pessoas.

Além da tabela salarial, outros pontos que não passam na resistência do patronato são o prazo de vigência do contrato, retroactividade, pagamento do trabalho extraordinário, diuturnidades, promoções e despedimentos.

HOTELARIA: IMPASSE E PROVOCAÇÕES

A Comissão Negociadora Sindical do C. C. T. V. para a indústria hoteleira distribuiu ontem, depois da reunião efectuada à noite, no M. T., com a presença do secretário de Estado, um comunicado, afirmando que «não foi possível ainda encontrar uma plataforma acordada, minimamente satisfatória para ambas as partes».

De acordo com este documento, a não resolução deste conflito que, face à ameaça que representa para o turismo tem sido utilizado pelo Governo e não só para acusações aos trabalhadores, deve-se à «irredutibilidade das posições dos representantes das empresas públicas e intervencionadas, em contraste com a maleabilidade da C. N. S., na apresentação de propostas de alternativa».

Considerando que se mantêm as possibilidades de «se encontrar uma solução negociada», a C. N. S. anuncia nova reunião no M. T. para hoje.

Ao mesmo tempo, denuncia «tentativas de desestabilização e intoxicação da opinião pública feitas por alguns órgãos da comunicação social (...) com nítidos propósitos provocatórios».

E acrescenta: «Qualquer forma de luta é de facto encarada por ela (C. N. S.) mas sempre como último recurso para a concretização e satisfação das suas mais que justas e realistas reivindicações».

Entretanto, uma reunião entre o Sindicato da Hotelaria de Faro e a Associação dos Industriais Hoteleiros do Algarve, não se realizou ontem, por coincidir com uma Assembleia daquele organismo sindical.

Estas reuniões a nível do Algarve «nada implicam no C. C. T. V.» segundo João Vieira, do Sindicato envolvido, tendo por objectivo discutir «que dizem exclusivamente respeito ao Algarve».

MATERIAL ELÉCTRICO

. Os trabalhadores de material eléctrico anunciaram, em conferência de Imprensa, que decidiram modificar a sua proposta de aumentos salariais para o sector, reduzindo-a de 30 para 15 por cento.

A negociação do C.C.T. do material eléctrico encontra-se numa situação de impasse desde que no dia 18 de Março, o patronato interrompeu as negociações pedindo a intervenção do M.T. para que fosse publicada uma Portaria de Regulamentação de Trabalho.

MADEIRA: TERMINOU GREVE DOS TRANSITÁRIOS

Os trabalhadores do sector de navegação, transitários e tráfego do arquipélago da Madeira recomeçaram ontem as suas actividades, depois de terem recebido um telegrama do Ministério do Trabalho garantindo a extensão àquela região, através da Portaria, do Contrato Colectivo que lhes respeita e que foi negociado a nível nacional.

Em número de 50 mil, os armazenistas de mercearia e outros abrangidos pelo mesmo C.C.T.V., fizeram esta manhã uma paralisação-aviso. Neste duro trabalho, os salários não são revistos há 23 meses.

PELO NIVELAMENTO

Português do Atlântico paralisa esta tarde

. À hora de encerrar o nosso jornal os trabalhadores do Banco Português do Atlântico da Zona Sul preparavam-se para paralisar a actividade a partir das 15 e 30, na falta de uma resposta positiva às pretensões expressas junto do Conselho de Gestão e dos secretários e subsecretários de Estado do Tesouro no sentido de um acerto salarial que os equipare aos trabalhadores das restantes instituições de crédito nacionalizadas.

«Apesar de praticamente todos os bancos estarem nacionalizados e de existir um único C. C. T., cada banco tem a sua tabela de ordenados e paga como quer. E isto porque não há dois bancos a interpretarem da mesma maneira o C. C. T. e em particular o chamado nivelamento, observando-se uma enorme disparidade de ordenados de banco para banco. Entretanto, o Ministério das Finanças através da Secretaria de Estado do Tesouro, nunca tomou medidas no sentido de evitar estas situações, antes se calando e por isso tornando-se objectivamente conivente e responsável», explicam as Comissões Sindicais e de Trabalhadores do B. P. A. Sul e Ilhas, situando o problema.

As irregularidades detectadas na aplicação do nivelamento do sector bancário — «situação para a qual em nada contribuímos», levaram os trabalhadores do Banco a apresentar uma tabela de ordenados semelhante à das restantes instituições bancárias, cuja legitimidade foi reconhecida pelo Conselho de Gestão do B. P. A. No entanto, o novo secretário de Estado do Tesouro «mandou cancelar a nova tabela», facto que levou a recorrer aos meios de luta agora postos em prática.

O público não será directamente afectado pela paralisação desta tarde, que se processa após o encerramento das portas dos estabelecimentos. Para o efeito teve-se em conta o facto de ser princípio do mês, isto é, altura do pagamento dos salários aos trabalhadores.

A situação será objecto de análise no decurso de plenário que decorre desde as 16 horas nas instalações do B. P. A. da Rua do Ouro.

NA SEIDENSTIKER

Falência de multinacional arrisca 400 postos de trabalho

Os 407 trabalhadores da multinacional de capital alemão «Seidenstiker» temem o futuro dos seus postos de trabalho por a administração da fábrica ter requerida a declaração de falência da empresa. A situação foi divulgada ontem, em conferência de Imprensa promovida em Lisboa, pela C.T. da «Seidenstiker», que se encontrava acompanhada por elementos do Sindicato dos Têxteis do Sul e do Sindicato da Indústria de Vestuário de Coimbra. Os representantes dos trabalhadores consideraram falsa a situação de falência, devendo os trabalhadores, se necessário, assumir a gestão da empresa.

A «Seidenstiker» fabricante de confecções, possui duas fábricas no nosso país, uma em Lisboa, outra no Bombarral, produzindo cerca de 80 mil camisas por mês, das quais apenas dez por cento se destinam ao mercado nacional e as restantes são vendidas na Alemanhã Áustria, Suécia e Finlância, a cerca de 800 escudos por unidade.

No passado dia 28, chegou não podendo pagar os salários, o patronato conseguiu um empréstimo de mil contos, avalizado pelo Ministério do Trabalho. A carteira de encomendas da empresa está tão sobrecarregada, que a empresa cede parte do seu trabalho a outras firmas do ramo.

Em 28 de Fevereiro, os vencimentos e outros pagamentos foram cancelados pela administração, pelo que os trabalhadores fizeram uma exposição ao MT que solicitou aos patrões um relatório em que deviam apresentar as «suas» soluções.

No passad dia 28, chegou um telex do advogado à empresa, a requerer a falência.

Os trabalhadores têm deligenciado junto da Banca o pagamento dos salários em atraso, mas sem nada conseguirem. Os promotores da conferência de Imprensa revelaram que «milhares de contos depositados pela empresa foram absorvidos pelos bancos a pretexto de que, deste modo, serão amortizadas as dívidas da «Seidenstiker» à Banca portuguesa». Os representnantes dos trabalhadores estão dispostos a efectuar todos os esforços para garantir os seus postos de trabalho, «enquanto esperam que o Governo assuma as suas responsabilidades, de modo a não serem os trabalhadores a pagar por uma crise que não provocaram.

O Ministério do Trabalho, considerando que este caso não era do seu pelouro, transferiu-o para a Secretaria de Estado da Indústria.

PUB

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO SUL E ILHAS

SINDICATO DOS TRABALHADORES GRÁFICOS DO SUL E ILHAS ADJACENTES

GRÁFICOS DO SECTOR BANCÁRIO

Convocam-se os profissionais gráficos, exercendo a sua actividade no sector bancário inscritos nos Sindicatos dos Bancários do Sul e Ilhas e dos Trabalhadores Gráficos do Sul e Ilhas Adjacentes, para comparecerem no próximo dia 18 de Abril das 18 e 30 às 21 horas, na sede do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, sita nesta cidade – Rua de S. José, 131, 1.° para, por escrutínio secreto, deliberarem sobre qual dos Sindicatos deve assegurar a sua representação sindical.

Só podem votar os profissionais gráficos constantes dos respectivos mapas de quotização.

Lisboa, 31 de Março de 1977.

Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas
A Direcção

Sindicato dos Trabalhadores Gráficos do Sul e Ilhas Adjacentes
A Direcção

PUB.

CONSELHO CONSULTIVO DA PREVIDÊNCIA DA CGTP – INTERSINDICAL NACIONAL

CONVOCATÓRIA

Nos termos do art. 4.°-1 do regulamento, convoca-se o 2.° conselho consultivo do secretariado da CGTP-IN para o dia 3 de Abril, pelas 10 horas da manhã, a realizar no anfiteatro 1 da Faculdade de Letras de Lisboa.

A VOSSA PRESENÇA MACIÇA É ABSOLUTAMENTE IMPRESCINDÍVEL

Lisboa, 24/3/77

O Secretariado da CGTP – Intersindical Nacional (Departamento da Segurança Social)

PUB

SINDICATO DOS OFICIAIS MAQUINISTAS DA MARINHA MERCANTE

TELEFONES: 66 17 75 e 67 07 97

ENDEREÇO TELEGRÁFICO: **SOFIMAQUINAS**

CONVOCATÓRIA

Nos termos dos Estatutos convoco a ASSEMBLEIA GERAL do Sindicato dos Oficiais Maquinistas da Marinha Mercante a reunir em 1.ª convocação e em Sessão Extraordinária no próximo dia 15 de Abril, sexta-feira, pelas 20.30 horas, na Casa do Marinheiro Mercante, sita à Calçada Salvador Correia de Sá, 42-2.°, em Lisboa, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

I) Informação da Delegação do Sindicato ao Congresso de Todos os Sindicatos.

II) Posição do Sindicato face à Conf. Geral dos Trabalhadores Portugueses/Intersindical Nacional.

Não havendo número legal de sócios para deliberar em primeira convocação, convoco desde já, a mesma Assembleia Extraordinária para reunir no mesmo local, na mesma data e com a mesma Ordem de Trabalhos pelas 21 horas, deliberando com qualquer número de sócios.

NOTA – Dado o possível recurso a votação para efeitos ponto II da ordem de trabalhos, é indispensável a apresentação do cartão de sócio.

O Presidente da Assembleia Geral
a) **Manuel Vicente Pereira**

PUB

E.D.P.

ELECTRICIDADE DE PORTUGAL

EMPRESA PÚBLICA

Redes das Ex-Companhias Reunidas Gás e Electricidade

AVISO AOS CONSUMIDORES

Só é possível uma boa continuidade de fornecimento de energia eléctrica, efectuando constantes trabalhos de reparação e ampliação das nossas redes.

No próximo domingo será interrompida a corrente, nos Sectores e Zonas seguintes durante as horas abaixo indicadas:

4.º — Sector — **Conselho de Lisboa:** Est.ª de Benfica 554 a 636, Trav.ª da Cruz da Era 2 a 20 e de 1 a 9, Trav.ª do Vintém das Escolas 2 a 10. (Das 8 às 12 horas).

5.º — Sector — Rua de S. Bento 712 a 714, L.º do Rato 12 a 16. (das 8 às 12 h.).

6.º — Sector — P.ª dos Restauradores 76 a 80, Rua Jardim do Regedor 2 a 34.
Trav.ª da Cara 14 a 42, Rua dos Mouros 1 a 49 e de 2 a 38, Rua do Teixeira 1 a 43, Trav.ª de S. Pedro 3 a 25, Rua da Rosa 194 a 226.
Rua dos Fanqueiros 151 a 241, Rua de Santa Justa 7 a 47 e de 38 a 62, Rua dos Douradores 207 a 303.
Rua dos Bacalhoeiros 2 a 26. (Das 8 às 12 horas).

8.º — Sector — Bairro da Quinta da Calçada, Bairro das Fonsecas, Az. dos Barros (parte) e imediações. (Das 8 às 12 horas).

1.ª — Zona — **Concelho de Oeiras — FIGUEIRINHA:** Av.ª Moçambique, Est.ª da Figueirinha, Praceta de Lourenço Marques, Praceta Beira Alta, Praceta Quelimane e imediações. (Das 8 às 14 horas).
DAMAIA: Rua D. Francisco de Almeida, Rua Garcia da Horta, Rua Duarte Pacheco Pereira, Est.ª Militar e imediações. (Das 8 às 14 horas).

2.ª — Zona — **Concelho de Cascais — MURTAL:** Trav.ª Sargento Joaquim José, Trav.ª Senhora da Saúde, Rua António Seco, Rua Maestro Pedro Freitas Branco, Rua José Feliciano Moreira, C. Padre Tomás Borba, L.º do Poço e imediações. (Das 8 às 14 horas).
Tires, Matarraque.
Alcabideche. (Das 8 às 14 horas).

3.ª — Zona — **Concelho de Sintra — CACÉM:** AV.ª José Elias Garcia entre a passagem de nível e a fábrica Melka (Recta do papel). (Das 8 às 14 h.).

4.ª — Zona — **Concelho de Mafra — CARVOEIRA:** Zambujal, Murtais, Gonçalvinhos. (Das 8 às 15 horas).
Estação de elevação de águas em Lousa. (Das 8 às 15 horas).

5.ª — Zona — **Concelho de Vila Franca:** Alhandra (parte). (Das 7 às 9 h.).

6.ª — Zona — **Concelho de Alenquer — ALENQUER:** Av.ª Jaime Augusto Ferreira, Largo Rainha Santa Isabel, Av.ª Lafaurie e imediações. (Das 8 às 14 horas).
Carregado, Casais Novos, Obras Novas, Telhada, Camarnal. (Das 8 às 14 h.).

7.ª — Zona — **Concelho de Torres Vedras:** Todo o Concelho, incluindo a própria Vila de Torres. (Das 8 às 15 h.).

PUB

ALERTA AOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Estão a chegar notícias à C.C. t do STAL de que forças ultraconservadoras em conluio com oportunistas que tendo adquirido situações de privilégio em detrimento da generalidade dos trabalhadores tudo fazem para as manter, desencadeiam esforços no sentido de impedirem a aplicação do Dec.-Lei n.º 76/77, de 1 de Março e levar à suspensão do mesmo. Face a tais notícias, a C.C. t entende dever salientar:

1.º O Decreto-Lei n.º 76/77 corrige situações da mais flagrante injustiça para milhares de trabalhadores da Administração Local — em especial dos sectores de menor remuneração.
2.º Trabalhadores havendo para os quais não é alcançada a solução justa esta nunca deverá ser encontrada através da suspensão do decreto mas sim pela rápida introdução de correcções que reponham a devida justiça. Aliás o próprio Diploma no seu art.º 19.º indica qual o mecanismo a ser utilizado.
3.º O Diploma contém matéria de exclusiva competência da Assembleia da República e foi publicado ao abrigo de uma autorização legislativa aprovada por unanimidade e que caducou em 15 de Fevereiro de 1977, tendo em devido tempo a concordância das Secretarias de Estado respectivas.
4.º É ilegítima qualquer alteração à legislação que define a situação laboral dos trabalhadores da Administração Local sem prévia audição dos seus legítimos representantes tendo ainda recentemente o Governo assumido por escrito essa obrigação. Cabe aqui salientar que tendo C.C. t do STAL pedido uma audiência ao sr. secretário de Estado da Administração Regional e Local em 19 de Março de 1977 a mesma continua por concretizar e isto numa altura em que o M.A.I. por meio de instruções veiculadas através dos governadores civis procura pôr em causa a possibilidade de aplicação do decreto em toda a sua plenitude.

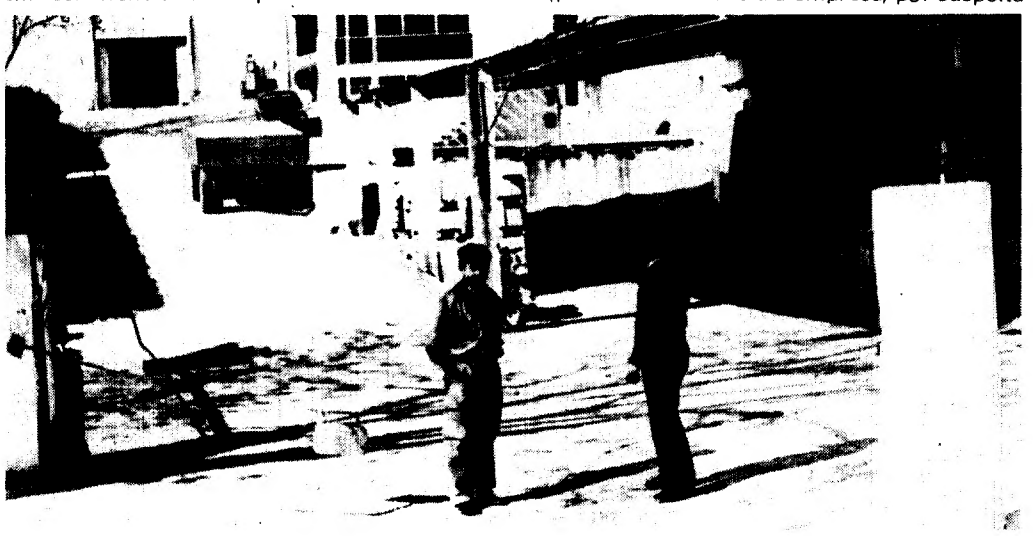
Nestes termos a C.C. t do STAL chama todos, **mas todos** os trabalhadores da Administração Local a se unirem em torno da defesa dos seus legítimos direitos, a procurar isolar aqueles que procuram contestar esses direitos na defesa das suas situações de privilégio isto na convicção de que só uma unidade conseguiremos a justiça que merecemos não obstante a consciência de que ao Decreto-Lei 76/77 haverá que fazer acrescentos e correcções que o tornem ainda mais justo. Que todos os trabalhadores compreendam neste momento grave qual o caminho a percorrer e que junto do Governo façam sentir — desde já — a firmeza da sua vontade na defesa dos seus legítimos direitos.

SANIMAR APÓS DESINTERVENÇÃO

Partem os gestores, faltam os materiais

O último gestor da empresa desintervencionada Sanimar terá partido ontem à noite para o Brasil ficando portanto a empresa sem entidade para a gerir, pelo que os trabalhadores serão obrigados a tomar conta dos destinos da firma para defender os seus postos de trabalho, se o Governo não tomar rapidamente uma resolução a contento dos trabalhadores.

A situação foi exposta ontem em conferência de imprensa convocada pela Comissão de Trabalhadores da empresa, que manifestou a sua grande preocupação pelo futuro dos postos de trabalho dos cerca de 230 trabalhadores.



Aspecto da fábrica da Sanimar

Desintervencionada por despacho publicado no Diário da República de 20 de Dezembro de 1976, a Sanimar deveria ter sofrido um processo de «adaptação» às novas circunstâncias, constante do próprio despacho, o que nunca se verificou por desacordo do ex-patrão.

Segundo o diploma, aprovado em Conselho de Ministros, os resultados dos inquéritos realizados antes de determinada a intervenção em 21/11/75, faziam prever que a empresa viesse a necessitar de auxílio financeiro extraordinário «o que certamente justificará a nomeação de um delegado do Governo». Além disto, o Ministério do Trabalho deveria promover «as medidas conducentes à instauração de um clima social que permita a normalização da empresa e, em colaboração com os trabalhadores, assegure a efectiva implantação de um adequeado sistema de controlo de gestão».

O despacho estabelecia ainda que o Ministério da Indústria e Tecnologia em colaboração com o IAPMEI e o Ministério das Finanças, deveria fazer o estudo do tipo de apoio a conceder à empresa.

Mas até hoje nada disto se fez. Segundo a CT revelou esta manhã, o patrão teria sido convidado a regressar à empresa, mediante a aceitação das condições estabelecidas pelo despacho, mas o ex-patrão não só não as aceita, como faz exigências que os ministérios envolvidos na questão por sua vez, não aceitam: saneamento de 80 trabalhadores, indemnização de 63.000 contos e financiamento de 100.000 contos. Entretanto, a CT tem tentado resolver a questão junto de instâncias superiores, mas nada conseguiu. A discordância patronal está na origem da situação de impasse.

O seu regresso todavia, não resolveria a questão, sendo a decisão governamental considerada pelos trabalhadores escandalosa, visto que, tal como recordaram esta manhã, Virgílio Claudino Esteves fugiu para o Brasil em Maio de 75, quando a CT pediu uma sindicância à empresa, por suspeita de fraudes na construção de prédios no Barreiro, em 1970. Deixou uma carta aos trabalhadores, dizendo-lhes que deveriam decidir em plenário, o futuro da gestão da firma. O plenário de trabalhadores decidiu sanear a administração. Virgílio Esteves manteve-se no Brasil até Janeiro de 76, data em que voltou, ao que parece, para ficar. Entretanto, na peritagem feita pelo Ministério das Finanças, provou-se, entre outras irregularidades, o desvio nos anos 72, 73, 74, de 3.073 contos, milhares de contos de fraudes nas obras do Barreiro, e indícios de sobrefacturação em materiais importados que os trabalhadores calculam em cerca de 20 a 25 por cento. o que só em 1974 deve ter subido a um montante que os trabalhadores calculam entre 100 e 200 mil contos.

Depois de vicissitudes várias, em que a gestão da Sanimar passou de três procuradores a quem o ex-patrão confiou a carta para os trabalhadores, a uma comissão de gestão de trabalhadores, comissão de três gestores nomeados pelo Governo (major Mariz Fernandes, comandante Manecas Ferreira e Jansen Verdades) que acabaram por abandonar a empresa, demitindo-se depois, veio finalmente, em Setembro de 76, outro gestor nomeado pelo Governo, Fernando de Abreu que terá partido ontem para o Brasil. Este último gestor, depois da desintervenção, cancelou todos os pagamentos a fornecedores a partir de 20/12/76, pelo que a empresa tem tido dificuldades na aquisição de matéria-prima. Como consequência, numa fábrica está totalmente parada, outra labora a 30 por cento da sua capacidade. A CT revelou ontem na conferência de imprensa que estão a trabalhar com material em stock e que, entre outras anomalias, têm uma encomenda de fornecimento de algumas dezenas de cozinhas que não podem satisfazer por falta de cartão para embalagem.

«Por outro lado, temos 500 contos no Banco Espírito Santo que não podemos levantar por não termos quem assine os cheques». Os clientes desistem porque não podemos satisfazer as encomendas e, nós não as satisfazemos porque além do cartão faltam-nos dobradiças, fechos e outros acessórios do género.»

Os trabalhadores calculam que o prejuízo deve cifrar-se entre os 4.000 a 6.000 contos por mês. Perante esta situação caótica, se o Governo não reagir rapidamente, os trabalhadores tomarão as suas medidas em plenário a realizar brevemente, para defesa dos seus postos de trabalho.

NA SANTIX

Arrogância do patrão, impunidade dos lacaios

Por JOSÉ AUGUSTO GIL

A culminar um processo que se arrasta desde o passado dia 25 de Janeiro, quando a entidade patronal despediu abusivamente cinco sindicalistas da Fábrica de Malhas Santix, no Picoto (Coimbra), alegando «implicação no afastamento de um técnico inglês» e «exigência do 13.º mês», o administrador Eládio Alvarez desafia actualmente o Ministério do Trabalho e os 126 trabalhadores que impediu de retomar a laboração.

O despedimento dos cinco dirigentes e delegados sindicais gerou na altura, tal como o «D. L.» referiu, a solidariedade da maior parte dos trabalhadores da Fábrica de malhas, que entraram em greve pela reintegração dos seus colegas. A administração da empresa, então, invocando a falta consecutiva ao trabalho durante mais de cinco dias, despede 126 grevistas, que recorreram para o Ministério do Trabalho.

Um primeiro despacho de Marcelo Curto declarou a nulidade dos despedimentos. Não obstante, a administração da Santix procedeu à deslocação de trinta trabalhadores dos escritórios e armazém a ela afectos («lacaios», chamam-lhes os trabalhadores despedidos), a fim de impedirem a entrada nas instalações dos 126 empregados afastados na fábrica do Picoto. «Não são trabalhadores de cá, passam aqui o dia a jogar à malha e às cartas», comenta-nos uma trabalhadora.

Em face do não acatamento por parte da administração da empresa, da deliberação do ministro, este considera, em novo despacho, que houve «lock-out» na Santix, determinando a reintegração dos 126 trabalhadores dentro de cinco dias — prazo que expirou na passada terça-feira. Na manhã do dia imediato os trabalhadores pretenderam retomar a laboração, tendo de novo sido impedidos pelos «lacaio» da entidade patronal, provocando-os e chegando a chicotear (com um instrumento de borracha) algumas operárias, que receberam tratamento hospitalar.

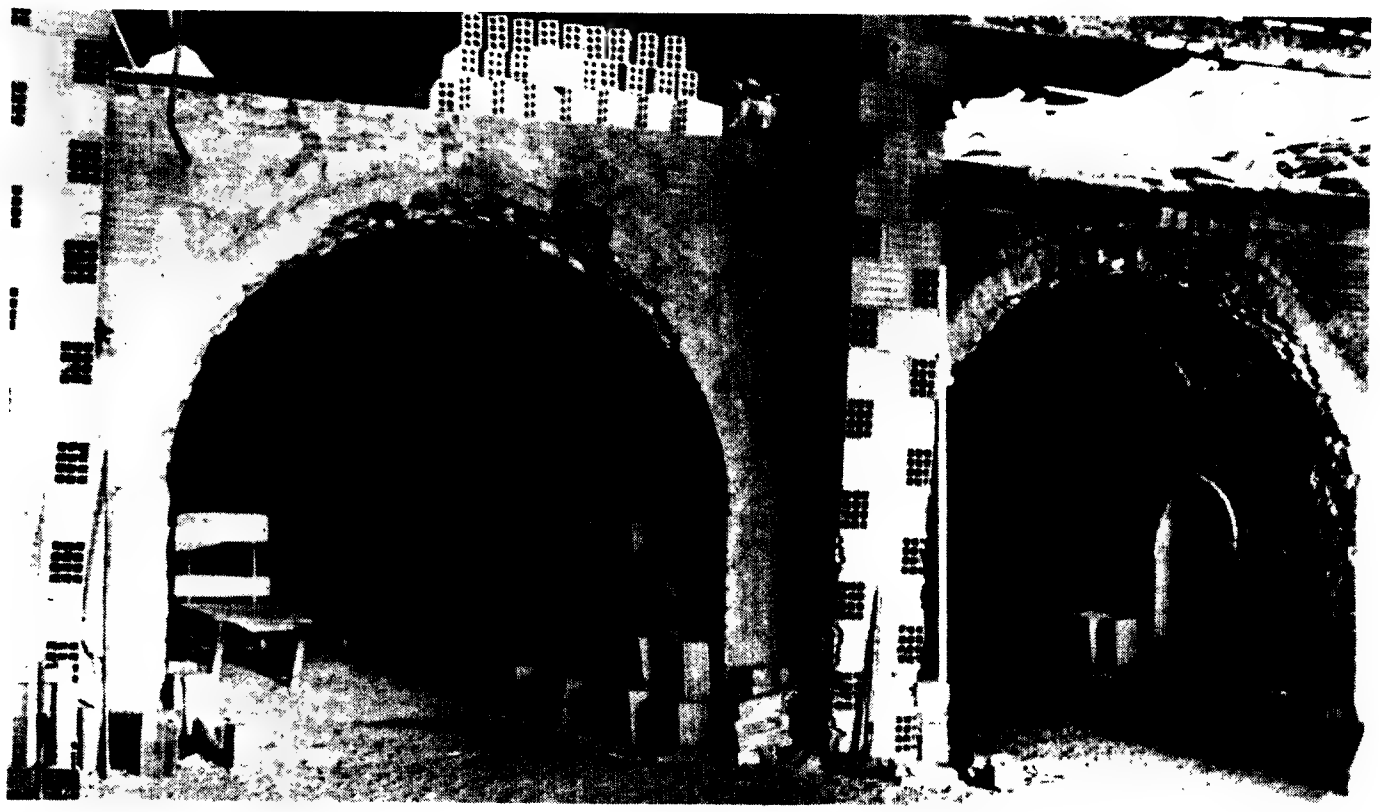
Em entrevista com o governador civil de Coimbra, no mesmo dia, a Comissão de Trabalhadores da Santix manifestou o seu protesto perante esta ausência de cumprimento da lei, e pela impossibilidade de exercício do direito ao trabalho. Segundo fomos informados, aquele elemento da Administração Pública alijou responsabilidades pela situação, que caberiam ao ministro da Administração Interna.

Confronto na Santix: indivíduos arregimentados pelo patrão (em primeiro plano) impedem a reintegração dos 126 despedidos

A Comissão de Trabalhadores, entretanto, requereu de novo uma audiência no Ministério do Trabalho para dar conta das graves ocorrências referidas.

Na manhã de ontem os 126 trabalhadores concentraram-se novamente no exterior da Fábrica, mas depararam com a presença de cerca de 200 «populares» armados de varapaus e pedras dispostos a agredi-los. Segundo apurámos, na véspera à tarde, o administrador Eládio Alvarez mandou enviados seus às povoações da zona da fábrica, aliciando provocadores.

Em face de tal situação, o Sindicato do Vestuário do Distrito e a União dos Sindicatos de Coimbra apelaram no local para a calma dos trabalhadores, convidando estes a reunir-se no Inatel para análise da situação. Aqui ficou decidido encetar imediatamente contactos a nível governamental, e enviar telegramas de protesto ao Presidente da República, Primeiro-Ministro e demais entidades oficiais.



Quando os fornos páram, os patrões sabem que há operários

A POLÍTICA DE BARRO

Quando os patrões podem mas não querem

O sector do barro vermelho esteve em greve e, agora de outra forma, a luta ainda continua. Uma «guerra» no sentido de que lhes sejam não só pagos ordenados de acordo com os altos custos de vida, como lhes sejam reconhecidos direitos elementares na «Europa de que nos falam»: doença paga a 100 por cento, salários iguais para homens e mulheres no mesmo trabalho, etc.

Só que o patronato parece não estar de acordo. Pelo menos uma parte opõe-se à satisfação das reivindicações salariais, embora outros reconheçam que a indústria, em consequência do incremento verificado na construção civil, viva uma maré alta, que «portanto dá também para os operários». Quanto às mulheres nem se fala.

Foi em parte isso que nos levou a um dos maiores centros de barro vermelho deste País: Amiais de Baixo. Aí cerca de 200 operários vivem e alimentam diariamente esta actividade essencialmente virada à construção civil mas de que nem sempre nos lembramos.

Em conversa com os operários surge um sobrinho de patrão: «Estamos dispostos a pagar o que eles pedem». A actividade, diz-nos, dá lucros perfeitamente compensadores, tudo o que é fabricado encontra um comprador imediato. Mas, na mesma terra há os que assim não pensam.

E, curiosamente, alguns dos patrões com quem contactámos entendem que os trabalhadores lhes deveriam ter comunicado a greve, ter falado dos motivos, explicado a situação.

«Mas eles não sabem que a Associação deles sempre se tem recusado a negociar com o nosso sindicato?» — pergunta Manuel Melanda, um sindicalista do sítio.

Os operários guardaram à porta da fábrica, a greve que acham justa

Sabem, é evidente. O patronato deste sector, como noutros, sempre se tem recusado a negociar. No caso presente, alguns dos patrões desapareceram do local onde se encontravam ao verem o carro da reportagem do «DL».

Na verdade, depois de todas as acusações em que são pródigos o patronato e o Governo, sobre o carácter pretensamente político das greves que vêm a prolongar-se, parece que de facto há um subjacente político na recusa do patronato em negociar contratos. Aliás, essa recusa é apoiada em legislação publicada pelo Governo Constitucional. Portanto, há de facto política pelo meio.

«Eles não querem dar-nos mais dinheiro. A gente anda aqui a trabalhar e a eles nem sequer os vemos. Se isto pudesse voltar-se nem que fosse só por um dia...» — dizia-nos uma operária.

«Reconheço que há necessidade de aumentar os salários» — diz-nos um patrão, recordando os aumentos contínuos do custo de vida.

«Uma mulher que faz o mesmo que nós, tem de ganhar o mesmo que a gente» entende Manuel Melanda.

E depois é descer de Amiais de Baixo até Lisboa, onde se fazem as guerras, as leis, onde a associação patronal nem sequer comparece às negociações. E pronto, percebe-se, senão tudo, pelo menos muito.

Texto:
ROGÉRIO VIDIGAL

Fotos:
JOSÉ TAVARES

Administração da Hoechst despede "com justa causa"

Se a administração da multinacional «Hoechst Portuguesa» não revir até segunda-feira a sua posição quanto às suas relações com os trabalhadores, estes decidirão em plenário marcado para aquele dia, quais as formas de luta a adoptar, como foi revelado ontem em conferência de Imprensa da CT daquela firma.

O comportamento da administração tem sido, no espaço de um ano, de progressiva recusa ao diálogo e de repressão, chegando esta a atingir a forma de despedimentos com alegada «justa causa». Neste espaço de tempo, só num sector da empresa foram levantados 7 processos disciplinares, englobando um deles 5 trabalhadores. Dois culminaram em despedimento com justa causa, decisão de que a solidariedade dos trabalhadores conseguiu demover a administração. O sétimo processo, que a CT considerou tendencioso, terminou também em despedimento com justa causa, que os trabalhadores reprovaram em plenário. «Este acto é encarado pelos trabalhadores como o abrir de um precedente cujas consequências são imprevisíveis», afirmam os trabalhadores. Entretanto, no mesmo sector, outro trabalhador foi suspenso, por motivo de averiguações de outro processo. «Prevemos na sequência qual a decisão que a administração irá dar a este», prosseguem os trabalhadores. A CT também já foi ameaçada de procedimento disciplinar.

PUB

SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

MOÇÃO

O Povo Português subjugado, oprimido e explorado sob as mais diversas formas pelo regime fascista de 48 anos, conhece os alvores da liberdade nesse histórico e glorioso dia 25 de Abril de 1974.

É esta abertura democrática que restitui ao Povo a confiança e a força necessárias para empreender toda uma transformação social e económica que visa contemplar as classes mais desprotegidas.

Alcançaram-se, através da luta e do trabalho, conquistas importantíssimas, tais como a Reforma Agrária, o Controlo Operário, as Nacionalizações, as Liberdades Democráticas e uma Constituição da República, que é, sem dúvida alguma, um marco destacado a assinalar este histórico período do País.

Esse mesmo documento é hoje um garante de democracia que, como é óbvio, a reacção e o grande capital tentam derrubar para que o fascismo mais facilmente possa instaurar-se de novo e esmagar de uma forma ainda mais feroz o Povo trabalhador.

No próximo dia 2 do corrente, celebra-se o 1.º ANIVERSÁRIO da Constituição. É pois um dever histórico e revolucionário de todos os trabalhadores marcarem este dia de uma forma especial e destacada.

Os trabalhadores do SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA, reunidos em plenário no dia 31 de Março de 1977, pelas 18.30 horas,

DECIDEM:

- Saudar as forças democráticas e progressistas que permitiram esta tão grande conquista para todo o Povo, como tornar extensiva esta saudação a todos os trabalhadores portugueses;
- Apelar para que todos os camaradas trabalhadores se unam uma vez mais e bem firmes, na defesa desta tão cara conquista de todos os progressistas e democratas portugueses, demonstrando à reacção que não desarmamos na defesa dos nossos legítimos direitos de cidadãos;
- Repudiar as medidas antioperárias e anticonstitucionais que têm afectado os trabalhadores, reduzindo-lhes drasticamente o poder de compra;
- Repudiar a recuperação capitalista feita na base da exploração dos trabalhadores e na entrega das empresas àqueles que as destroçaram;
- Repudiar todos os ataques perpetrados contra a Reforma Agrária;
- Repudiar os decretos aprovados na Assembleia da República e Conselho de Ministros, nas costas dos trabalhadores, e por isso inconstitucionais;
- Exigir do governo e da Assembleia da República o estrito cumprimento da Constituição, ouvindo e consultando os trabalhadores nas questões que lhes dizem respeito.

EM FRENTE PELO CUMPRIMENTO DA CONSTITUIÇÃO!

POR UM PORTUGAL LIVRE E DEMOCRÁTICO, RUMO AO SOCIALISMO!

Lisboa, 31 de Março de 1977 **O PLENÁRIO**

PUB.

CTT.

CORREIOS E TELECOMUNICAÇÕES DE PORTUGAL
AVISO AO PÚBLICO

ESTAÇÕES ABERTAS AOS SÁBADOS

A Empresa Pública Correios e Telecomunicações de Portugal informa que estão abertas ao público aos sábados, das 9 às 12 e 30, as seguintes estações

Almada
Amadora
Angra do Heroísmo
Aveiro
Barcelos
Barreiro
Braga
Bragança
Beja
Caldas da Rainha
Castelo Branco
Chaves
Coimbra
Covilhã
Elvas
Espinho
Estoril
Évora
Faro
Figueira da Foz
Funchal
Guarda
Guimarães
Horta
Leiria
Lisboa-Restauradores
Lisboa-Aeroporto
Matosinhos
Odivelas
Ponta Delgada
Portalegre
Porto-Município
Portimão
Povoa do Varzim
Santarem
Setubal
Tomar
Viana do Castelo
Vila Nova de Gaia
Vila Real
Viseu

Estas estações asseguram os seguintes serviços:

– serviço telefónico.
– serviço telegráfico, incluindo emissão e pagamento de vales telegráficos
– venda de selos e outros valores postais.
– aceitação de correspondência para registar, incluindo as correspondências com reembolso e com valor declarado.
– entrega, ao balcão, de correspondências ordinárias e registadas, incluindo com reembolso e com valor declarado, endereçadas à posta restante, apartados ou destinadas a locais não servidos por distribuição domiciliária ou avisadas.
– entrega de encomendas postais quando este serviço se execute no mesmo recinto.

Chama-se a atenção para o facto de que continuarão à disposição do público a qualquer hora do dia ou da noite e todos os dias, como anteriormente, as seguintes estações de laboração permanente:

Lisboa – Restauradores
Lisboa – Aeroporto
Porto – Município

INQUÉRITO DA REUTER

C.E.E. sob desilusão e suspeita

Num extenso comentário transmitido hoje, a agência INGLESA Reuter afirma que «as grandes esperanças que o Mercado Comum Europeu inspirou há poucos anos dissiparam-se, dando lugar à desilusao e, até mesmo, a suspeitas» «Como amantes desprezados, pessoas que acreditaram em tempos que a Comunidade Económica Europeia seria o anúncio de uma nova era de cooperação europeia censuram agora, amargamente, a C.E.E. por não ter concretizado este objectivo»

Dizendo que o Mercado Comum é formado por países que, embora jurando firmes ideais «europeus», cuidam principalmente dos próprios interesses nacionais, a Reuter revela que enviados especiais seus às capitais de vários membros da C.E.E. relataram que, tanto os governos, como os habitantes dos países visitados estão cada vez mais desencantados com a forma como o Mercado Comum é gerido.

Eis as opiniões recolhidas:

França: O presidente Valery Giscard d'Estaing crê que os seus compatriotas estão cada vez mais pessimistas acerca do Mercado Comum. Contudo, a despeito da aproximação mais concreta do chefe de Estado junto da C.E.E., o povo francês não tem, de modo geral, grande consideração pela Comunidade. A opinião geral é a de que a C.E.E. não materializou a sua promessa inicial e se acha demasiado velha e dilacerada por permanentes disputas internas.

R.F.A.: A opinião do alemão ocidental médio no 20.º aniversário da C.E.E. foi a de que muitos dos Estados membros pertencem a ela por aquilo que podem sacar da Comunidade e que se espera que ele seja o escolhido para pagar a conta. Os líderes políticos, industriais e banqueiros, por outro lado, sabem muito bem que o Mercado Comum em nada contribuiu para a recuperação do país nas últimas duas décadas e para a sua prosperidade actual.

Grã-Bretanha: Há já suspeitas por parte de certo sector do público britânico de que a C.E.E. é uma burocracia imensa que cria enormes excedentes alimentares e faz aumentar os preços por meio da sua política agrícola.

Itália: O importante jornal «Corriere della Sera» resume a opinião dos italianos, ao reagir violentamente contra o malogro das conversações sobre preços de produtos agrícolas, culpando «o endurecimento inesperado e premeditado da delegação inglesa». Pensa que a C.E.E. é uma coisa do passado e inútil.

Irlanda: Embora certos sectores da população irlandesa especialmente os agricultores, tenham prosperado nos quatro anos em que o país faz parte da C.E.E., outros mostram-se muitíssimo desiludidos com o fracasso da Comunidade em concretizar algumas das aspirações originais. Neste momento, pescadores irlandeses estão indignados com o que consideram tentativas para «vender» áreas de pesca a frotas europeias.

Dinamarca: Copenhague acolheu o 20.º aniversário da C.E.E. possivelmente com menos entusiasmo do que quando entrou para o Mercado Comum, em 1973, e com quase metade da população manifestando-se contra esta integração.

Holanda: Está ainda longe da desilusão total com o Mercado Comum, mas os holandeses sentem, por vezes, que como um dos membros mais ricos, são considerados como cumpridores dos seus compromissos, enquanto outros fogem às suas obrigações.

Bélgica e Luxemburgo: A Bélgica e o Luxemburgo, entre os partidários mais firmes de uma C.E.E. forte e integrada, acham-se entre os países mais profundamente desapontados com a estagnação da Comunidade.

O FRACASSO DE VANCE EM MOSCOVO

Métodos "duvidosos" dos E.U.A. denunciados por Gromyko

«Existem neste momento profundas divergências entre a política dos E. U. A. e da U. R. S. S., divergências que não deverão diminuir a curto prazo» — afirmou ontem em Moscovo o ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Andrei Gromyko, numa conferência de Imprensa, destinada a explicar as razões do fracasso da «missão Vance» ao Kremlin. O ministro criticou o presidente Carter por este ter proferido declarações públicas acerca das negociações efectuadas em Moscovo, antes mesmo de Vance regressar a Washington e lhe fornecer os dados completos da situação.

Gromyko acusou os norte-americanos de utilizarem «métodos duvidosos, se não mesmo desprezíveis» para negociar. E o ministro acrescentou: «Embora os dirigentes soviéticos sejam muito tolerantes e embora essa tolerância não se tenha ainda esgotado, é difícil obter a estabilidade quando uma nova Administração chega e risca tudo quando havia sido alcançado». Segundo a ANOP/UPI, esta declaração de Gromyko é entendida como uma referência à polémica lançada por Carter sobre alegadas violações de direitos humanos nos países socialistas e ao facto de as actuais propostas de Washington não respeitarem o acordo de Vladivostock.

Indo ao cerne das questão, Gromyko desmentiu que Washington tivesse apresentado o propalado «vasto programa de desarmanento» nas conversações de Moscovo. A proposta americana, segundo explicou Gromyko, preconizava que cada país aceitasse um limite de 1800 a 2000 mísseis e bombardeiros estratégicos, podendo 1200 ou 1100 estar equipados com ogivas multiplas.

Além disso, os E. U. A. queriam que a U. R. S. S. eliminasse metade dos seus mísseis, que desagradam «a alguém em Washington». O plano teria concedido vantagens unilaterais aos E. U. A. e teria prejudicado os interesses da U. R. S. S. — disse.

Gromyko atacou também muito violentamente a outra proposta norte-americana que pretendia a ratificação do acordo SALT de 1974 sem nele se incluir agora o míssil «Cruiser» dos E. U. A. e o «Backfire» da U. R. S. S. (recorde-se que é o desacordo sobre essas duas armas estratégicas que mais obstáculos tem suscitado para a assinatura de um tratado). Segundo Gromyko, aceitar tal proposta, equivaleria não só a rever o acordo de Vladivostock, mas ainda a dar «luz verde» para que a arma em questão fosse produzida e desenvolvida. Por outro lado, Gromyko afirmou que em Vladivostock a U. R. S. S. chegara a um acordo com os E. U. A. sem que para tal tentasse obter o desmantelamento das bases avançadas que Washington detém no mundo inteiro para bombardeiros e submarinos. No entanto, face às novas propostas americanas, a U. R. S. S. tem agora uma opinião diferente — afirmou Gromyko numa clara advertência de que Moscovo poderá futuramente fazer pressões nesse sentido.

Por fim, Gromyko deixou bem claro que a questão dos chamados «direitos humanos» prejudicou as conversações.

Segundo a AP/ANOP, funcionários norte-americanos da comitiva de Vance declararam, entre outras coisas, que figuravam nas propostas de Washington um princípio, segundo o qual a U. R. S. S. ficaria proibida de construir novas armas que os E. U. A. continuariam a manter, embora em número reduzido. Esta revelação, transmitida pela insuspeita Associated Press, dá uma ideia muito clara da demagogia das propostas apresentadas e das razões que levaram os dirigentes soviéticos a rejeitá-las.

Entretanto, o malogro das conversações não impediu a publicação dum comunicado conjunto, onde se afirma que a cooperação entre os dois países é essencial para a paz justa e duradoura no Médio Oriente. O comunicado (muito breve) pouco fala do malogro das conversações SALT, limitando-se a dizer que esse tema foi o centro das negociações e que Vance e Gromyko tencionam voltar a avistar-se em Maio em Genebra.

Negociações sobre Chipre

. Na sessão de ontem das conversações retomadas em Viena sobre a solução pacífica do problema da ilha de Chipre Kurt Waldheim, secretário-geral da O. N. U., apelou para que os dirigentes cipriotas chegassem a acordo sobre uma fórmula de coexistência para a futura administração da ilha.

O ponto principal em discussão é a extensão da área que será atribuída à comunidade turca para estabelecer o seu Estado. Os turcos pretendem 33 por cento do território, enquanto os gregos só estão dispostos a ceder 25 por cento.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS, LANIFÍCIOS E VESTUÁRIO DO SUL

Sede Rua do Conde Redondo, 60 - 2º, 3º, 4º, 5º LISBOA
Telefones 53 54 37 - 55 55 71 - 400 03

COMUNICADO

1.º ANIVERSÁRIO DA PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA PORTUGUESA

O Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul ao comemorar a data de 2 de Abril chama à atenção da Classe Operária de que há que defender palmo a palmo as conquistas alcançadas na luta e que a CONSTITUIÇÃO CONSAGRA, como o DIREITO À GREVE, A PROIBIÇÃO DO LOCK-OUT, à liberdade de reunião, associação e informação e o direito ao trabalho entre outras.

Nós trabalhadores Portugueses enfrentamos hoje uma situação em que **os nossos inimigos de classe estão na ofensiva procurando destruir todas as conquistas que alcançámos na luta,** lançando-nos na fome e na miséria através da subida galopante do custo de vida e dos despedimentos e desemprego e impor um Governo de direita e um regime autoritário e repressivo ao serviço da exploração capitalista.

Com o patronato reaccionário e explorador, organizado na C.I.P, C.C. e C.A.P. e com o apoio do imperialismo não tem parado de atacar e provocar o movimento operário e popular: despedimentos repressivos e arbitrários, boicote aos C.C.T.'s, sabotagem económica (com relevo especial para as multinacionais). O objectivo é só um: fazer vergar os trabalhadores e impor a resolução da crise económica capitalista à custa das massas trabalhadoras.

Governo, que de cedência em cedência perante o patronato e o Imperialismo, aplica uma política de recuperação capitalista, facilitando o desenvolvimento da ameaça fascista e vendendo os interesses do nosso País e do nosso povo ao Capitalismo Internacional.

Firme na defesa dos interesses da Classe dos Trabalhadores, o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul lutará com todas as suas forças contra a recuperação capitalista e não assumirá qualquer responsabilidade na política económica ou na planificação capitalista da economia portuguesa, recusando todas as formas de PACTO SOCIAL e a qualquer nível.

O caminho que o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul segue não é o da colaboração de classes, é o da UNIDADE DA ORGANIZAÇÃO E DA LUTA, O DE UM VERDADEIRO SINDICALISMO DE COMBATE E DE CLASSE.

VIVA A CONSTITUIÇAO DA REPUBLICA PORTUGUESA!
VIVA A CLASSE OPERÁRIA!
PELA DEFESA DOS SINDICATOS E DOS ÓRGÃOS POPULARES DE BASE!
A LUTA CONTINUA!
UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS!

Órgão máximo dos generais está reunido em Brasília

. Com a situação política a agudizar-se a cada hora, o Conselho de Segurança Nacional, órgão máximo da ditadura dos generais, reúne-se hoje em Brasília para «deliberar». Ao mesmo tempo, desenvolve-se uma febril actividade entre os dois únicos partidos políticos permitidos, a ARENA, governamental e o M. D. B., oposição movimentação que também envolve os homens de Estado. Comentaristas nacionais e estrangeiros não põem de parte a hipótese (bastante provável até) da publicação de um decreto presidencial nas próximas horas, de acordo com o qual o Congresso Nacional seja «suspenso» por 30 dias e que inúmeros dirigentes, deputados e senadores do Movimento Democrático Brasileiro tenham o seu mandato e os direitos políticos retirados. Esta seria a chamada «via revolucionária», muito a gosto dos generais para resolver os problemas internos do país.

Ontem, falando sobre o 13.º aniversário da deposição do presidente constitucional, João Goulart, com a comprovada ajuda da C. I. A., o senador da ARENA general Jarbas Passarinho, ex-ministro da Educação, disse que «a Revolução não está debilitada, mas sim, pronta para responder às provocações. Não podemos esquecer que o Governo é a própria Revolução e a base dos seus ideais».

Recorde-se que o termo «Revolução» é empregado para designar o golpe de 1964, teleguiado dos Estados Unidos e orientado pela C. I. A., como está provado.

A causa da crise actual foi a rejeição, no Congresso, de um projecto de reforma judicial proposto pelo Governo.

Fidel na Argélia

. O dirigente cubano, Fidel Castro, visita hoje a Argélia, última escala da sua longa digressão pelo continente africano, iniciada em meados de Março e que o levou já à Líbia, Somália, Tanzânia, Moçambique, Etiópia, Yemen e Angola.

Fidel não chegou a visitar a Zâmbia, como estava programado, para que a sua estadia ali não coincidisse com a do chefe de Estado soviético, Podgorny.

Fidel Castro deve conferenciar hoje com o presidente argelino, calculando-se que o tema da reunião seja a adopção duma posição comum na próxima reun2ião de países não alinhados em 6 de Abril na capital da India. As conversações neste sentido foram já iniciadas pelo vice primeiro-ministro cubano, Carlos Rafael Rodrigues, que chegou a Argel antes de Castro.

Num discurso de duas horas que proferiu perante Fidel, o presidente argelino, Boumedienne criticou veementemente aqueles que travam o desenvolvimento da revolução argelina e insistiu na necessidae duma melhor gestão da economia do seu país. A perguiça, o desleixo, o desperdício, o parasitismo serão severamente punidos — disse. O presidente anunciou também que iria lançar uma «guerra sem quartel» contra a alta dos preços, a fim de manter o poder de compra dos trabalhadores e dos camponeses.

Golpe falha no Chade

. Cessaram, ao princípio da manhã, os tiros de morteiro e de armas ligeiras que foram ouvidos durante toda a noite junto ao palácio presidencial do Chade, em N'Djamena. Guardas da segurança do presidente general Felix Malloum responderam ao ataque de elementos armados que tentaram entrar no palácio. Os combates causaram a morte de oito pessoas, entre as quais o comandante em chefe do Exército, tenente-coronel Ali Dabio. Encontra-se detido ainda um jovem tenente, que estaria entre os amotinados. O general Feliz Malloum, que também é presidente do Conselho Superior Militar, e outros membros deste Conselho, estão reunidos no Quartel-General enquanto a Rádio Nacional do Chade pede calma à população.

Espanha: questão do P.C.E. remetida para o Governo

. O Supremo Tribunal deverá devolver a documentação do Partido Comunista de Espanha ao Governo e será este que tomará a decisão sobre a legalização dos comunistas e de outros partidos. Depois de se ter afirmado na quarta-feira que a 4.ª Vara já tinha ditado a sua sentença, informações posteriores deram uma nova versão dos factos.

O gabinete Suárez, que quisera ficar com as «mão lavadas», vê-se agora obrigado a enfrentar a situação que ele mesmo clara, além de carregar com uma tremenda derrota política que o Poder Judicial lhe infligiu.

Segundo as ultimas versões a 4.ª Vara do Supremo Tribunal não decidiu a legalização do Partido Comunista, mas decidiu devolver ao Governo a documentação do P.C.E., abstendo-se. Ante isto, o que parece mais viável é que depois deste revés, o Governo aprove um novo decreto atribuindo-se de novo a competência para a legalização dos partidos o que provocará uma autêntica e grave crise política.

No entanto, segundo fontes bem informadas citadas pela agência «Cifra», a 4.ª Vara não fará qualquer pronunciamento jurídico pelo que o Governo poderá decidir. O relatório do advogado do Estado era favorável à legalização do P.C.E. ao não encontrar nada que supusesse a ilegalidade do mesmo.

Noticiário em colaboração com as agências ANOP, France Presse, Inter Press Service, Novosti, Prensa Latina e Reuter

KIM IL SUNG

SOBRE ALGUNS PROBLEMAS DA IDEIA *JUCHE* DO NOSSO PARTIDO E SOBRE A POLÍTICA INTERNA E EXTERNA DO GOVERNO DA REPÚBLICA

Resposta a perguntas feitas por jornalistas do jornal japonês "Mainichi Shimbun", em 17 de Setembro de 1972

1-SOBRE ALGUNS PROBLEMAS DA IDEIA JUCHE

Perguntaram-me como surgiu a ideia **Juche**.

Em poucas palavras, a ideia **Juche** significa que as massas populares são quem comanda a revolução e a edificação da sociedade, sendo, ao mesmo tempo, as forças motrizes dessa revolução e dessa edificação. Por outras palavras: é uma ideia segundo a qual cada um de nós é responsável e tem a capacidade para modelar o nosso próprio destino.

Não somos nós o autor desta ideia. Qualquer marxista-leninista tem esta ideia. Eu limitei-me a dar-lhe uma ênfase especial.

O grau da necessidade sentida o empenho no estabelecimento da ideia **Juche** e a ênfase que lhe é posta podem depender do povo e das bases históricas e sociais dum país.

No decurso da minha luta pela liberdade e independência do nosso país cheguei à firme convicção de que devíamos e podíamos forjar o nosso próprio destino com o nosso próprio esforço.

Tivemos que resolver tudo por nós próprios e que usar as nossas próprias cabeças para formular igualmente as linhas e métodos de luta.

Portanto, tivemos naturalmente que enfrentar indescritíveis dificuldades e tivemos que vencer duras provações. Nesse processo, contudo, obtivemos experiências de valor incalculável e aprendemos lições que nada pode pagar. Compreendemos que as massas trabalhadoras, desde que estejam despertas para a revolução, podem desenvolver uma força realmente grande e levar a cabo a revolução, com o seu próprio esforço, mesmo em árduas e adversas condições.

Logo a seguir à libertação, a nossa situação era também extremamente difícil. Não tínhamos nenhuma experiência no governo do Estado e na gestão da economia. O nosso país era muito atrasado, e estava dividido entre Norte e Sul. Não tínhamos possibilidade de procurar a solução pronta para o problema da edificação dum novo país em situação tão difícil.

O primeiro problema com que nos defrontámos foi o de saber se havíamos de seguir a via capitalista se a via socialista para sairmos rapidamente daquela situação de miséria.

A via capitalista equivaleria a manter a exploração e a opressão. Isto não só impediria que as largas massas do proletariado se erguessem para a edificação dum novo país, como acarretaria ainda o grande perigo de voltar a subordinar o nosso país a outro imperialismo. É evidente, portanto, que não podíamos seguir a via capitalista.

Contudo, não podíamos seguir imediatamente a via socialista. Seria bom para nós caminhar para o socialismo, mas seríamos incapazes de o fazer apenas com o nosso desejo subjectivo. Fomos postos perante as tarefas imediatas da revolução democrática que têm de ser resolvidas antes de se enveredar pelo socialismo. Por isso não podíamos limitar-nos a imitar o sistema socialista.

Desde o princípio que tivemos de usar o cérebro para determinar o sistema político que servisse os interesses da classe operária e dos outros sectores das massas trabalhadoras e que fosse capaz de congregar as vastas massas populares, dando-lhes ainda meios para fazermos as reformas sociais em conformidade com as circunstâncias específicas do nosso país. E assim, no caso da reforma agrária, dirigimo-nos às aldeias e ficámos muitos dias com os camponeses, investigando quais os seus métodos que se ajustariam à nossa situação rural.

A nossa experiência mostrou-nos que, esforçando-nos por resolver os nossos problemas deste modo, ajustando as soluções às condições reais, seria muito melhor do que se copiássemos m e canicamente as realizações estrangeiras. A nossa luta pós-libertação para a edificação dum novo país demonstrou a correcção da nossa ideia **Juche** e intensificou a nossa confiança nela.

Depois, sofremos a dura guerra de três anos contra os imperialistas norte-americanos, e o nosso país ficou completamente reduzido a cinzas. Isso colocou-nos numa situação muito difícil para a construção do socialismo.

Os imperialistas norte-americanos destruíram não só as casas e as propriedades dos nossos trabalhadores e camponeses, mas também a economia, tanto dos pequenos e grandes empresários como dos camponeses ricos. No c u rso da sua revolução socialista, outras nações eliminaram os capitalistas e os camponeses ricos, como classe, expropriando-lhes os bens, mas nós não tivemos de o fazer. Imediatamente a seguir à libertação começámos desde logo a prosseguir uma política consistente de encorajamento económico das pequenas e médias empresas. Os pequenos e médios empresários podem lutar lado a lado com os operários e camponeses contra o imperialismo. Além disso, era necessário para nós proteger o capital nacional na situação em que nos encontrávamos duma indústria ainda não plenamente desenvolvida. Contudo, dado que a economia dos pequenos e médios capitalistas e dos camponeses ricos tinha sido completamente destruída pela guerra, o nosso governo não teve necessidade de se preocupar em fazê-la reviver.

Agora que tudo havia sido devastado pela guerra, pouca diferença havia entre os pequenos e médios empresários e os artesãos urbanos. Todos se tornaram proletários, se assim podemos dizer. Tiveram que unir esforços e seguir pela via do socialismo, a única que lhes restava para subsistir. Quanto aos camponeses, esses tiveram que fazer também o mesmo para porem de pé a sua economia completamente devastada.

Com base no princípio marxista-leninista de que a cooperação ainda que assente em técnicas primitivas, é muito superior à agricultura privada, e considerando o facto real de que os nossos camponeses precisavam instantemente de trabalhar em conjunto para se libertarem da difícil situação em que se encontravam, adoptámos um método original avançado ousadamente com a transformação socialista da agricultura antes da industrialização. No que diz respeito às pequenas e médias empresas e aos camponeses ricos, escolhemos também uma via única congregando-os em cooperativas e remodelando essas cooperativas sob princípios socialistas, não havendo assim necessidade de os expropriar.

Também neste caso, a vida viria a demonstrar a correcção da linha do nosso Partido para a solução de todos os problemas no interesse do nosso povo e em conformidade com as condições específicas do nosso país, sem recurso a qualquer fórmula ou esquema prefabricados.

No decorrer deste processo, fomos ficando cada vez mais convencidos de que a posição e a atitude mais correctas para preservar a revolução e a construção do socialismo consistem em pôr todos os problemas à luz do interesse do nosso povo e em conformidade com as condições específicas do nosso país, acreditando e confiando na nossa própria força com a consciência de que somos nós quem comanda a revolução.

A nossa revolução tem percorrido e percorre ainda uma estrada muito difícil e complicada. Sempre que tivemos de enfrentar dificuldades e transes perigosos, mantivemos a atitude de condutores perante a revolução e, por isso, conseguimos alcançar gloriosas vitórias. Este processo tornou ainda mais inabalável a nossa convicção de que só confiando firmemente na ideia **Juche** se pode aderir completamente à posição revolucionária da classe operária e aplicar de forma criadora o marxismo-leninismo às realidade de cada país.

Perguntaram-me: Poder-se-á entender que a ideia **Juche** é susceptível de ser sintetizada como independência política, auto-suficiência económica e autodefesa em defesa nacional? Esta interpretação é perfeitamente correcta.

Aplicar a ideia **Juche** significa adoptar a atitude de condutor para com a revolução e a edificação do socialismo. Dado que os condutores da revolução e da edificação são as massas populares, deverão estas tomar uma atitude responsável para com a revolução e a edificação. A atitude dum condutor encontra a sua expressão em posições independentes e criadoras.

A revolução e a construção são uma obra para as massas populares, uma obra que tem de ser realizada por elas. Portanto, a transformação da natureza e da sociedade exige uma posição independente e uma actividade criadora.

Baseando-se nos interesses do nosso povo e nos interesses da nossa revolução, o nosso partido tem mantido sempre uma posição firmememte independente na formulação de toda a sua política e linhas de orientação à custa do seu próprio esforço, e na concretização responsável da revolução e da edificação do socialismo, segundo o princípio da auto-suficiência. O nosso partido tem sido sempre capaz de alcançar vitórias porque acreditou na força do povo e deu plena liberdade ao seu zelo revolucionário e actividade criadora, encorajando-o assim a descobrir por si todas as potencialidades e a pôr em jogo todas as reservas, solucionando todos os problemas que se levantam na revolução e na edificação, de harmonia com as nossas verdadeiras realidades de facto.

A adesão à posição de condutor da revolução e edificação e a efectivação do papel de condutor integram-se uma na outra, mas têm diferentes aspectos. Pode dizer-se que a posição independente diz respeito ao modo como se defende o direito de condutor e se cumpre a responsabilidade como tal, enquanto a posição de criador diz respeito ao modo como se eleva o papel do povo (o condutor) na transformação da natureza e na reconstrução da sociedade.

Por outras palavras, a posição independente é a posição fundamental que devemos manter na revolução e na edificação, e a posição criadora é o método fundamental que devemos aplicar para a transformação da natureza e da sociedade.

O que é mais importante na adesão à posição independente é garantir firmemente a independência em política.

A independência é que mantém o Homem vivo. Se um homem perde a independência na sociedade, não pode ser denominado um homem; em pouco difere dum animal. Podemos dizer que a vida político-social é mais valiosa para um homem (ser social) do que a vida física.

Se for abandonado pela sociedade e privado da independência política, embora continue vivo, está virtualmente morto como um ser social. É por isso que os revolucionários consideram muito mais honroso morrer na luta pela liberdade do que continuarem vivos na escravidão.

Ignorar a independência equivale a ignorar o próprio homem. Quem gosta de viver acorrentado a outros? Porque é que os povos lutaram para derrubar o sistema feudal em tempos passados e porque luta hoje a classe operária contra o sistema capitalista? Desnecessário será dizer que as massas acorrentadas quiseram arrancar as cadeias da escravidão feudal e que querem libertar-se da exploração e opressão capitalista. Estamos a lutar contra o imperialismo, a fim de libertarmos completamente a nossa nação do seu jugo e de torná-la capaz de gozar a liberdade como Estado soberano. Numa palavra todas as lutas revolucionárias visam alcançar a libertação duma classe ou da subjugação nacional: são lutas do povo para defender a sua independência. A nossa luta pela edificação do socialismo e do comunismo destina-se também a longo prazo a capacitar o povo para se libertar de toda a espécie de subjugações e a ter uma vida independente e criadora como transformador da natureza e condutor da sociedade.

A fim de se tornar senhora do seu próprio destino, uma nação deve ter um Governo independente e garantir firmemente a independência política. É por isso que a ideia **Juche** deve ser prioritariamente entendida como o princípio da independência política.

A fim de garantir uma sólida independência política, deve ter-se uma ideia orientadora e capacidade para formular toda a política e todas as linhas de orientação, exclusivamente nos interesses do seu povo e em conformidade com as condições específicas do seu país, segundo o seu próprio entendimento. O Governo que actua sob a pressão ou sob instruções de outros não pode ser denominado um genuíno Governo do povo, responsável pelo destino do povo. Um país com um Governo desses não pode ser considerado um Estado independente e soberano.

O princípio da independência política exige completa igualdade e respeito mútuo entre todas as nações. É oposto à subjugação por outros ou à subjugação sobre outros. Uma nação que subjuga outras nações nunca pode ser livre.

A fim de fortificar a independência do país, é essencial fortificar a auto-suficiência na economia, fortificando ao mesmo tempo a independência política. Sem auto-suficiência económica, é impossível satisfazer as crescentes exigências materiais do povo e garantir-lhes materialmente a sua

Continua na pág 14

SOBRE ALGUNS PROBLEMAS DA IDEIA *JUCHE* DO NOSSO PARTIDO E SOBRE A POLÍTICA INTERNA E EXTERNA DO GOVERNO DA REPÚBLICA

Continuação da pag 13

posição de condutor do Estado e da sociedade. A dependência económica frente a outros não pode garantir a independência política e sem poder económico independente é impossível concretizar o princípio da autodefesa nacional.

A autodefesa e a autoprotecção estão na natureza intríseca do Homem. O país deve também ter meios de se defender a si próprio. O princípio da autodefesa é o requisito essencial para que um Estado seja independente e soberano. Dado que continuam a existir agressores imperialistas, o Estado que não tenha poder próprio de defesa para proteger a sua soberania dos inimigos externos e internos, não é, de facto, um Estado plenamente soberano e independente.

A correcção e vitalidade da linha consistente do nosso partido sobre a independência nacional de há muito que têm sido comprovadas pelo nosso povo através da sua prática revolucionária.

A seguir direi algumas palavras sobre a pergunta que me fizeram acerca do acento que pomos na ideia **Juche** em relação à nossa actual politica interna.

Dar corpo à ideia **Juche** significa fazer avançar poderosamente a revolução e a edificação socialista, a partir de posições independentes e criadoras.

. O problema mais urgente com que deparamos presentemente para dar corpo à ideia **Juche** na revolução coreana é o de conseguirmos a reunificação pacífica e independente do nosso país.

O nosso país há muito que luta para se libertar do jugo do imperialismo, mas a nossa soberania nacional está ainda a ser calcada aos pés pelos agressores estrangeiros em metade do nosso território. Para o nosso povo não há actualmente questão mais premente que a de expulsar os agressores estrangeiros e estabelecer a soberania nacional em todo o território do país.

Há 30 anos que os governantes sul-coreanos colocam obstáculos à reunificação pacífica e independente do país, prosseguindo na sua política de dependência em relação a forças estrangeiras. A dependência em relação a forças estrangeiras é o caminho para a ruína nacional. Esta é uma grave lição que o nosso povo tem colhido de uma longa história de sofrimento nacional. É também uma realidade que o povo sul-coreano está agora a perceber claramente, devido às desventuras e ao sofrimento que a ocupação imperialista dos EUA lhe tem causado. A nossa tarefa imediata consiste em providenciar para que todo o povo do Norte e do Sul da Coreia lute contra as forças exteriores e se erga num combate enérgico pela reunificação independente e pacífica do país. Realizar a reunificação independente e pacífica do país é hoje a tarefa mais importante da concretização da ideia **Juche** na revolução coreana.

Para darmos corpo à ideia **Juche**, a tarefa central que se nos põe, na metade Norte da República, é libertar o nosso povo do trabalho árduo, impulsionando dinamicamente as três tarefas mais importantes da revolução técnica.

Para o nosso povo, emancipado da exploração e da opressão, um problema importante que tem de ser resolvido agora é o da emancipação do trabalho árduo.

O trabalho ocupa o lugar mais importante da vida social do povo. A eliminação das diferenças fundamentais nas condições do trabalho e a libertação do trabalho árduo são de grande significado para tornar a vida do povo mais independente e criadora.

Para emancipar o povo do trabalho violento, é imperativo avançar com as três principais tarefas da revolução técnica. Estas três tarefas, propostas por nós, destinam-se a diminuir as diferenças entre trabalho leve e pesado e entre trabalho agrícola e industrial e ainda a libertar as nossas mulheres do pesado fardo dos afazeres domésticos desenvolvendo técnicas para as quais elas contribuirão com o seu próprio esforço. Quando estas tarefas estiverem totalmente cumpridas, o trabalho árduo na cidade e nos campos terá sido extirpado e as diferenças de classe no trabalho entre a classe operária e o campesinato terão sido eliminadas.

Propusemos as três tarefas principais da revolução técnica como objectivo final para que o povo se emancipe do trabalho árduo em vez de nos referirmos apenas, e em termos gerais, ao desenvolvimento da indústria pesada e ligeira. Isto demonstra claramente que o ponto de vista consistentemente expresso do nosso partido em relação à construção económica e à revolução técnica não é um fim em si mesmo, mas deverá servir como meio de dotar o povo de uma vida frutuosa como condutor do Estado e da sociedade. Dar a máxima importância ao povo em todos os domínios e servi-lo — é este precisamente o requisito da ideia **Juche**.

Pediram-me depois que falasse da educação da nossa juventude e das nossas crianças de acordo com a ideia **Juche**.

Preocupamo-nos imenso com a educação das crianças e dos jovens. Isto porque os nossos jovens, as nossas crianças são as reservas da revolução, que hão-de fazê-la avançar de geração para geração. Isto também porque não há missão mais importante que a de educar e instruir as pessoas para o progresso da sociedade.

E verdade que sem meios de subsistência as pessoas não podem viver nem progredir. Neste sentido, a economia constitui o alicerce material da vida social. Contudo os meios de vida são sempre para as pessoas e deixarão de ter significado se os isolarmos das pessoas. São também as pessoas que criam os meios de vida e melhoram as condições de existência. Portanto, o mais importante no desenvolvimento da sociedade é ensinar as pessoas a serem mais dinâmicas. Para que avancem poderosamente com a revolução e a edificação do socialismo, deve dar-se prioridade absoluta ao trabalho com os homens, ao trabalho da modelação dos homens.

A base da ideia **Juche** é a de que o homem é o senhor de todas as coisas e tudo decide. Refazer a natureza e sociedade é para as pessoas e também obra das pessoas. O homem é o que de mais precioso e mais poderoso há no mundo. Todo o nosso trabalho é para as pessoas e o seu êxito depende da maneira como trabalhamos para elas. A educação é um aspecto importante desse trabalho.

A educação é o trabalho de ensinar as pessoas a serem entes sociais com plena preparação mental, moral e física. Para se tornarem seres sociais, têm que ter primeiro uma sã consciência social. Se a geração mais jovem, que nasceu nesta era revolucionária, não estiver armada com ideias revolucionárias e ignorar a ciência, a técnica, a literatura e a arte como homens da nossa era de edificação socialista, então não poderemos dizer que é uma geração de seres sociais.

Só quando as pessoas são dotadas do desenvolvimento ideológico e cultural que, como seres sociais devem possuir, é que podem participar em todos os aspectos da vida social como condutores e acelerar energicamente a revolução e a edificação do socialismo. É por isso que o nosso partido sempre deu maior ênfase à educação que a qualquer outro trabalho.

Consideramos que a aplicação dos princípios da pedagogia socialista é a questão central em matéria de educação. O princípio básico da pedagogia socialista é o de ensinar as pessoas a serem trabalhadores revolucionários dignos de confiança, armados com a ideologia, o conhecimento e o físico saudável que os habilitará a participarem na revolução e na edificação do socialismo como condutores de uma e doutra.

O mais importante no ensino e na educação das pessoas é remodelar a sua ideologia de modo revolucionário. Todas as actividades das pessoas são determinadas pela sua ideologia. Se um homem é ideologicamente retrógrado e moralmente degenerado, por melhor que seja a sua saúde, não pode deixar de ser considerado completamente inútil e mentalmente incapacitado na nossa sociedade. Por isso o nosso Partido tem sempre dirigido prioritariamente a sua atenção para a remodelação da ideologia das pessoas à maneira revolucionária.

Na educação dos jovens e das crianças devemos dar prioridade absoluta ao trabalho de as instruirmos nas ideias revolucionárias. Se detestam o trabalho e não servem o Estado e a sociedade, os seus conhecimentos e a sua técnica ainda que sejam excelentes, serão inúteis. Têm de estar equipados com o patriotismo socialista e a visão revolucionária do mundo, de modo a trabalharem para o seu povo e para a sua pátria, em vez de tentarem alcançar promoções ou ganhar dinheiro. Devemos providenciar para que tudo quanto aprendam seja útil e para que todos os jovens e crianças se formem, transformando-se num novo tipo de homens com traços morais comunistas, que gostem de trabalhar, de proteger e de cuidar da propriedade do Estado e social, e que assumam o comando da revolução e da edificação socialista. Este é o requisito fundamental da pedagogia socialista.

Hoje estamos a fazer grandes esforços para tornar obrigatória e universal a instrução durante dez anos, de modo a garantir que todos os nossos jovens perfaçam o curso complementar do ensino. Quando o conseguirmos a nossa jovem geração será constituída por construtores capazes, equipados com o essencial da visão revolucionária do mundo, dotados dos conhecimentos básicos da natureza e da sociedade e detentores de mais do que uma especialização técnica. Isto assume um significado de grande alcance para que toda a sociedade seja revolucionária e constituída por gente de trabalho e para que a edificação socialista avance.

Pediram-me que desse uma explicação pormenorizada da ideia **Juche**. Mas essa explicação não tem fim. Toda a política e todas as linhas de orientação do nosso partido emanam da ideia **Juchet** e lhe dão corpo. A ideia **Juche** não é uma teoria pela teoria; é a ideia condutora de uma revoluçao e da construçao socialista do nosso país. A ideia com a qual avançámos na base das experiências e lições obtidas através das nossas complexas lutas revolucionárias. No nosso país, a ideia **Juche** é um facto rigoroso da história concretizado em todos os aspectos da vida social. Para se ter uma profunda compreensão da ideia **Juche**, é necessário proceder a um estudo pormenorizado e da política do nosso partido e da realidade do nosso país.

França: a hora da Esquerda

Artur Monteiro

Simples coincidência do calendário ou uma nova era política? A vitória das forças democráticas em França vem alterar as relações de forças e terá repercussões no leque dos sectores progressistas na Europa.

Para a direita, no poder desde 1958, é a primeira derrota eleitoral, que está não só directamente ligada à situação económica que se vive em França, mas é sobretudo a consequência de uma política que ao longo de quase vinte anos consistiu em favorecer as forças do dinheiro em detrimento da população. Período de especulação, de vastos lucros imobiliários, de política anti-social e de liberalismo «verbal».

Desta vez a política governamental foi directamente posta em causa, tanto mais que alguns dos actuais ministros, igualmente presidentes de Câmara, foram batidos pela lista da «União de Esquerda».

As consequências desta vitória eleitoral a nível das municipalidades é o sinal de que o combate começa para as eleições legislativas de 1978, as quais renovarão o corpo de deputados. Desde Setembro de 1977 que haverá uma modificação no Senado, porquanto os senadores são eleitos pelos deputados mas igualmente pelos conselheiros municipais agora empossados.

Não obstante a vitória de Jacques Chirac em Paris, registou-se uma melhoria substancial da esquerda na capital, tanto mais significaativa quanto é certo que devido à política de urbanização do actual regime, as camadas populares têm sido a pouco e pouco desalojadas e enviadas para os arredores.

A extrema-esquerda (listas trotskistas), que obtiveram em alguns locais resultados surpreendentes, desistiram na primeira volta a favor da «União da Esquerda».

Os «ecologistas», que se diziam apolíticos e não deram indicações de voto para a segunda volta, votaram em grande parte nas forças democráticas.

Quando na noite do dia 20 percorríamos as ruas de Antony (passou à esquerda ao cabo de uma gestão de direita de largos anos), que em festa comemorou a vitória da esquerda, recordámos o prospecto distribuído na véspera pelo «maire» deposto (G. Suant) fazendo apelo ao anticomunismo primário. Questão de lembrar o espectro «vermelho».

Gerir uma municipalidade é, ou deverá ser, criar novas condições de vida à população. A nova relação de forças obrigará as autoridades administrativas de Estado (a Prefeitura, uma forma de Governo Civil) a tomarem em consideração os votos dos eleitores. Cabe à esquerda actuar. «Esta vitória é um encorajamento para as legislativas», e sobretudo uma responsabilidade para o futuro.

LES COMMUNISTES A LA MAIRIE C'EST :

- **les industriels découragés**
- **la zone industrielle et la création d'emplois compromis**
- **la mairie transformée en permanence du parti**
- **la propagande et l'agitation**
- **une ville triste et des tours**

Como a direita a esquerda nas Municipais

Gerontocracia na Índia

. O futuro de mais de seiscentos milhões de indianos depende de agora de um homem de oitenta e um anos, Morarji Desai, que sucedeu, como se sabe, a Indira Gandhi, no posto de primeiro-ministro. O novo governo só pôde ser formado, graças à mediação de Narayan, um outro velho, hostil à filha de Nehru e que teve de ser hospitalizado de urgência no fim das negociações.

Depois de terem recusado o partido governamental, não tendo cedido à sua propaganda, irão agora os indianos entregar-se nas mãos dos políticos idosos, os quais, logo no dia a seguir à vitória nas eleições, ofereceram ao mundo o espectáculo de mesquinhas rivalidades pessoais?

. A derrota de Indira Gandhi explica-se essencialmente pela hostilidade de duas categorias de eleitores: as classes médias, que não aceitavam os atentados às liberdades tradicionais desde a proclamação do estado de emergência, e as massas camponesas, assustadas pelas medidas de coacção utilizadas para a realização do programa de esterilização.

Quanto a este último ponto, essas massas obtêm satisfação. Num discurso pronunciado no passado dia 28, o presidente da República, que na Índia tem um papel sobretudo honorífico, declarou que a política de limitação de nascimentos será prosseguida, mas que assentará no desenvolvimento económico e na melhoria da educação. Os camponeses pobres escaparão, assim, à esterilização, mas será que a sua situação material vai melhorar? No governo não têm nenhum representante directo, a não ser o novo ministro da Defesa.

O cargo acabou por ser aceite por Jigjan Ram, o qual, tendo assumido as mais altas funções no governo de Indira Gandhi, até à sua ruptura com ela, no começo da campanha eleitoral, tinha primeiro recusado o cargo ministerial, porque queria ser vice-primeiro-ministro. Não pode ser considerado um homem novo, embora incarne uma corrente menos conservadora do que a maioria dos seus colegas.

Em compensação, as classes médias, que foram as que mais se opuseram à sr.ª Gandhi, estão mais bem representadas na nova maioria que anteriormente. Trata-se dum factor positivo, na medida em que a pequena burguesia indiana constitui um elemento dinâmico no domínio económico.

Mas alguns dos seus representantes incarnam também a tradição nacionalista e o integrismo religioso. Dois membros do Jan Sangh, formação de direita, que constitui uma das quatro componentes do partido Janata, ocupam ministérios importantes: Valpayee, ministro dos Negócios Estrangeiros, passa por ter abrandado as suas posições, mas Advani, antigo dirigente do semanário do Jan Sangh, virá a ser aceite pelos muçulmanos? Estes, particularmente visados pela política de esterilização, esqueceram as suas querelas tradicionais com os hindus e votaram pelos candidatos mais bem colocados na luta contra os partidários da sr.ª Gandhi.

Pela primeira vez na história da Índia, as questões étnicas e religiosas não tiveram lugar nenhum na campanha eleitoral. Embora não tenha conseguido realizar o seu programa económico e social, o Partido do Congresso lograra criar um Estado laico. O Jan Sangh é agora o partido indiano mais bem organizado. Na sua origem, queria exprimir o «renascimento cultural do hinduísmo».

Agora, que participa largamente no poder, poderá vir a renunciar à identificação da nação com a religião dominante?

. O futuro da unidade indiana num subcontinente em constante agitação terá, sem dúvida, esse preço.

(C) «LE MONDE»

Canal da Crítica

Por MÁRIO CASTRIM

TRÊS MOMENTOS DE UM SERÃO

1 — A VERDADE

Radiografia de uma empresa, e quando essa empresa é nada mais, nada menos que a *Sorefame*, será título demasiado ambicioso para uma reportagem. Mas passemos além desse pormenor para nos cingirmos à lição da rubrica: assim, ainda que minimamente, ficámos na posse de mais alguns elementos para melhor se conhecer a realidade portuguesa.

Mário Cardoso, responsável da reportagem, ouviu dois membros da administração: eng.º Eduardo Magalhães, que preside, e eng.º Costa Dias. Ouviu três trabalhadores: Eduardo Libânio, António Brito e Francisco Colaço. Importa salientar aqui as intervenções dos dois últimos: António Brito, membro da Comissão de Controlo de Gestão, sublinhou as vantagens do controlo de gestão sobre a co-gestão. Na realidade, os trabalhadores recusam a co-gestão porque não é próprio de trabalhadores co-gerir, colaborar na sua própria exploração.

Quanto a Francisco Colaço, recordou a necessidade de uma planificação da metalomecânica pesada para evitar situações de concorrência desleal, dado que os interesses dos trabalhadores são os mesmos, qualquer que seja o tipo de empresa. Lá iremos, Francisco, lá iremos...

Eduardo Libânio interveio brevemente para culpar da crise da empresa *os sucessivos Governos* depois do 25 de Abril. Quer-me parecer, amigo, que se trata de uma visão demasiado simplista, não?

Os engenheiros Costa Dias e Eduardo Magalhães deram-nos informações de grande utilidade sobre a situação e as perspectivas da empresa. Foi salientada a vantagem da presença dos trabalhadores no controlo de gestão: o diálogo estabelecido, o conhecimento profundo da realidade, facilitam as soluções.

Correcto. Nada nesta manga, nada nesta manga. Dificuldades? Vamos resolvê-las. Vantagens? Vamos reparti-las. As administrações que nada têm a temer, não temem a presença dos trabalhadores, não recusam o controlo operário: pelo contrário, fomentam-no.

Venham mais programas assim. Um pouco mais cedo, claro. Os operários não passam a manhã na cama...

2 — A RESPONSABILIDADE

Neste último aspecto se deve pôr a tónica quanto à crítica a fazer ao programa dedicado à vacinação.

O dr. Arnaldo Sampaio sublinhou, muito justamente, a importância e a responsabilidade da Televisão na educação popular. Frisou a propósito que a frequência nos postos de vacinação aumenta de cada vez que a Televisão pega no assunto.

Claro que sim. Não me parece, porém, de boa orientação incluir um programa desta índole no fim do serão, perto da meia-noite. Quem lucra com ele? Não certamente, e na máxima força, quem dele mais necessitaria.

Tem razão o dr. Arnaldo Sampaio: há que voltar mais vezes ao assunto. Mas em melhores condições. Evitando-se, tanto quanto possível, as palestras longas como a de ontem. Aliás à meia-noite todas as conversas são longas.

Menos as conversas de amor, claro. Mas para essas, chapéu!, não há vacina que preste.

3 — A AMBIGUIDADE

... e também de amor cantou José Cid. Que não se salvaria fosse a que horas fosse que cantasse. Porque de amor não se pode falar superficialmente. Porque o amor não é a palma da mão azul do mar: amor é mergulhar até perder a respiração. Até quase deixar de respirar. Quem preferir, pode mesmo tirar o *quase*.

Cid fala de amor. Na lareira, arde o lume. Sobre a mesa, o candeeiro. Em frente, olhos perdidos no sono de olhos abertos, uma mulher acaricia um gato capado...

No cenário folclórico, a canção não se enquadra. Diga Cid o que disser, grite o que gritar, tudo está irremediavelmente perdido, porque tudo é irremediavelmente falso.

Continua na pág 18

A trilogia de ANDY WARHOL
Em exibição no CINEMA UNIVERSAL
Até 2.ª Feira, dia 4 de Abril (inclusive)

um filme «underground» de
ANDY WARHOL
"FLESH"

O PROSTITUTO
a arte que desafiou o imperialismo americano
Animatógrafo

Às 15 h. e 21 h. — O CIO (titulo original HEAT)
Às 17 h. e 23 h. — O VICIO (» » TRASH)
Às 19 h. O PROSTITUTO (» » FLASH)

A partir de 3.ª Feira, dia 5 de Abril e até 5.ª Feira dia 7 (inclusive) em exibição:

Às 15 e às 23 h. — **QUATRO NOITES DE UM SONHADOR** — um filme de ROBERT BRESSON.

Às 17 e às 21 h. — **IREI COMO UM CAVALO LOUCO** — um filme de ARRABAL.

Às 19 h. — **O ÚLTIMO A RIR** — um filme de ALAIN TANNER.

ADÓQUE teatro
NO MARTIM MONIZ TEL 87 44 76
O PÚBLICO IMPÕE LOTAÇÕES ESGOTADAS

A PAROLA
UMA REVISTA NUNCA VISTA!

- ANABELA
- NICHOLSON
- HENRIQUE VIANA
- MAGDA
- ERMELINDA

TODAS AS NOITES
Sessões às 20.30 e 22.30
«MATINÉE» AO DOMINGO Às 16 horas
Folga às Quartas-Feiras
(Não aconselhável a m/18 anos)

LIBERDADE, SOB HIPOTECA — Uma proposta da Ermelinda Duarte

Em FARO o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na PAPELARIA FARRACHA

PREMIADO COM 4 OSCARS

Após "2001" e "LARANJA MECÂNICA" vem a obra máxima de STANLEY KUBRICK

"O mais belo filme de toda a história da 7ª arte" -O TEMPO

"Uma obra arrebatadora quase mágica... encantadora e fascinante" -JORNAL NOVO

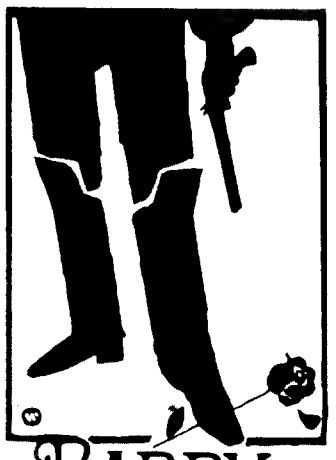
"A perfeição em décimo-sétimo grau" -DIÁRIO DE LISBOA

"Um extase continuo de beleza e ternura" -A LUTA

"Uma das máximas maravilhas artisticas do mundo" -VIDA MUNDIAL

"A beleza em estado puro... admirar, gostar e ver de novo" -O DIA

"O filme mais importante de 77" -A CAPITAL



BARRY LYNDON
Escrito e Realizado por STANLEY KUBRICK
RYAN O'NEAL - MARISA BERENSON
Na A Recomendar a Menores de 13 Anos
6.ª SEMANA estudio Apolo 70
A MUSICA DESTE FILME ESTA GRAVADA EM DISCOS WARNER BROS DISTRIBUIDO POR RADIO TRIUNFO

Hoje

Banyon.

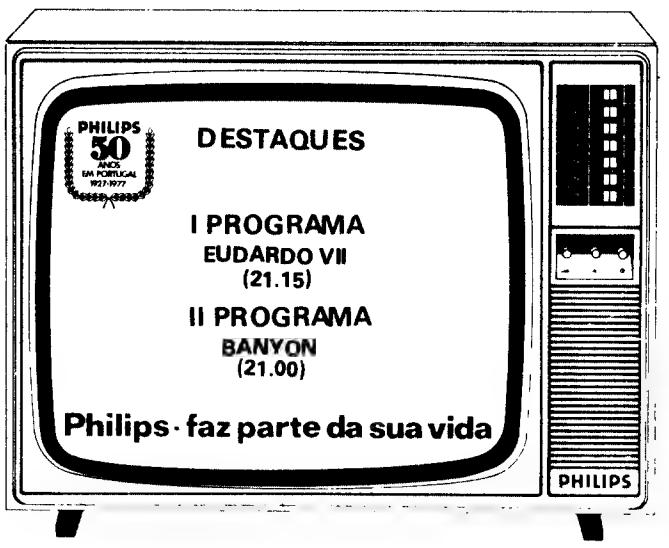
Programa

18.30 **Abertura A magia do Ver.**
18.55 **Abre-te sésamo**
19.30 **Tropicália.** João Guimarães Rosa — O homem, a obra e a terra.
20.00 **Momento desportivo.** Debate de problemas do Desporto.
20.30 **Telejornal** — 1.ª edição
21.05 **Momento político.** Um programa da Secretaria de Estado da Comunicação Social.
21.15 **Melomania.** Um programa de João de Freitas Branco e Augusto Cabrita.
21.55 **Eduardo VII.** Último episódio. Com Annette Crosbie (Victoria); Timoty West, Helen Ryan. Realização de John Corrie.
23.00 **Fecho**

TUDOR
BATERIAS · PILHAS

II Programa

21.02 **Banyon.** 10.º episódio. Entrevista com a Morte. Intérpretes: Robert Foster e Richard Jaeckel. Realizador: charles Dublin.
21.50 **O Cavalo.** Série de programas realizados pela «Arca».
22.15 **Telejornal.**
22.50 **Fecho**



Amanhã

I Programa

14.00: Abertura e Retrospectiva; **14.15**: Ida e Volta; **14.45**: Depois a tempestade; **15.15**, Segredos do Mar Vermelho; **15.40**: Diagnóstico; **16.50** A Bota das Sete Léguas **17.20**: Animação; **17.50**: Otelo, ópera; **20.30**: Telejornal; **21.25**; Um dia depois de amanhã; **23.15**: Os Bons Velhos Tempos; **23.05**: Fecho

II Progrrrama

20.30: Telejornal; **21.00**: Animação — O filme experimental da Polonia. **21.30**. Cinemateca; **22.30**: Fecho

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO
COM RÁDIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRÁTIS — SERVIÇO PERMANENTE
Telefs. 722786-834271
Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

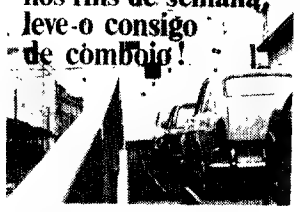
TEATRO Tel. 366745
ABC
Não acons. a menores de 18 anos
Hoje, 20.30 e 22.45 horas
Domingos e Feriados há «matinées» às 16 horas
Descanso às 4.as feiras
SÉRGIO AZEVEDO apresenta
A NOVA E GRANDE REVISTA POPULAR DE LISBOA
EM ÁGUAS DE BACALHAU
com um super-elenco

Heidi (em grande). Uma grande criação de Nicolau Bryner
FLORBELA
NICOLAU
OCTÁVIO DE MATOS
(actor convidado)
VERA MÓNICA
(actriz convidada)
VICTOR MENDES
SIMONE DE OLIVEIRA
NUNO EMANUEL
NINA FLORES
LIA SARA
VICTOR NORTE
ISABEL MOTA
ABC DANCER'S

Aviso: Devido à grande afluência de público e a empresa não podendo satisfazer todos, pede-se o favor de adquirirem antecipadamente os vossos bilhetes.
A Gerência

Todas as noites às 21.30
matinées: sábados e domingos às 16 h
TEATRO LAURA ALVES
Tel. 96 47 56
Uma comédia de JOSÉ VILHENA
CALCINHAS AMARELAS
com IRENE ISIDRO • BARROSO LOPES • MANUELA MARIA • LUÍS HORTA • CARLOS MIGUEL • TERESA ZILOC • MARIA JOÃO • PAULA LIMÃO
A mais divertida comédia portuguesa dos últimos 54 anos.

não se prive do seu automóvel nos fins de semana, leve-o consigo de comboio!



o serviço diário
Auto*Expresso*
Lisboa-Porto-Lisboa
transporta-o a si e ao seu carro
informe-se nas estações e agências de viagens
Caminhos de Ferro Portugueses

circular é viver

VAI aos TOIROS

Extraordinária Corrida em
ALGÉS
Empresa Fernando dos Santos e Jacinto Branco
DOMINGO 3 de Abril de 1977
às 4 horas da tarde
A CORRIDA DE TOIROS predilecta do Povo Português
com
CAVALEIROS MATADORES e FORCADOS
São lidados
7 **bonitos e gordos toiros** 7
da Cooperativa de Agutar (Ferro Fernando Salgueiro)
CAVALEIROS
o triunfador do Festival do dia 13
Frederico CUNHA
e o jovem mas já valoroso artista que reaparece depois da grave colhida quase mortal em Santarém
Correia LOPES
MATADORES
Fernando dos SANTOS
Triunfador do Festival em Algés e a maior figura do toureio português da actualidade
Gabriel PUERTA
de SEVILHA, triunfador em todas as Praças de ESPANHA, já contratado para a famosa FEIRA DE SEVILHA
FORCADOS DE S. MANÇOS
O grupo que mais corridas fez em 1976, e que incompreensivelmente o C. Pequeno não contratou
Preços Populares. Venda de Bilhetes na ABEP a partir do dia 31 e nas Bilheteiras da Praça de Toiros, a partir de **Sábado, 2**
EMPRESA FERNANDO SANTOS
EMPRESA FERNANDO SANTOS

Crítica de Cinema

JORGE LEITÃO RAMOS

"Tubarão" de Steven Spielberg

Materializar, ainda uma vez, o medo abstracto do cidadão médio.

FICHA:

Título original: «Jaws»
Realização: Steven Spielberg
Argumento: Peter Benchley e Carl Gottlieb, «segundo novela de» P. Benchley.
Fotografia (technicolor e panavision): Bill Butler
Música: John Williams
Montagem: Verna Fields
Interpretação: Roy Scheider (Brody), Robert Shaw (Quint), Richard Dreyfuss (Hooper), Lorraine Gary (Ellen Brody), Murray Hamilton (Vaughn), etc.
Distribuição em Portugal: Filmes Lusomundo
Cinema: Eden
Classificação: Não aconselhável a menores de 13 anos
Duração: 124 minutos.

Filmar o medo, eis tudo. Filmar o medo porque é ele o grande fantasma deste nosso último quartel do século XX. Filmar o medo abstracto, o terror invisível (que no quotidiano se pode chamar a inflação, a carestia, a poluição) que é a constante da vida do cidadão médio face ao grande espectro do dia de amanhã.

Mas o medo em estado puro não existe. É por isso que ele tem que ser materializado. Tarefa que o cinema americano (sempre atento à psicologia das massas) tem, nestes últimos tempos, levado a cabo com uma persistência que mereceria uma análise sociológica que ultrapassa o âmbito destas **breves linhas. Desde O Exorcista** a este **Tubarão**, passando pelos vários «filmes-catástrofe» (tipo **Torre do inferno**), é a variações sobre o tema do pânico que temos vindo a assistir numa progressão bem reveladora de um certo estado de espírito (da civilização ocidental) que, aliás, os resultados (gigantescos) de bilheteira amplamente confirmam.

É que se não trata apenas de **causar** medo, mas de o materializar, de oferecer ao público um **fétiche** onde aquele se possa projectar ao mesmo tempo que o esconjura desviando-o das suas reais e quotidianas razões.

Não é por acaso (nem por simples «respeito» às clássicas regras do **suspense**) que durante cerca de metade deste filme (a sua melhor parte), não surge por um momento no **écran** o monstro causador de todo o pânico. Durante muito tempo os ataques vêm do desconhecido, do escuro, das profundezas (e aqui um à parte para realçar a magnífica utilização da «câmara subjectiva» durante os primeiros ataques submarinos do tubarão); são pessoas (individuais) que, inesperadamente, se encontram acometidas face a um destino de que não conhecem os contornos nem os meios de combater. É aliás, curioso de referir o carácter eminentemente individual do medo que este filme evoca, medo que apenas é sentido quando é a nossa pele ou a pele dos nossos directos familiares que está em jogo (repare-se na figura do **mayor** da cidade — uma certa forma de autoridade social — que só enfrenta as realidades quando os seus próprios filhos se encontram em perigo); o pânico social é aqui dado como simples soma de terrores individuais; a resposta (caça) ao tubarão será ainda levada a cabo como soma (que não conjugação) de esforços individuais. Será finalmente o «herói» que, só e indefeso, se afrontará com o monstro e o vencerá. Que aquele seja um bom polícia, bom pai de família, bom cidadão, não é, também, evidentemente, por acaso.

Não é, porém, um final apaziguador. Pelo contrário, este filme vem-nos dizer que, afora a sorte, ninguém pode vencer o tubarão. O que quer dizer que também para este filme, o medo continua.

Apresenta na
ACADEMIA ALMADENSE
Rua Capitão Leitão, 64
Tel. f. 275 21 27 — Almada
cooperativa teatro popular
4.º MÊS
ÚLTIMAS REPRESENTAÇÕES

A GRANDE JOGADA!
uma divertida comédia musicada
de JOSÉ VIANA
ROGÉRIO PAULO
DORA LEAL
MARIA DULCE

Sessões às 3.as, 4.as 5.as e 6.as, às 21.30 — Sábados, às 20.30 e 23 horas — Domingos, às 16 e 21.30
EM LISBOA BILHETES À VENDA NA A. B. E. P. — RESTAURADORES
As marcações de bilhetes só se respeitam 1 hora antes do início do espectáculo.

NO TEATRO Tel. 555133
MONUMENTAL
3.ª FEIRA às 21.15 H
ESTREIA

LAURA ALVES e Paulo Renato
num autentico festival de gargalhada de BARILLET et GRÉDY
AQUI QUEM MANDA SOU EU!
VASCO MORGADO apresenta
com RODOLFO NEVES, LUIS FILIPE, CARLOS DUARTE, FERNANDA FRANCO, ALDA PINTO
encenação de PAULO RENATO
não aconsª M.13

Do autor de TARZAN
O SEXTO CONTINENTE

RIVUS
REGRESSO A UM MUNDO ESQUECIDO
com **DOUG McCLURE**
JOHN McENERY · SUSAN PENHALIGON
2.ª SEMANA no MONUMENTAL
Em complemento, um documentário cheio de actualidade! «OPÇÃO-EUROPA».
A viagem do Primeiro-Ministro Português aos Países da CEE.
Uma realização de Jorge Cabral.

Vá ao TEATRO **MARIA VITÓRIA**
Hoje e todas as noites 2 — SESSÕES 2 Às 20.30 e 22.45 h. • Aos domingos «MATINÉES» Às 16 horas •
Ver a Sensacional PLURALI REVISTA
O BOMBO DA FESTA!
M/18 anos
AVISO
Na 2.ª-feira há espectáculos às 20,30 e 22.45 h
O descanso será na 6.ª-feira Santa
SALVADOR e IVONE SILVA
HENRIQUE SANTANA
LYGIA TELLES
CARLOS GONÇALVES
HERMAN JOSÉ
IGOR SAMPAIO

PORTUGAL

AJUDA

É esta noite (21 e 30), no pavilhão da Ajuda, que se efectua o primeiro de dois encontros entre as equipas de basquetebol de Portugal e de Marrocos, que fazem parte da preparação dos nosso seniores com vista aos jogos de apuramento, dentro de dias, em Hempstead, do «Europeu» da especialidade. Antes, disputar-se-á um jogo-treino entre a selecção de cadetes, que no dia 11 (seis dias depois da de seniores) segue para a Bulgária.

ACADÉMICO

. Terminou o Campeonato de Iniciados de Basquetebol da Associação de Coimbra (I Divisão), com os seguintes resultados: Académico, 49-Naval, 39. Classificação final: Académico, 14 pontos; Olivais, 12; Conimbricense, 12; Naval (ultimo), com 10 pontos.

Classificação final da II Divisão: 1.º, Olivais, com 8 pontos; 2.º, Académica, 6; 3.º (e ultimo), o Horizonte, com 4 pontos.

GOLFE

O 23.º Campeonato Internacional Aberto de Golfe, de Portugal, disputa-se de 6 a 9 de Abril, nos campos de Palmares e Penina (Algarve). Neste campeonato deverão participar cerca de 200 profissionais de golfe de vários países.

HALTEROFILIA

Seis clubes representados por vinte e oito atletas participaram no Campeonato Regional de Seniores (Zona Sul), na Escola Industrial e Comercial de Setúbal. Em ensaio extra, Gil Ferreira, da ECIS, ultrapassou a marca dos 100 quilos e o recorde nacional do arranque dos 80 quilos.

Outros vencedores (nas diversas especialidades — quilos): Vítor Pinho, do Piedense, João Dias (Luso), Alberto Gonçalves (Piedense), José Rosa) Baixa da Banheira) e António Rosa (ECIS).

HÓQUEI EM CAMPO

. Portugal estará presente no campeonato europeu de juniores, em hóquei em campo, previsto para 8-10 de Julho, em Moncalvo-Torino (Itália). Entretanto, os federativos iniciaram contactos com a Câmara do Porto com vista à cedência de terreno para construção de um campo relvado.

JCP

Poucos sócios na assembleia geral extraordinària do Judo Clube de Portugal, da qual sairam os novos estatutos da colectividade na modalidade (judo, obviamente).

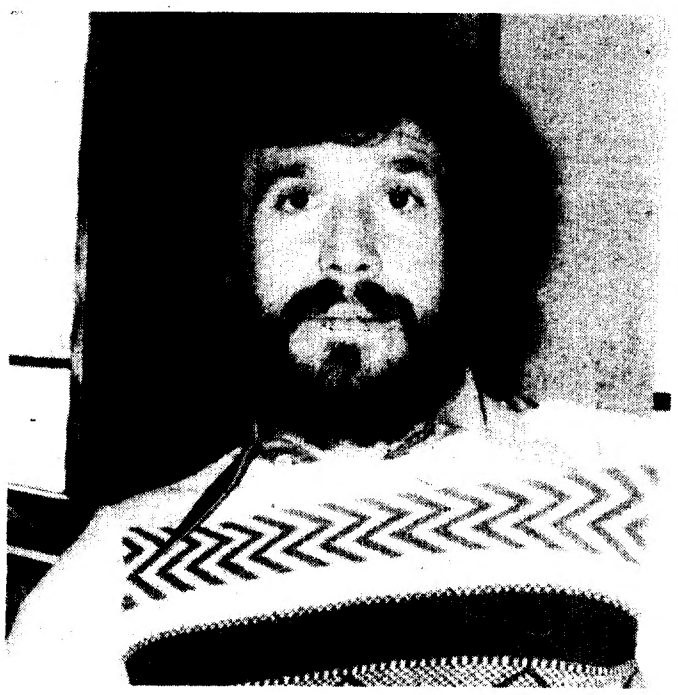
Os novos estatutos, propostos pela direcção, foram aprovados após apreciação e votação condignas.

PATINAGEM

Portugal foi convidado a organizar o campeonato do mundo de patinagem artística de 1978, e terá que confirmar até 31 de Dezembro do corrente ano se aceita a sua organização. Entretanto, e após 16 anos de interregno, a Comissão de Patinagem Artistica da Federação vai organizar este ano o campeonato nacional

A Comissão Central de Árbitros de Hóquei em Patins vai promover cursos de candidatos a juízes, nas distritais de Lisboa, Porto, Aveiro e Santarém e igualmente nas zonas de Braga, Coimbra, Alentejo e Algarve. Inscrições abertas até 1 de Abril.

Entretanto, a pedido do próprio foi licenciado o árbitro Valdemar Moreira Aires de Sousa.



Humberto Coelho, que durante alguns meses «vendeu» o seu futebol por Paris (no Saint-Germain) voltou ao Benfica, como é do conhecimento público. O seu regresso, de facto — em termos de jogar à bola — ficará assinalado no próximo dia 20, em encontro particular que oporá a equipa encarnada aos «leões», como que em retribuição do jogo que o Benfica efectuou, em Alvalade, na festa de homenagem a Carlos Lopes

POP-CROSS NO JAMOR

Recorde de inscrições na primeira prova da época

Um número recorde de inscrições assinala o interesse desportivo do III Pop-Cross Internacional de Lisboa, a pontuar para os Troféus Nacional e Internacional da modalidade, que amanhã e depois se realiza nos terrenos do Jamor. Nada menos que 71 concorrentes, entre os quais diversos espanhóis, estão inscritos para esta prova, a primeira da temporada a contar para o II Troféu Português de Pop Cross. As restantes realizam-se em Coimbra (14 e 15 de Maio), Vilamoura (18 e 19 de Junho), Porto (16 e 17 de Julho) e Viseu (10 e 11 de Setembro).

As provas disputar-se-ão numa única categoria que inclui veículos até 602 cc. Só são admitidos no Troféu os veículos Citroën 2 CV e Dyane equipados com motor de 375, 425 ou 602 cc de cilindrada sempre e quando estejam em perfeitas condições de funcionamento e segurança e conformes com o Regulamento Técnico Internacional.

Amanhã às 14 e 30 realiza-se a primeira manga de qualificação, em 10 voltas, precedida por uma sessão de treinos em grupos de cerca de 10 carros, por ordem numérica, que treinarão 10 minutos cada entre as 10 e as 12 e 30. Das 17 às 18 horas realizam-se os quartos de final, disputados em 15 voltas.

No domingo às 14 e 15 disputa-se a segunda manga de qualificação, também em 10 voltas, seguindo-se as meias finais, em 15 voltas, com início às 17 e 45.

A final, que será disputada também em 15 voltas, disputa-se às 18 horas.

CITROËN 4 POP CROSS 2 CV-DYANE

P

INTERIOR

III POP CROSS INTERNACIONAL DE LISBOA

BRAGA-F.C. PORTO À VISTA

Candonga, candongueiros

BRAGA, 1 — Era perfeitamente previsível, faz parte do «compêndio dos «intermediários»: o Braga-F.C. do Porto, por interesses distintos, por vizinhança espicaçadora, por razões mais que plausíveis (que não é o mesmo que dizer tolerantes) ia criar condições para o «mercado negro», para o negócio imediato, para o lucro aparentemente fácil: os «candongueiros» teriam uma palavra a dizer. Não é mentira, apesar de estarmos no «1.º de Abril».

É isso: a visita dos portuenses à «bracara cidade», ou ao feudo dos arcebismos (Manuel Maria da Silva e outros) teria que movimentar desesperado «mercado». Os indivíduos de quem se diz não terem escrúpulos, premuniram-se. Ontem, hoje, e possivelmente (mais que provável) amanhã pedirão preços exorbitantes pelo rectangulozinho que dará direito a contemplar o «match». Não importa se integralmente ou não, se mal ou bem. Importa (para os sem escrúpulos) é o negócio, se se observar que para este confronto os dirigentes bracarenses não «inventaram» qualquer sobretaxa. Aqui, sabe-se que os homens do «negro» já pedem 200 «paus» por uma «central» (bancada) que custa 120 escudos, e noventa (paus) por um peão que não pode custar mais que 30$00. O «affaire» constitui já foros de roubo, se não é, pelo menos, assalto. Outros preços: bancada lateral, 85 «paus»; central-superior, 60$00; e superior, 60$00.

Os preços, segundo o mercado legal, são acessíveis, enquanto que no «negro» são pouco menos que «picantes», que é mais ou menos o mesmo que dizer exorbitantes. A palavra magna caberá à polícia. E haverá polícia para estes controlos? A equipa local deve arrecadar, dê o que der a questão, cerca de dois mil contos: 1428 dos bilhetes federativos, e o restante (600 contos) do facto de ser «da do Clube». E os «candongueiros»? A situação parece ser escandalosa.

HAGAN

Entretanto, nem só os «candongueiros» são tema para a população de Braga. Assunto quente e muito debatido nas tertúlias daquela cidade minhota, segundo o nosso correspondente, é a tão propalada «viagem» de Jimmy Hagan para o Braga. Em Lisboa, o chefe do departamento de futebol do Sporting afirma não ter conhecimento de nada, enquanto o técnico britânico pode avançar. De acordo com as nossas fontes de Informação, Hagan esperaria até 31 de Julho para se decidir, após conhecer a posição dos dirigentes leoninos.

Outro «acontecimento» naquela cidade é a chegada de Caio «Cambalhota», o brasileiro que veio para outra equipa portuguesa e findou por fazer contrato com os bracarenses. Caio esteve em Braga, parecia adaptar-se bem ao clima e ao ambiente, partiu, um dia, para resolver problemas na sua terra Natal, demorou-se mais que o que acordava com os dirigentes, mas voltou. E em Braga fala-se muito do retorno de Cambalhota.

Entretanto — aquela cidade é decididamente notícia —, ultimam-se os preparativos para o seu Torneio Internacional marcado para o fim da próxima semana. Tanto quanto nos foi dado saber, há já fretes aéreos para emigrantes a cargo da «Mercury» (Manuel Barbosa também aí estará), bem como excursões de muitas das localidades minhotas e transmontanas, anunciando perspectiva de enchente para qualquer das jornadas. Bayern e Marselha (com os internacionais Bereta, Bracci, Trésor, e os consagrados Yazalde, o jugoslavo Zlatanic, além de Charrier e Zvunka — desnecessário será falar do «escol» germânico — animarão a «festa».

LÁ FORA

AMIN

O presidente do Uganda, Idi Amin, entusiasta do basquetebol e da natação, quer tornar compulsiva a prática de desporto para os membros do seu gabinete e para os altos funcionários do seu país, de acordo com uma notícia da Rádio Uganda. Um porta-voz da Casa Presidencial informou que os ministros e secretários, bem como os directores dos diversos Ministérios, que não estejam em serviço fora da capital (Campala), devem praticar futebol, todas as tardes, a partir de segunda-feira.

Entretanto, o ministro das Obras Públicas do Uganda recebeu ordens para montar um campo de basquetebol e um «court» de ténis, no Nile Mansions Hotel, ampliando assim as instalações dos altos funcionários.

CHINA

A participação da República Popular da China nos Jogos Olímpicos tornou-se mais provável com o anúncio feito por «lord» Killanin, presidente da Comissão Olímpica Internacional (COI), da sua deslocação a Pequim, em Abril. A China retirou-se do movimento olímpico em 1958, como medida de protesto contra à presença da Formosa na COI. A primeira indicação do interesse de Pequim em reatar a sua participação nas competições olímpicas em 1974, foi quando os chineses abordaram a COI sobre tal possibilidade.

O Governo chinês clarificou, então, que só participaria nos Jogos Olímpicos se a Formosa fosse expulsa da COI, tendo o problema ficado em suspenso durante três anos. «Lord» Killanin anunciou no ano passado que se deslocaria a Pequim, mas a viagem foi sucessivamente adiada, e nada mais se soube a propósito da questão até aos Jogos de Montreal. O presidente da COI vai em Abril a Pequim, na companhia do japones Saji Kiykawa, do Secretariado Executivo da Coi, que tem servido de medianeiro. Está prevista para mais tarde a sua visita à Formosa.

HALTEROFILIA

O soviético Yuril Vartanyan estabeleceu novo recorde mundial, levantando 156 quilos (na classe de 75 quilogramas de peso) durante um torneio em Vilnius, na Lituânia. Vartanyan (20 anos) melhorou o anterior recorde (que também lhe pertencia) em 8,5 quilos.

OLGA KORBUT

A campeã olímpica de ginástica disse adeus à modalidade. Olga Korbut, um dos maiores vultos de todos os tempos na especialidade, e que tão fulgurantemente se revelou há vários anos, para atingir o climax em Munique, abandona a ginástica alguns meses depois de se ter visto ofuscada, em Montreal, pela espantosa Nadia Comanecci.

PATINAGEM

Kai Stensjemmet (Noruega) e Sergei Marchuk (União Soviética) bateram, em curto espaço de tempo, o recorde mundial dos 5000 metros em patinagem de velocidade, no decorrer de um torneio soviético-norueguès disputado em Alma Ata, capital do Cazaquistão. Marchuk conseguiu, primeiro, 6.55,88 naquela distância, melhorando o seu próprio máximo anterior (que era de 7.00,11). Pouco depois, Stensjemmet melhorou o tempo de Marchuk, conseguindo 6.54,10 e tornando-se o novo recordista mundial da distância.

«RECORD»

O nadador sueco Gary Andersson estabeleceu novo recorde europeu dos 1500 metros livres, em piscina coberta, ao cobrir a distância no tempo de 15 minutos 11,97 segundos durante os campeonatos suecos, disputados em Umeaa. O máximo europeu era pertença do húngaro Zandor Nagy, com 15 minutos e 15 segundos certos.

RETIRADA

Vladimir Nazlymov (campeão olímpico das provas de sabre) retirou-se das competições de esgrima, para treinar a equipa desta modalidade das Forcas Armadas da U. R. S. S. Nazlymov (31 anos) fez parte das equipas soviéticas vencedoras nos Jogos Olímpicos e nos Campeonatos do Mundo.

VELOCIDADE

O norte-americano Don Johncock, vencedor em 1973 da clássica automobilística 500 Milhas de Indianápolis, passou pela 1.ª vez a barreira das 200 milhas (320 quilómetros) por hora, numa moto, no decurso de um teste de pneus. Johncock (pilotando uma «Mustang-DGS») conseguiu um tempo de 44,9 segundos para uma volta ao circuito de 4,02 quilómetros, o que corresponde à média de 322 quilómetros por hora.

XADREZ

A Federação Internacional de Xadrez concedeu à Holanda a organização das Olimpíadas de Xadrez de 1978. Deviam realizar-se no Irão, mas a Federação iraniana da modalidade não pode garantir a sua efectivação.

útil útil útil rodizios LORAMEX

par 295$

ARGOS

- Fabricado em aço especial
- Altura só 4 cm.
- Suportam cargas até 272 Kg
- Facilmente ajustáveis de 40 a 60 cm.
- Equipados com travão especial.
- Em segundos e sem ferramenta aplique você mesmo.

Deslocam sem esforço fogões, frigoríficos, máquinas de lavar, etc para uma rápida e facil limpeza de chão

ALFREDO A. MOREIRA, LDA.

(A Casa dos Berbequins)

Venha já ou peça pelo correio sede R. Ferreira Borges, 16-18 – Lisboa – Tel. 662146-668656

Loja Hobby no Drugstore Apolo 70 Av. Júlio Dinis, 10 – Tel. 774094 – Lisboa

Loja Hobby no Drugstore Alvalade Praça de Alvalade – Lisboa – Tel. 804913

Lojas Hobby abertas todos os dias até à meia-noite

Queiram enviar-me pares de rodízios por 295$00 mais portes

Nome

Morada

Vendas pelo correio Rua Tomás da Anunciação, n.º 68 B LISBOA-3

Filho de Walter Rosa saiu em liberdade

Baseando-se na circunstância do réu ter actuado com uma pistola de alarme, nunca ter utilizado a violência e ter-se entregue às autoridades, o Tribunal de Setúbal que considerou os delitos de que era acusado(assalto a dois bancos) como «roubos e não fraudes», condenou João da Silva Rosa, filho do ex-ministro da Indústria do I Governo Constitucional, em 20 meses de prisão correccional e 75 dias de multa. Contudo, como o seu advogado de defesa entendeu que tal punição era severa de mais recorreu para o Supremo Tribunal, motivo porque em face de uma caução de quinze mil escudos, João da Silva Rosa saiu em liberdade.

Conforme na altura noticiámos, João da Silva Rosa assaltou em 16 de Dezembro último a agência do Banco Nacional Ultramarino em Sesimbra, de onde levou 112.500 escudos,e seis dias mais tarde apoderou-se de 290 contos do Banco Borges e Irmão, em Palmela. Na sequência da sua detenção, Walter Rosa apresentaria o pedido de demissão da pasta da Indústria.

Recorde-se que ainda recentemente um indivíduo foi condenado a uma pena de oito anos por ter falsificado um cheque de algumas dezenas de contos. Da mesma forma, há cerca de dezanove meses que se encontra preso em Caxias, sem culpa formada, o estudante antifascista Rui Gomes, detido numa manifestação dos Deficientes das Forças Armadas em S. Bento, no final do Verão de 1975.

Canal da Crítica

Continuação da pág. 15

José Cid. Que não se salvaria os telespectadores portugueses conhecem há longos anos. Muitas das suas criações tiveram extensa popularidade. No panorama de música ligeira, quanto à sua expressão mais degradada que é a exploração comercial, o nome de José Cid tem de citar-se. Ele soube encontrar na música aquele lado fácil e *actual* que tem a ver com a moda que ataca do mesmo modo os vestidos das mulheres e as notas musicais.

Não se pode saber até onde poderia ir este jeito musical, esta inegável paixão, se acaso estivéssemos face a uma personalidade construída com fortes alicerces. Mas o que marca o trabalho de José Cid é a indefinição. As suas palvras esvoaçam como as de um adolescente imaturo. As suas ideias contradizem-se ou perdem-se no nevoeiro. A noção imediata que se obtem das canções de José Cid é que elas não habitam o reino da responsabilidade. Em música, apenas música, para acompanhar imagens ou sugerir emoções, o disfarce ainda é possível. Quando as palavras entram em jogo, cresce a inflação da leviandade, tanto mais falsa quanto mais filosófica quer parecer.

Cid nasceu *para ser livre sem razão e sem porquê*. O *porquê* e a *razão* disto, quem os determinará?

Ele *vem falar-te dos homens que lutaram contra a guerra* mas *não traz conselhos seja de quem for*. Sendo certo que ninguém lhe pede conselhos, mas uma posição inequívoca numa canção inequívoca. O que não é o caso.

Diz-nos que Portugal não é mar, só campos, só fronteiras: *Portugal é toda a gente que eu queria abraçar*. Mas as imagens da canção mostram-nos tudo menos a tal gente — e o filme termina com uma paisagem doente que reflecte, afinal de contas, a paisagem interior do próprio Cid: ele não nos diz que gente é essa que ele gostaria de abraçar, não nos diz qual é o seu Portugal.

Os exemplos podiam multiplicar-se, no que respeita às palavras. Musicalmente, a indefinição mantém-se, muito embora nas últimas composições se procure uma teia mais elaborada, menos de colar com cuspo.

A verdade é que Cid não pode encontrar seja o que for sem se encontrar a si próprio, sem encontrar o seu caminho. Quando isso acontecer, encontrará também as palavras autênticas, a expressão musical estável. Esperemos que esse caminho seja o que conduz a um projecto de convivência com o futuro.

É preciso lutar muito
para chegar ao fim...

São palavras suas. Compete-lhe saber e dizer o fim pelo qual vale a penas lutar. Para sabermos todos se vale ou não a pena ouvi-lo.

TRIBUNAL DE FAMÍLIA DE LISBOA
3.º Juízo
ANÚNCIO

Pelo 3.º Juízo e 1.ª secção deste Tribunal (pro. n.º 1251/76), correm éditos de TRINTA DIAS, a contar da segunda e última publicação deste anúncio, citando o Réu MANUEL DA ROCHA BAPTISTA, operário, ausente em parte incerta e com última residência conhecida na Rua da Alameda, 10-A, R/c Dt.º, Lisboa, para no prazo de **vinte dias**, depois de decorrido o prazo dos éditos, contestar, a acção de divórcio litigioso que lhe move sua mulher Lodovina da Conceição Simão, cabeleireira, residente na Rua Voluntários da Pátria, 98, apartamento 905, bloco B, Rio de Janeiro, Brasil.

O pedido de divórcio é com fundamento na separação de facto por mais de seis anos consecutivos, nos termos do art. 1778.º alínea h), do Código Civil.

Lisboa, 18 de Março de 1977
O Juiz-Corregedor do 3.º Juízo
a) Dr. Fernando Marques Cordeiro
O escrivão de Direito int.º,
a) Casimiro Pereira dos Santos

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA
4.º Juízo Cível
ANÚNCIO

No dia 29 de Abril próximo pelas 10 horas, à porta deste Tribunal sito no Palácio da Justiça em Lisboa e nos autos de carta precatória vindos do 1.º Juízo Cível da Comarca do Porto e extraídos dos de acção especial de venda de penhor em que é autor Artur Domingos dos Santos, do Porto e réu dr. Carlos de Melo Freitas, que foi de Coimbra e representado por sua mulher Lucília de Almeida da Silva Patrício de Melo Freitas, residente na Rua Diogo de Castilho, n.º 15 naquela cidade de Coimbra, será posto em praça para se arrematar ao maior lanço oferecido acima do valor indicado no processo, um veículo automóvel da marca Fiat, com a matrícula BM-11-37 em bom estado de conservação e contendo 2 faróis, 4 farolins, 2 limpa pára-brisas, 2 cintos de segurança, um espelho retrovisor, um triângulo de pré-sinalização, um macaco, duas caixas com diversas peças de ferramenta, uma botija de cola Finrec, uma antena e 5 rodas calçadas com penus de marca Radial.

Lisboa, 25-3-77

O JUIZ DE DIREITO
Adriano Francisco Pereira Cardigos

O AJUDANTE DE ESCRIVÃO
José Manuel Silva Seixas Meireles

ACROS __ A COMERCIAL DE REPRESENTAÇÕES OURIQUE; LIMITADA

Sede: Rua Almeida e Sousa, n.º 21, rés-do-chão, direito __ LISBOA

QUINTO CARTÓRIO
NOTARIAL DE LISBOA
A cargo da Notária Maria Adília Borges Tristão

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 8 de Março do ano corrente, exarada de folhas 104-v.º a 106-v.º do livro número A __ TREZENTOS E SETE, das notas deste Cartório, José Luís da Silva Pereira, solteiro, maior, e Humberto Augusto Ferreira, casado, como únicos sócios que ficam sendo da sociedade denominada ACROS __ A COMERCIAL DE REPRESENTAÇÕES OURIQUE, LIMITADA, com sede na Rua Almeida e Sousa, número 21, rés-do-chão, direito, desta cidade, resolveram o seguinte:

Alterar parcialmente o pacto social, substituindo conforme se segue, os artigos quinto e sexto, permanecendo válidos contudo, os seus parágrafos:

Artigo quinto __ O capital social é de sessenta mil escudos, integralmente realizado em dinheiro e outros valores constantes da escrita e corresponde à soma das quotas dos sócios que são os seguintes:

José Luís Silva Pereira __ trinta mil escudos, e __ Humberto Augusto Ferreira __ trinta mil escudos.

Artigo sexto __ A administração e gerência da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, compete a qualquer dos sócios, sendo no entanto, indispensáveis, para considerar validamente obrigada a sociedade, as assinaturas dos dois sócios.

Vai conforme.

Lisboa, vinte e quatro de Março de mil novecentos e setenta e sete.

O AJUDANTE,
(João da Silva Garcia)

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA E MINAS

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos
ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex-UEP-Sul), a que se refere o processo 8/50 152, arquivo 45, para o estabelecimento na freguesia de Arrentela, concelho do Seixal, de modificação sem aumento de comprimento, da linha aérea a 15 kV da subestação de Coina para as Instalações Militares de Marco do Grilo (LI 15-13 Coina-I. M. Marco do Grilo), com alteração da localização dos apoios n.os 43 e 44 e montagem de um novo apoio n.º 42 A.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 16 de Março de 1977.

Pel'O Engenheiro Chefe
Joaquim Gonçalves dos Santos

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava geralmente encoberto nas regiões do Norte e Sul caia chuviscos no Litoral a norte do Douro e o vento era fraco de Sudoeste. Nas regiões do Sul o céu estava pouco nublado e o vento era fraco.

TEMPERATURAS DO AR
09.00 H

PORTO	12º
COIMBRA	12º
PORTALEGRE	8º
LISBOA	13º
FARO	14º
FUNCHAL	16º

TEMPERATURAS EXTREMAS

TAVIRA
Máxima..... 17º

ENHAS DA SAÚDE
Mínima 0.6,5º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
0.55	3,7 m	6.40	1,2 m
13.21	3,7 m	18.56	1,1 m
Dia 2			
1.39	3,9 m	7.22	0,9 m
14.02	3,9 m	19.38	0,9 m
DIA 3			
2.21	4,1 m	8.02	0,7 m
14.43	4,1 m	20.20	0,7 m

PREVISÃO GERAL ATE ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Nas regiões de Norte e Centro: Céu geralmente encoberto; vento de Sudoeste amoderado; possibilidade de chuvisco durante a noite. Nas regiões do Sul: céu pouco nublado e vento fraco

AMANHÃ

NASCER AS 7.21
OCASO AS 20.01

Dia 4 Dia 10 Dia 18 Dia 26

Palavras cruzadas

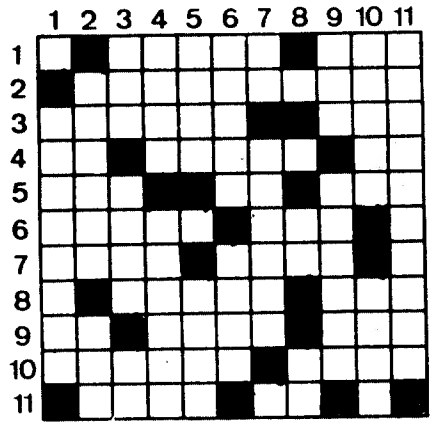
COM PROVÉRBIO
PROBLEMA N.º 11709

HORIZONTAIS:

1 Artigo definido. Satanás. Artigo indefinido.
2 Talharemos.
3 Canto em coro (pl). Suspiros.
4 O mais. Tiras de fígado temperadas e fritas. Batráquio.
5 Monarca. Ósmio (s.q.). Bigorna de ourives.
6 Invulgares. Ente.
7 Estavam. Ramada.
8 Partir em migalhas. Também não.
9 Artigo definido. Carta geográfica. Nome de jogo.
10 Dera ulvos. Sadios.
11 Farsa satírica. Neon (s.q.).

VERTICAIS:

1 Atacou.
2 Serpear. Anuência.
3 Sofrimento físico ou moral. Género de faseoláceas que tem propriedades medicinais. Verso (abrev.).
4 Encolerizai. Acarinham.
5 Pastor da Frígia, amado por Cibele, que, por ciúme, lhe perturbou o espírito. Espécie de lagosta.
6 Vasconço. Raspa.
7 Sufixo que designa estado. Tostara.
8 Preposição. Pronome reflexo.
9 Artigo indefinido. Empecilho (fig.).
10 Chouriço de sangue. O AMOR CARNAL:
11 Atacamos.



Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

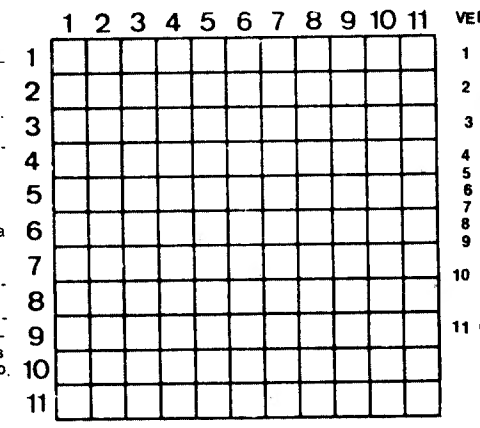
NOVA MODALIDADE
PROBLEMA N.º 7769

HORIZONTAIS:

1 Utensílios domésticos. Antiga capital Birmânia. Em as.
2 Esquina. Rosto.
3 Basta. Irmão de Moisés. Milímetro.
4 Quadril. Antiga unidade monetária da Alemanha.
5 Borrifa. Regras.
6 Alegres. Prendeis.
7 Aniversário. Rezai.
8 O mesmo que bétele. Duna na Suécia. Manuscrito.
9 Censure.
10 Viela. Espécie de andorinha.
11 Grande ribeira da Ásia Russa. Sufixo que designa estado. Apelido da mãe de Luís de Camões. Artigo definido.

VERTICAIS:

1 Pé de animal. Coelho pequeno.
2 Pedra de altar. Rangifer. Artigo indefinido.
3 Catedral. Cantor entre os Gregos. Nota musical.
4 Algirão (pl). Gavinha.
5 Carregas. Gostar muito de.
6 Atravessa. Recusa.
7 Nota musical. Senhoras.
8 Pequeno coro. Claridade.
9 Sódio (s.q.). Dar mios. Brisa.
10 Armaria. Fecham as asas para descer mais depressa. Autores.
11 Caruma. Tremores de terra.



SOLUÇÃO DO PROBLEMA N:º 11708

HORIZONTAIS	VERTICAIS
1 Abateria. Pá.	1 PANELA. Pã.
2 Are. Adiram.	2 Ba. Bala. SBM.
3 Isar. Rega.	3 Aariano. Vela.
4 Abatia. Asar.	4 TESTO. Rei.
5 Nanos. So. Rã.	5 Ais. Aar.
6 Elo. Pê. Aa.	6 Rara. Polaco.
7 La. NÃO. Suor.	7 Id. SE.
8 Aliar.	8 Airão. SÃS.
9 Serra. Sono.	9 Res. Aurora.
10 Pele. Ca. Ras.	10 Pagarão. Na.
11 Amaino. Há	11 Amara. Rios.

Provércio: **Não há panela sem testo**

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7768

HORIZONTAIS	VERTICAIS
1 Amaça. Narra.	1 Amada. Peras.
2 Marre. Aluir.	2 Maçã. Visara.
3 Acuar. Damas.	3 Aru. Biá. Sam.
4 Da. Votas. Si.	4 Cravar.
5 Ba. Es.	5 Aero. Agia.
6 Virar. Oca.	6 Terra. Em.
7 Pia. Gravara.	7 Nadas. Aroma.
8 Es. Ciaram.	8 Alas. Ovar.
9 Ras. Orara.	9 Rum. Acamada.
10 Arão. Bm. Dor.	10 Rias. Ar. Rol.
11 Samo. Ma. Aló.	11 Arsis. Acaro.

farmácias de serviço

LISBOA

ALENTEJO — Av. da Igreja, 28-B Tel 892682.
ALGARVE — Av. de Roma, 7-B. Tel. 801478.
AMERICANA — Calçada Santana, 3. Tel. 863984.
ASCENSO — Praça Norte, 11-A (B.º da Encarnação). Tel. 310172.
AZEVEDO IRMÃO E VEIGA — R. Misericórdia, 24. Tel. 323540.
AVIS — Av. de Roma, 56-B-C. Tel. 895370.
BENFICA — Estrada de Benfica, 678-E. Tel. 702532.
CAMPO PEQUENO — Av. Júlio Dinis, 10. Tel. 771661.
CENTRAL DE CAMPOLIDE — Rua General Taborda, 17 Tel. 680304.
CENTRAL DO LUMIAR — B.º do Lumiar — B.º do Lumiar, 77. Tel. 790480.
CONFIANÇA — Aven. Almirante Reis, 46-B. Tel. 821653.
CORREIA DE AZEVEDO — R. Luís de Camões, 42-B. Tel. 638625.
CRUZ NUNES — Praça Duque de Saldanha, 14. Tel. 41846.
DÁVI — R. Conde de Redondo, 68-72. Tel. 54342.
D. JOÃO V — Rua D. João V, 16-C. Tel. 682772.
FERNANDES BORGES — Rua C. Benguela, lote 300. Tel. 311091.
GRIJÓ — Rua do Grilo, 25. Tel. 385264.
LARANJEIRAS (das) — R. Filipe da Mata, 160. Tel. 761035.
LOBEL — Rua Infantaria 16, 96-B. Tel. 688807.
MARLUZ — C.ª da Picheleira, 140-B-C. Telefs. 720703-728395.
NOVA LISBOA — H. Guilhermina Suggia, 12. Tel. 843439.
PAIVA DA COSTA, LDA — Rua da Lapa, 105. Tel. 664414.
REMÍSIO — Rua dos Jerónimos, 14-C. Tel. 631699.
RENASCENÇA — R. Damasceno Monteiro, 104-A. Tel. 831504.
ROSA E VIEGAS — R. S. Vicente, 31. Tel. 864351.
S. JORGE — Largo do Leão, 3-A-B. Tel. 534027.
SIRIUS — Rua Fialho Almeida, 38-A. Tel. 44000.

PERMANENTE
ALENTEJO — Av. Igreja, 28-B. Tel. 892682.
CENTRAL CAMPOLIDE — Rua General Taborda, 17 Tel. 680304.
CONFIANÇA — Av. Almirante Reis, 46-B. Tel. 821653.
CORREIA DE AZEVEDO — R. Luís Camões, 42-B. Tel. 638625.
DÁVI — R. Conde de Redondo, 68-72. Tel. 54342.
LARANJEIRAS (das) — R. Filipe da Mata, 160. Tel. 761035.
NOVA LISBOA — R. Guilhermina Suggia, 12. Tel. 727721.
PAIVA DA COSTA, LDA. — R. Lapa, 105. Tel. 664414.
SIRIUS — R. Fialho Almeida, 38-A. Tel. 44000.
FERNANDO BORGES — R. C. Benguela, lote 300, Tel. 311091.

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Branco — Av. Comb. G. Guerra, 29 (Telef. 2112081)
ALCABIDECHE
Carvalho — Até às 21 horas
PORTO SALVO
Ferreira — Bastos. Até às 21 horas
CARCAVELOS
Central — Até às 24 e das 0 às 9 horas
CARCAVELOS
Central — Até às 24 e das 0 às 9 horas
S. DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira — Av. Saboia, 29-B (Telef. 260085). Até às 21 horas
PAÇO DE ARCOS
Godinho — Av. Patrão Lopes, 4 (Telef. 2432039). Até às 24 e das 0 às 9 horas
OEIRAS
CENTRAL — R. Conde Ferreira, 29 (Telef. 2430058). Até às ss horas
NOVA OEIRAS
Leal — Até às 21 horas
PAREDE
Aisir — Av. Gago Coutinho-B.º das Caixas de Previdência (Telef. 2472948). Até às 24 e das 0 às 9 horas
PAREDE
Junqueiro — Mendes — Até às 21 horas
AMOREIRA
Amoreira — (Telefs. 262313/267314). Até às 22 horas
MONTE ESTORIL
Suiça Cruzeiro — (Telef. 260087). Até às 24 ee das 0 às 9 horas
CASCAIS
Marginal — Av. Marginal (Telef. 280078). Até às 21 horas; **Nova** — Est. de Alvide-Fontainhas (Telef. 281044). Até às 24 e das 0 às 9 horas

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Girassol — R. Elias Garcia, 17-C (Telef. 974161). Serviço permanente; **Clabel** — R. António Sardinha, 23-D (Telef. 938551). Até às 22 horas; **Amadora** — P. 28 de Maio, 3-A (Telef. 935518). Até às 22 horas
DAMAIA
D. João V — Av. Gurgel do Amaral, 2-A (Telef. 970461)
MERCÊS
Claro Russo
QUELUZ
Correia — L. do Mercado, 3 (Telef. 950045)
CACÉM
Rodrigues Garcia — Av. dos Bons Amigos, lote 5-D
MEM MARTINS
Rodrigues Rato — (Telef. 2912038)
RIO DE MOURO
Riomouro — Av. Óscar Monteiro Torres, 8 (Telef. 2960194)
SINTRA
Marrazes — Vila (Telef. 2930155)
COLARES
Abreja (Telef. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Nunes — L. Coronel Ramos da Costa, 10 (Telef. 234137)
ALHOS VEDROS
Portugal — Av. da Bela Rosa, 8 (Telef. 204250)
BAIXA DA BANHEIRA
Teixeira — B.º de Moçambique, 84-B (Telef. 2040946)
BARREIRO
Moderna — R. D. Henriqueta Gomes de Araújo, 12 (Telef. 2073443)
ALMADA
Nuno Álvares — Av. D. Nuno Álvares Pereira, 39 (Telef. 2750504)
COVA DA PIEDADE
Morgado — R. Cabo da Boa Esperança, 25-A (Telef. 2767356)
MOITA
Silva Rocha — P. da República, 16 (Telef. 239029)
MONTIJO
Higiéne — R. José Joaquim Marques, 142 (Telef. 2310370)
SESIMBRA
Lopes — R. Cândido dos Reis, 21 (Telef. 2233028)
SETÚBAL
Soromenho — P. Machado Santos (Telef. 22691); **Alice** — P. do Quebedo (Telef. 23743)
SEIXAL
Godinho — L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

PORTO

VILARINHA — Rua da Vilarinha, 161. Tel. 682014.
BONFIM — Rua do Bonfim, 73. Tel. 52444.
GUERRA — Rua de Costa Cabral, 43. Tel. 48470.
GUIMARÃES — Rua de Francos, 37. Tel. 60103.
LEMOS E FILHOS — Praça Carlos Alberto, 31. Tel. 21309.
LIGA ASS. SOC. MÚTUOS — Rua do Bonjardim, 286. Tel. 21711.
MORENO LDA. — Largo de S. Domingos, 44. Tel. 23543.
VASQUES — Rua das Condominhas, 794. Tel. 62027.
CASTRO CARNEIRO — Rua do Padre Cruz, 146. Tel. 62092.
HENRIQUES — Praça da Batalha, 64-A. Tel. 25173.
SERPA PINTO — Rua de Serpa Pinto, 645. Tel. 488697.

COIMBRA

PAIVA — Praça do Comércio, Tel. 23231.

cinemas • cinemas • cinemas

ALVALADE
Tel. 897480
Hoje estreia
Sessões às 14.15, 16.30, 18.45, 21.15
Magia, sonho, beleza e Alegria!
Walt Disney apresenta
A ESPADA ERA A LEI
Para todos
Falado em Português

APOLO 70
Tel. 763319 — 14.15, 17.45 e 21.15
N. Acons. men. 13 anos
BARRY LYNDON
5.ª Semana
um filme de Stanley Kubrick
Hoje às 0.30 (Grupo M-18 anos)
SEXO LOUCO

AVIS
Tel. 47163 — 15.30, 18.30 e 21.15
Para todos (M/6 anos)
uma comédia com Jean Lefebvre e Pierre Mondy
O REGRESSO DA 7.ª COMPANHIA
2.ª Semana

BERNA
Tel. 776098 — 15,00, 18.00 e 21.15
Um espectáculo de rara distinção!
A HISTÓRIA DE CINDERELA
2.ª Semana
com Richard Chamberlain, Gemma Craven
Para todos
Atenção: O filme começa à hora do espectáculo

CALEIDOSCÓPIO
Tel. 795093
14,00, 16.30, 19,00 e 21.15
A ESPADA ERA A LEI
Para todos

CASINO ESTORIL
Tel. 264521 — 17.00, 21.15
Não acons. men. 18 anos
LUCKY LADY

CASTIL
Tel. 630194 Estreia 15.15, 18.15, 21.15
Burt Lancaster em
MOISÉS, O PROFETA
O grande filme da Páscoa com Ingrid Thulin/Irene Papas
Não acons. a menores de 13 anos
Hoje às 24.00
Em antestreia
O MAIS QUENTE ESPECTÁCULO O MUNDO
Interdito a menores de 18 anos

CONDES
Tel. 322523 14,00, 16,30, 18.45 e 21.15
(Para todos)
Louis de Funès
PEITO OU A PERNA

EDEN
Tel. 320768 — 14, 16.30, 19.00 e 21.15
Roy Scheider, Robert Shaw, Richard Dreyfuss
TUBARÃO
(JAWS)
Um filme de Steven Spielberg
Não acons. a men. de 13 anos
Atenção: O filme começa à hora do espectáculo
Bilhetes à venda para a primeira semana

ESTÚDIO
Tel. 535134 — 15, 17, 19, 21.15
Jane Birkin, Serge Sainsbourg
SLOGAN
2.ª Semana
Não acons. m/ 13 anos

ESTÚDIO 444
Tel. 779095 14.30, 16.45 19, e 21.15
Não acons. a M/ 13 anos
A MARQUESA D'O
2.ª Semana

IMPÉRIO
Tel. 555134/5 — 15.15, 18.30 e 21.15
Para todos
Ele aí está
Louis de Funès em
2.ª Semana
O PEITO OU A PERNA
O grande espectáculo nas férias

LONDRES
Tel. 801313 — 14.15, 16.30, 18.45, 21.15
Não acons. a men. de 18 anos
O INTRUSO
c/ Laura Antonelli
um filme de Luchino Visconti

MUNDIAL
Tel. 538743 — 15.15, 18.15, 21.30
5 «Oscars» da Academia Britânica
BUGSY MALONE

NIMAS
Tel. 574362 — 14.15, 16.30 18.45 e 21.15
Não acons. men. 18 anos
MISTÉRIOS DO ORGANISMO
um filme de Dusan Makavejev
(o realizador de «Filme Doce»)
Não construa monumentos que não possa derrubar

ODEON
Tel. 326283 — 15.15, 18.15 e 21.15
Colorido
2.ª Semana
FLESH GORDON
Uma aventura fantástica num plano erótico

PATHÉ
Tel. 821933 — 14.15, 16.30, 18.45, 21.15
Int. a men. 18 anos
SPERMULA
A VAMPIRA DE HOMENS
c/ Jayne Madden

POLITEAMA
Tel. 326305 — 14.15, 16.30, 19 e 21.30
Não acons. m.aiores 18 anos
A LEI NÃO É PARA TODOS
(Um dilema na vida de um juiz)
c/ chis Avram, Susan Scott

RESTELO
Tel. 610375 — Às 21.15
Não acons. a men. de 18 anos
8.ª Semana
1900 — 2.ª parte

ROMA
Tel. 727778 — 14,30, 16.45, 19, 21.15
Para todos (M/6 anos)
Uma comédia com Jean Lefebre e Pierre Mondy
O REGRESSO DA 7.ª COMPANHIA

ROXY
Tel. 48560 — 14.15, 17.45, 21.15
Da Índia uma bela história de amor e aventura!
PASSADO INESQUECÍVEL
Um filme de Nasir Hosain
2.ª Semana
Não acons. a men. de 13 anos

S. JORGE
Tel. 554153/4 — 15.15, 18.15, 21.15
5 «Oscars» da Academia Britânica!
BUGSY MALONE»
Música de Paul Williams
Não acons. a men. de 13 anos

STADIUM (Algés)
Tel. 2112544
18.30 Não acons. men. 18 anos
DUELO AO SOL (M. 14 anos)
Às 21.30
A VELHA SENHORA INDIGNA
Às 00.15 (M. 18 anos)
QUEM TEM MEDO DE VIRGINIA WOOLF

TIVOLI
Tel. 570596 — 14.00, 17.45 e 21.45
Não acons. a men de 13 anos
BEN-HUR
c/ Charlon Heston-Jank Hawkins, Haya Hararelt
2.ª Semana
Atenção: O filme começa à hora do espectáculo

UNIVERSAL
Tel. 774402 — Às 15 e 21 h
O CIO
um filme de Andy Warhol
(Int. m/ 18)
Às 17 e 23 h.
O VICIO
Um filme de Andy Warhol
(Int. m/ 18)
Às 19 h
O PROSTITUTO
Um filme de Andy Warhol (Int. m/18)

D. JOÃO V — DAMAIA
Tel. 971794 — Às 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
SENHORAS E CAVALHEIROS

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

LAURA ALVES
21.30 (18 anos)
«Calcinhas Amarelas»
VARIEDADES
21.30 (13 anos)
«Isto é Que me Dói»
MARIA VITÓRIA
20.30 e 22.45 (18 anos)
«O Bombo da Festa»
MARIA MATOS
21.30 (18 anos)
«O Encoberto»
COLISEU
21.30 (6 anos)
«Circo de Moscovo»
ADÓQUE
20.30, 22.30 (18 anos)
«A Paródia»
A.B.C.
20.30, 22.45 (18 anos)
«Em Águas de Bacalhau»
CASA DA COMÉDIA
21.30 (18 anos)
«Retablo de Vida y Muerte»

LISBOA/Cinemas

CINEBOLSO
21.30 (18 anos)
«Rapariga para Casal Precisa-se»
VOX
21.15 (13 anos)
«Moisés, o Profeta»
SATÉLITE
21.15 (18 anos)
«Morte em Veneza»
MONUMENTAL
21.15 (13 anos)
«O Sexto Continente»
CINEARTE
21.00 (13 anos)
«O Soldado Aventureiro»
CINE-AUDITÓRIO
21.15 (6 anos)
«Os Dominadores»
EUROPA
21.15 (13 anos)
«O Lutador da Rua»
PARIS
21.15 (18 anos)
«A Professora de Ciências Naturais»
LUMIAR
21.15 (18 anos)
«Caça Perversa»
JARDIM
21.15 (18 anos)
«Criado para Todo o Serviço»
CAPITOLIO
21.15 (18 anos)
«Laços Escaldantes»
RESTELO
21.15 (18 anos)
«1900» 2.ª parte
OLÍMPIA
Sessões permanentes (18 a.)
«Western Porno»
CALEIDOSCÓPIO
21.15 (6 anos)
«A Espada era Lei»

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Lido
21.15 (18 anos)
«1900» (2.ª parte)
AMADORA
Cinestúdio
21.30 (13 anos)
«Sexto Continente»
SINTRA
Carlos Manuel
(18 anos)
«E a Mulher Criou o Amante»

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Stadium
21.30 (13 anos)
«A Velha Senhora Indiana»
PAREDE
Royal-cine
21.15 (18 anos)
«A Mão de Ferro»
ESTORIL
Palácio
21.15 (6 anos)
«O Ministro e Eu»
ESTORIL
Casino
17 e 21.15 (18 anos)
«Lucky Lady»
CASCAIS
S. José
21.15 (18 anos)
«Encontro de Amor em Bali»
CASCAIS
Oxford
16.00 e 21.15 (18 anos)
«Até os Bichinhos Gostam»

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrível
21.15 (14 anos)
«Um Violino no Telhado»
ALMADA
Academia
21.15 (13 anos)
Teatro «A Grande Jogada»
ALMADA
Academia
21.15 (13 anos)
Teatro «A Grande Jogada»
TRAFARIA
Pavilhão Jardim
21.15 (18 anos)
«Vou Fazer um Filho e Volto Já»

PORTO/Teatros

ANTÓNIO PEDRO
21.30 (13 anos)
«Os Preços»
Avenida Fernão Magalhães
21.30 (6 anos)
«Circo Sobre o Gelo»

PORTO/Cinemas

ESTÚDIO FOCO
21.15 (13 anos)
«20.000 Léguas Submarinas»
ESTÚDIO
21.15 (10 anos)
«Pepe»
SALA BEBÉ
21.15 (18 anos)
«Casy Rider»
VALE FORMOSO
21.15 (13 anos)
«Homens e Tubarões»
BATALHA
21.15 (4 anos)
«O Regresso da 7.ª Companhia»
OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«Tempo de Massacre»
ESTÚDIO 400
21.15 (14 anos)
«007 contra Goldfinger»
COLISEU
21.15 (13 anos)
«O Comboio do Inferno»
CARLOS ALBERTO
21.15 (18 anos)
«O Criado de Confiança»
ÁGUIA DE OURO
21.15 (13 anos)
«Tubarão»
S. JOÃO
21.00 (13 anos)
«Zorro»
SÁ DA BANDEIRA
21.30 (18 anos)
«A Iniciação de Flossie»
JÚLIO DINIS
21.15 (13 anos)
«Não sou Digno de Ti»
TRINDADE
21.30 (18 anos)
«Voando Sobre um Ninho de Cucos»
PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«Os Mistérios do Organismo»
RIVOLI
21.15 (13 anos)
«Africa-Express»

COIMBRA

AVENIDA
21.15 (6 anos)
«Onde está o Óscar»
TIVOLI
21.15 (13 anos)
«Tubarão»
S. TEOTONIO
21.15 (13 anos)
«O Magnífico»
GIL VICENTE
21.15 (10 anos)
«My Fair Lady»

rádio

1.º Programa

1.00: Musivária; **17.00**: Canções da Europa; **17.30**: Orquestras; **18.00**: Música portuguesa; **18.30**: Pão pão, queijo queijo — música portuguesa; **19.00**: A agricultura que nós temos; **19.45**: Música instrumental; **20.00**: Jornal da noite; **20.30**: Conjuntos instrumentais; **21.00**: 25.º episódio do folhetim «Mário», de Silva Gaio, numa adaptação de Ema Paul; **21.17**: Contraponto; **23.30**: Desporto no Mundo; **00.00**: Último jornal; **00.30**: Música variada; **01.00**: Música na noite.

2.º Programa

16.00: Intercâmbio musical; **16.40**: Sonatas para violino solo; **18.30**: Música ao fim da tarde; **20.00**: Suites para orquestra; **21.00**: Trios de câmara; **22.00**: Música vocal; **22.18**: Serenata n.º 10, em si bemol maior, para 13 instrumentos de sopro, de Mozart; **23.00**: Sonata em fá menor, op. 2, n.º 1 de Beethoven; **23.15**: Intercâmbio musical. 23.45: «Sinfonia Fantástica», de Berlioz; **00.34**: Duas Sonatas, de Scarlatti; **01.00**: Fecho.

3.º Programa
Nacional e Regional (294 m)

16.00: Variante (continuação); **16.10**: Casos ao acaso, por Orlando Dias Agudo (repetição); **16.20**: Teatro em variante, por Fernando Midões; **16.40**: Mulher, agora e aqui, pela Comissão da Condição Feminina, **17.10**: Prevenção e saúde, pelo dr. Sousa Pereira (repetição); **18.00**: Contacto; **18.20**: Títulos de 1.ª página; **18.30**: Actualidade; **18.45**: Fórmula 1; **19.05**: Teatro trágico, dos Parodiantes de Lisboa; **19.30**: Trabalho de fundo; **20.15**: Antologia; **20.30**: Pesquisa; **21.00**: A música e as vozes. **21.15**: Música para meditar; **21.30**: Quando o telefone toca; **23.03**: Nocturno; **00.15**: Dia a dia com o passado; **02.00**: Fecho.

4.º Programa
Emissão Total em Estereofonia

19.00 Em órbita; **20.00**: Programa da noite; **22.00**: Auditório. **24.00**: Prisma; **02.00**: Fecho

RÁDIO RENASCENÇA

16.05: Sequência da tarde; **18.15**: Igreja em notícia — palavra do dia; **18.30**: Transmissão do terço do Externato do Parque; **19.00**: Programa da Liga dos Amigos de Rádio Renascença; **20.00**: Objectivo; **20.54**: Apeloy·Q [illegible]; Programa da Liga dos Amigos de Rádio Renascença; **22.00**: Quando o telefone toca; **22.30**: Temas vivos; **23.05**: Última hora; **23.30**: Actualidade económica; **23.55**: Meditando; **01.00**: Rotação; **02.00**: Encerramento da estação

DL

RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEX 1736
LISBOA PORTUGAL

O Primeiro-Ministro quando saía da Torre de Belém

Mário Soares instala-se na Torre de Belém

O Primeiro-Ministro Mário Soares visitou esta manhã a Torre de Belém, para onde será brevemente transferida a sua residência oficial. Estão ali também assegurados aposentos para o secretário de Estado Monteiro Dinis, seu assessor directo, enquanto Manuel Alegre deverá escolher a Torre do Tombo, que vai ficar devoluta para esse fim.

A saída de S. Bento estava iminente desde há tempos, mas nada havia transparecido dos propósitos do dr. Mário Soares quanto à escolha da Torre de Belém. Foi uma fonte próxima do Gabinete que nos confiou o seu desejo de fixar a residência no estuário do Tejo, «ficando assim mais perto da Europa».

Para além do dr. Monteiro Dinis mais ninguém do «staff» do Primeiro-Ministro sairá por agora de S. Bento, pelo menos enquanto o presidente da Assembleia da República, dr. Vasco da Gama Fernandes, não necessitar de todos os cómodos. Uma novidade: na Torre de Belém, junto de Mário Soares, haveria instalações permanentes para jornalistas, com telefones, radiotelefone e «telex», e talvez mesmo serviços de tradução simultânea para as línguas de todos os países membros da Comunidade Económica Europeia.

O apoio de cozinha em Belém está a ser estudado cuidadosamente por uma pastelaria do Chiado, embora não seja certa a adjudicação, que poderia contemplar, em alternativa, um hotel de cinco estrelas com serviço de «grill».

OURIVESARIA ASSALTADA EM ODIVELAS

Um assaltante morto a tiro

Continuava esta manhã a monte um dos quatro indivíduos que cerca das 17 horas de ontem assaltaram a ouriversaria Ramalheira, situada no centro de Odivelas, dando origem a um autêntico pandemónio, resultante do tiroteio travado com agentes da P.S.P., de que resultou a morte de um deles, Esteves Marinho, de 22 anos, já com largo cadastro.

Os assaltantes dois dos quais entraram no estabelecimento embuçados e armados com uma pistola de 9 mm e uma arma caçadeira com o cano cortado, enquanto s outros ficavam à porta no interior de um «Mini» vermelho não conseguiram, porém, concretizar os seus intentos, dado que um dos proprietários da casa logrou accionar o alarme, ao mesmo tempo que a sua irmã atirava sobre eles uma pasta e a lista telefónica.

Apercebendo-se do que se estava a passar, os dois indivíduos que estavam no carro começaram a disparar tiros de intimidação sobre os populares que, entretanto, se tinham aglomerado no local. Foi então que interveio o motorista Francisco Freitas Oliveira, que resolveu momentaneamente o problema, ao lançar a sua camioneta contra o «Mini», que acabaria por ficar totalmente esmagado contra um muro.

Nesta altura já a Polícia entrara também em acção, rodeando os dois assaltantes que se preparavam para abandonar o estabelecimento. Um deles disparou sobre um dos agentes que, em resposta, o prostou sem vida com uma rajada de G-3. O outro conseguiu apesar de tudo escapar, levando num saco-diversos mostruários que se encontravam expostos na vitrina. Segundo uma testemunha, este teria sido visto ontem à noite a percorrer um dos caminhos da serra da Luz.

Do interior do veículo foram depois retirados, bastante feridos, os dois cadastrados, Conceição de Aguiar, alcunhado de «Toni», autor do assalto à ouriversaria de Algés e já responsável pela morte de um agente da P.S.P., e Rodrigues Mouro, de 22 anos.

Do incidente resultaram ainda ferimentos no guarda Mário José Barbosa, e ainda nos seguintes populares: Teresa Santos, de 30 anos, empregada de balcão (em riscos de cegar), Manuel Marques Pereira, de 57 e António Barata Leal.

Primeiro-Ministro no Algarve

O Primeiro-Ministro Mário Soares desloca-se amanhã ao Algarve, mais concretamente à Aldeia das Açoteias, Albufeira, onde vai para presidir à sessão de encerramento da reunião preparatória para a Região Mediterrânica da Conferência das Nações Unidas sobre desertificação.

TIRAGEM MÉDIA DIÁRIA EM FEVEREIRO: 46.233
(Hoje 20 páginas)

Contra A.C.T.

Siderurgia pára no dia 5

Os trabalhadores da Siderurgia Nacional deverão paralisar as suas actividades na próxima terça-feira, dia 5, a partir das oito horas da manhã, em luta pela revogação do Acordo Colectivo de Trabalho, pretendendo a sua adesão ao C. C. T. V. para a indústria metalúrgica e metalomecânica.

Esta decisão foi tomada em Maio de 1976, altura em que foram encetados contactos com o Conselho de Gerência da Siderurgia e com órgãos do Poder, a fim de ser concretizada a decisão dos trabalhadores, tomada em plenário.

No entanto, para além da «pouca abertura ao diálogo» e dos vários entraves colocados, surgiu um Decreto, o 164-A/76 que determina a «autonomização do processo de negociação da contratação colectiva para empresas públicas e nacionalizadas», sem que para o efeito as associações sindicais fossem consultadas.

Segundo foi anunciado esta manhã, em conferência de Imprensa, «caso esta paralisação não surta o efeito desejado», deverá fazer-se nova paralisação de 24 horas, uma semana depois.

Drama na Foz: mãe afoga-se com filha ao colo

PORTO, 1 — Os maus tratos que o marido lhe dava e a ameaça de lhe tirar a filha, segundo informações de um familiar, terão motivado o acto desesperado de Maria de Fátima da Silva Santos Cesário, de 25 anos, que se atirou ao mar com a filhita Maria Ester, de 3 anos, ao colo.

Os dois corpos — a mãe abraçada à filha — foram encontrados na manhã de ontem, no areal da praia do Molhe, na foz do Douro e removidos para o necrotério.

Retornados

Três unidades hoteleiras optaram por outra solução, após contactos entre as comissões de retornados e as gerências dos respectivos hotéis: continuam a alojar os retornados e vão receber alguns dos que tiveram de sair esta manhã.

É o caso do Hotel Capital, em Lisboa, Motel Continental, em Oeiras e Nau, em Cascais, que concordaram em assumir transitoriamente o estatuto de «alojamento colectivo», tendo celebrado com o I. A. R. N. um contrato de três meses (renováveis por mais três). Albergando, neste momento, na totalidade, cerca de quatro centenas de retornados, estão em condições de receber mais algumas centenas.

Os retornados do Motel de Oeiras estiveram em greve da fome na passada quarta-feira, alertando as autoridades para a sua situação. A greve só duraria até à tarde, quando foi anunciada a passagem daquele estabelecimento a «alojamento colectivo».

Assaltante de Tavira

prontas a ser accionadas.

Na sequência das diligências a P. J. identificou o terceiro cúmplice sem que, no entanto, o tenha conseguido prender. Trata-se de um marginal muito conhecido em Lisboa.

O arguido, autor da morte do Pinho, é ainda o responsável por vários atentados bombistas, mas sobre este assunto prosseguem as investigações, não podendo por ora ser revelados mais pormenores.

Entretanto, segundo informações fornecidas esta manhã pelo inspector Santos Carvalho, o possuidor das bombas de plástico fez parte do «Batalhão Chipenda», responsável por acções de terrorismo contra o M. P. L. A., tendo tomado parte antes disso na tentativa de golpe de 7 de Setembro em Moçambique, actuando posteriormente nessa condição em acções armadas em Angola.

Naufrágio em Caminha: quatro corpos já recuperados

PORTO, 1 — Além dos dois já referidos na nossa edição de ontem, foram recuperados mais dois corpos dos seis pescadores naufragados da motora «Virgem da Conceição» que foram também removidos para Vila Praia de Âncora, donde todos eram naturais. Os quatro corpos encontrados são dos irmãos Fernando e Joaquim Pereira da Silva (de 32 e 21 anos), de Alfredo António dos Santos Verde (42 anos) e de Armando José Verde Pinto (22 anos). Faltam ainda os corpos do arrais Américo das Neves, casado, de 63 anos, e de José Alberto Pereira da Silva, irmão dos dois primeiros citados.

O Alfredo Verde e o Fernando eram emigrantes na Alemanha, encontrando-se num período de férias em Portugal.

Toni foge

A FUGA

Segundo notícia difundida pela RDP, fugiu esta manhã do Jardim Zoológico um avantajado elefante, seguindo assim o exemplo do «Corrécio». Ao princípio da tarde o elefante continuava a monte, suspeitando-se que a fuga lhe foi facilitada por cúmplices actuando no interior e exterior do Parque das Laranjeiras.

Segundo uma versão de fonte autorizada, a fuga foi determinada pela curiosidade do animal em ver as montras de Lisboa no dia 1 de Abril. Outros insinuam que se trata, pura e simplesmente, de uma fuga ao aumento do custo de vida.

LIÇÃO DO «CORRÉCIO»

Quem não conhecesse o «Corrécio» e anteontem tivesse assistido ao seu julgamento, ficaria com a impressão de que se tratava de um indivíduo cheio de carácter, defensor dos fracos, justo, honesto, trabalhador. O «Corrécio», cadastrado, condenado a vários anos de prisão por estupro, engajamento e atentado ao pudor, que punha a cidade de Braga em pânico com as suas façanhas de arma na mão, não estava no banco dos réus. Nem tão-pouco ali estava o marginal que a soldo de «pessoas ilustres» da capital do Minho perseguia reconhecidos antifascistas. Muito menos o chefe de um bando de marginais. Quem ali estava era o «defensor da lei e da justiça».

Embora ninguém lhe conhecesse qualquer actividade profissional nos últimos tempos, o tribunal deu como provado o facto de ser «pessoa trabalhadora» (sic) com «comportamento humanitário» por ter dado algumas vezes sangue. A resposta ao tribunal deu-a o próprio réu, mesmo antes de saber qual a impressão que deixara nos juízes: fugiu.

«Olha para o que eu digo, não olhes para o que eu faço»... — foi a sua (talvez última) lição.

CRUZADA NAZI

Têm sido profusamente espalhados pelo País panfletos anónimos que são um convite ao despotismo, ao assassínio e massacre. Dizem expressamente: «Mantenha a sua terra limpa eliminando diariamente um comunista».

Chegou-nos a informação de que um dos promotores desta cruzada nazi é um retornado ligado a um jornal (publicado no Porto) que se encontra presentemente suspenso. Será que os instintos criminosos lhe advêem da «cruzada cristã» desenvolvida contra os povos das ex-colónias em 500 anos de colonialismo?